ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 016 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO SÉRGIO RICARDO
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO (AD HOC)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS FRAGA (AD HOC)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Aos seis dias do mês de março do ano de 2008, do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, invocando a proteção de Deus, o Grande Arquiteto do universo, e em nome do povo de Mato Grosso, havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Convido os Deputados Zé Carlos do Pátio e José Domingos Fraga para assumirem a 1ª e 2ª Secretarias.
(OS SRS. DEPUTADOS ZÉ CARLOS DO PÁTIO E JOSÉ DOMINGOS FRAGA ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 05 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO – Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (LÊ) – “Ofícios nºs: 01, 02, 22, 23, 31 e 32/2008, da Casa Civil, em resposta às Indicações nºs: 3165/2007, de autoria do Deputado Wagner Ramos; 2995/2007, de autoria do Deputado Walter Rabello; 3623/2007, de autoria do Deputado Dilceu Dal Bosco; 3617/2007, de autoria do Deputado Dr. Wallace; 3466/2007, de autoria do Deputado Sérgio Ricardo; 3192/2007, de autoria do Deputado Riva; Ofícios nºs: 3509, 3510, 3513 e 3514/2007, da Secretaria de Infra-estrutura, em resposta às Indicações nºs: 3308/2007, de autoria do Deputado José Domingos Fraga; 3033/2007, de autoria do Deputado Walter Rabello; 3513/2007, de autoria do Deputado Chico Galindo; 3484/2007, de autoria do Deputado Riva; Ofícios nºs: 162, 210 e 218/2008, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, em resposta às Indicações nºs: 2652/2007, de autoria da Deputada Chica Nunes; 3316 e 3318/2007, de autoria do Deputado Sebastião Rezende; Ofícios nºs: 310 e 311/2008, da Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, em respostas às Indicações nºs: 64/2008, de autoria do Deputado José Domingos Fraga; e, 72/2008, de autoria da Deputada Chica Nunes; Ofícios da Caixa Econômica Federal, comunicando a assinatura de Contrato de Repasse de Recursos do Orçamento da União para EMPAER e para a Secretaria de Estado de Infra-Estrutura.

Muito obrigado, Deputado Zé Carlos do Pátio, futuro Prefeito de Rondonópolis.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. Com a palavra, o Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, demais Deputados, Deputada Chica Nunes.

Sr. Presidente, uso a palavra no Pequeno Expediente para apresentar algumas Indicações.

1ª) INDICAÇÃO: Indica a SINFRA/MT a necessidade da pavimentação asfáltica urbana no Município de Nortelândia.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório a SINFRA - Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, mostrando a necessidade da execução de 10.000 (dez mil) metros quadrados de pavimentação asfáltica em vias urbanas no Município de Nortelândia.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposição Legislativa, na modalidade de Indicação, que tem por fim, mostrar a necessidade da execução de 10.000 (dez mil) metros quadrados de pavimentação asfáltica em vias urbanas no município de Nortelândia.

A presente iniciativa legislativa é gênese reivindicatória postulada pelos Nobres Vereadores Aníbal Ferreira de Oliveira, Sérgio Vasconcelos de Souza e Mário Sérgio Duarte, que buscam atender a vontade geral dos munícipes do município em destaque.

Insta salientar, que no município de Nortelândia precisa ser promovida a pavimentação asfáltica em várias ruas e avenidas, como medida de gerar qualidade de vida as pessoas que ali residem.

Posto isto, é a síntese fática necessária para justificar o pleito, para que seja possível oficializar o Poder Executivo Estadual de Mato Grosso sobre a necessidade da sua exeqüibilidade, sinônimo da mais alta e sublime justiça social.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.

JOSÉ DOMINGOS FRAGA - DEM

Eu tenho a certeza que, através da interferência deste Deputado, do Deputado Wagner Ramos, Nortelândia, neste ano, terá alguns metros quadrados a mais de pavimentação asfáltica.

2ª) INDICAÇÃO: Indica a SINFRA/MT a necessidade da viabilização de 50 (cinquenta) bolsas de material de construção - BMC, para o Município de Alto Paraguai.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Governo do Estado de Mato Grosso, com cópia à SINFRA, mostrando a necessidade da viabilização de 50 (cinquenta) Bolsas Material de Construção - BMC, para possibilitar a construção de 50 (cinquenta) moradias no Distrito de Capão Verde/Alto Paraguai.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Trata-se de Proposição Legislativa, na modalidade de Indicação, que mostra a SINFRA/MT, a necessidade da viabilização de 50 (cinquenta) Bolsas Material de Construção - BMC, para possibilitar a construção de 50 (cinquenta) moradias no Distrito de Capão Verde, município de Alto Paraguai.

A presente iniciativa legislativa é gênese reivindicatória postulada pelo nobre Vereador Orides Piloneto, que busca neste pleito a esperança da realização do sonho de centenas de famílias que vivem em moradias de condições subumanas, pobres na verdadeira acepção da palavra.

Insta salientar, Excelências, que o objeto desta indicação tem verdadeiro alcance social, e representa a promoção do princípio da dignidade humana no Distrito de Capão Verde, município de Alto Paraguai-MT.

Exposto isso, é a síntese necessária para justificar o pleito, e ao mesmo tempo pedir aos nobres Parlamentares para que a presente Proposição seja aprovada, como forma de promover a mais alta e aguerrida JUSTIÇA SOCIAL!!!

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - DEM

3ª) INDICAÇÃO: Indica a SINFRA/MT, a necessidade da construção de 30 (trinta) casas populares no Distrito do Pacoval, situado no Município de Santa Rita do Trivelato.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Governo do Estado de Mato Grosso, com cópia a SINFRA, mostrando a necessidade da construção de 30 (trinta) casas populares no Distrito do Pacoval, situado no Município de Santa Rita do Trivelato, com o fim de promover o princípio da Dignidade Humana.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposição Legislativa, na modalidade de Indicação, que mostra à SINFRA/MT, a necessidade da construção de 30 (trinta) casas populares no Distrito de Pacoval, situado no Município de Santa Rita do Trivelato.

A presente iniciativa legislativa é gênese reivindicatória postulada pelo Prefeito Municipal e Vereadores daquele município, que buscam neste pleito a esperança da realização do sonho de dezenas de famílias que vivem em moradias de condições subumanas, pobres na verdadeira acepção da palavra.

Insta salientar, Excelências, que o objeto desta indicação tem verdadeiro alcance social, e representa a promoção do princípio da dignidade humana, pois, a exequibilidade do pleito vai beneficiar muitas famílias que ainda não tem a sua casa própria.

Exposto isso, é a síntese necessária para justificar o pleito, e ao mesmo tempo pedir aos Nobres Parlamentares para que a presente Proposição seja aprovada, como forma de promover a mais alta e aguerrida JUSTIÇA SOCIAL!!!

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - DEM

4ª) INDICAÇÃO: Indica SEJUSP/MT, a necessidade da viabilização de uma viatura para a Polícia Judiciária Civil do Município de Tapurah.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Governo do Estado de Mato Grosso, com cópia à Secretaria de Estado de Segurança Pública - SEJUSP, mostrando-lhe a necessidade da viabilização de uma Viatura para a Polícia Judiciária Civil do Município de Tapurah.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição Legislativa, na modalidade de Indicação, que tem por fim, mostrar ao Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, através da SEJUSP, a necessidade emergencial da viabilização de uma Viatura para a Polícia Judiciária Civil do Município de Tapurah.

A presente iniciativa Legislativa tem base nas reivindicações dos Agentes Políticos, e principalmente da comunidade do município em destaque, visto, que fica configurada a necessidade primária da exequibilidade do pleito, com o fim de promover eficiência e a qualidade na Segurança Pública daquele município.

Vale ressaltar, Excelências, que atualmente a viatura existente naquele município não tem condições de dar suporte no trabalho desenvolvido pela Polícia Civil, visto, que aludida encontra-se em estado de precariedade, em decorrência do seu tempo de uso.

Posto isso, é a síntese necessária para justificar o pedido ora pleiteado, esperando ser coroada de êxito a aprovação da presente matéria legislativa pelos Nobres Parlamentares dessa Egrégia Casa Legislativa, como medida de direito e justiça.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.

Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - DEM

A viatura de lá não tem as mínimas condições de trabalho.

5ª) INDICAÇÃO: Indica SEJUSP/MT, a necessidade da construção de um prédio para o Destacamento da Polícia Militar no município de Tapurah.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Governo do Estado de Mato Grosso, com cópia à Secretaria de Estado de Segurança Pública - SEJUSP, mostrando-lhe a necessidade da Construção de um Prédio para o Destacamento da Polícia Militar no Município de Tapurah.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de proposição Legislativa, na modalidade de Indicação, que tem por fim, mostrar ao Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, através da SEJUSP, a necessidade emergencial da construção de um Prédio para o Destacamento da Polícia Militar no Município de Tapurah.

A presente Iniciativa Legislativa tem base nas reivindicações dos Agentes Políticos, e principalmente da comunidade do município em destaque, visto, que fica configurada a necessidade primária da construção de um Prédio para o Destacamento da Polícia Militar, com o condão de promover infra-estrutura necessária para que a Segurança Pública tenha eficiência e qualidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Insta salientar, Excelências, que atualmente o destacamento funciona em um prédio da prefeitura, com visível precariedade, em decorrência da vida útil da construção, agravada pelo motivo do mesmo ser de madeira.

Posto isso, é a síntese necessária para justificar o pedido ora pleiteado, esperando ser coroada de êxito a aprovação da presente matéria legislativa pelos Nobres Parlamentares dessa egrégia Casa Legislativa, como medida de direito e justiça.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.

Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - DEM

O prédio de lá é de madeira, muito antigo e não tem condições nenhuma de abrigar quem quer que seja.

6ª) INDICAÇÃO: Indica a SINFRA/MT, em parceria com o Governo Federal, a necessidade da construção de 50 (cinquenta) casas populares, no Município de Nortelândia, através do Programa Estadual “Estou Feliz”.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Governo do Estado de Mato Grosso, com cópia à SINFRA/MT, em parceria com o Governo Federal, mostrando-lhe a necessidade da construção de 50 (cinquenta) casas populares no Município de Nortelândia, através do Programa Estadual “Estou Feliz”.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Proposição Legislativa na modalidade de Indicação, que tem por fim, mostrar a SINFRA/MT, em parceria com o Governo Federal, a necessidade da construção de 50 (cinquenta) casas populares no Município de Nortelândia, através do Programa Estadual “Estou Feliz”.

A proposição ora apresentada é gênese de reivindicação da comunidade do município supracitado, que busca neste pleito a esperança da realização do sonho de milhares de famílias que vivem em moradias de condições subumanas, pobres na verdadeira acepção da palavra.

Insta salientar, Excelências, que o objeto desta indicação tem verdadeiro alcance social, e representa a promoção do princípio da dignidade humana, visto, que em decorrência do declínio do Extrativismo mineral, (ouro e diamante), o município em comento vem sofrendo com as seqüelas sociais.

É importante observar, que o município de Nortelândia apresenta indicadores sociais negativos, que o coloca entre os de menores Índices de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso - IDH.

Assim, existe um déficit habitacional muito elevado, onde milhares de famílias vivem em moradias totalmente incompatíveis com a dignidade humana, dependentes da iniciativa da política pública do município, do Estado e da União.

Dessa forma, necessita urgentemente, que o Estado juntamente com a União promova a construção de casas populares, com base em cadastro de famílias realizado pela Assistência Social do município, que conhece a realidade daqueles que mais precisam de uma moradia digna para viver.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Exposto isso, é a síntese necessária para fundamentar o pleito e ao mesmo tempo pedir aos nobres Parlamentares para que a presente Proposição seja aprovada, como forma de promover a mais alta e aguerrida JUSTIÇA SOCIAL!!!

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.
Deputado JOSÉ DOMINGOS FRAGA - DEM

Até em função do Grupo Bertin estar se instalando no Município de Nortelândia, com certeza, Nortelândia, Alto Paraguai sofrerão uma demanda significativa de trabalhadores que vão se abrigar por ali e em busca dessa alternativa de trabalho no município de Diamantino.

E quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também, dizer que estarei apresentando um projeto de lei que, a meu ver, é extremamente interessante com relação à instituição de pagamento feito de forma indevida aos cartórios por ocasião que os cidadãos mato-grossenses solicitam uma escrituração e, por omissão de qualquer tipo de documentação ou irregularidade fiscal, muitas vezes, esse cidadão não consegue fazer com que a sua escritura possa ser viabilizada, mas, infelizmente, não tem devolvido os recursos pagos, mesmo descontando sobre aquele serviço prestado.

Então nós apresentaremos projeto de lei dessa natureza, até porque, nós temos recebido dezenas de reclamações com relação aos Cartórios do Estado de Mato Grosso. Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Wagner Ramos.

O SR WAGNER RAMOS - Sr. Presidente, companheiros Deputados, Deputada, público presente, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, funcionários desta Casa. Muito bom dia!

Estou aqui com alguns Projetos de Lei para apresentar:

1º) PROJETO DE LEI:

Obriga as empresas de coleta de lixo do Estado de Mato Grosso a implantarem sistema de segurança para os garis que transitam na parte posterior dos caminhões e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam as empresas de coleta de lixo que prestam serviços no âmbito do território estadual, obrigadas a instalarem sistema de segurança para os garis que transitam na parte posterior dos caminhões de lixo.

Parágrafo único O sistema de segurança de que trata o caput deste artigo será composto de cinto de segurança preso ao corpo do gari junto de um tirante com gancho tipo mosquetão na ponta; já na parte traseira do caminhão, deverá ser fixado argola de aço para o engate do referido mosquetão.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Esta proposição visa dar sua parcela de contribuição na luta constante por parte dos Poderes Públicos de preservar a vida do ser humano diminuindo as chances de acidentes no trânsito, que muitas vezes acontecem por não observarmos o óbvio, como é o caso dos garis que trafegam nas vias públicas em pé na parte traseira dos caminhões de lixo sem nenhum tipo de proteção. Em alguns municípios de nosso Estado, o caminhão de lixo atravessa por itinerários que incluem até mesmo avenidas de alta velocidade.

A idéia do projeto é fixar na parte posterior destes caminhões, argola para que o gari, ao subir no caminhão se fixe a ela por meio de um cinto com gancho tipo mosquetão na sua extremidade e este preso ao seu corpo, evitando assim que haja danos físicos ao funcionário em caso de queda, ficando ele pendurado pelo cinto.

Portanto, peço apoio aos meus pares parlamentares para a discussão e aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 06 de março de 2008.

Deputado WAGNER RAMOS - Líder do PR

É uma situação muito preocupante. Os garis ficam, praticamente, seguros com os próprios punhos e uma alça do caminhão de lixo. Nós sabemos que em qualquer momento, já vimos vários casos, eu como repórter já vi vários casos, vários deles acabam caindo por falta de uma segurança mais adequada.

2º) PROJETO DE LEI:

Amplia o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor para a realização de ação consistente na conscientização do consumidor para as propagandas que antecedem as datas comemorativas e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ampliar o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor para a realização de ação consistente na orientação e proteção do consumidor relativamente às propagandas que antecedem as datas comemorativas.

Parágrafo único Tal ação terá o nome de Ação de Conscientização dos Direitos do Consumidor relacionados às datas comemorativas.

Art. 2º A ação de proteção do consumidor prevista nesta lei terá caráter educativo e será executada por meio de palestras, informes educativos e outras medidas divulgadas no site do governo e nos veículos de telecomunicação no âmbito do Estado de Mato Grosso, contendo informações como trocas, defeitos, prazos para entrega, garantias, vícios de produtos e serviços, “vendas casadas”, dentre outras.

Art. 3º Deverá constar de todo material de comunicação voltado à ação desta lei, texto indicando a iniciativa do Governo do Estado de Mato Grosso e PROCON, ou outra forma que a Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania indicar.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Os períodos que precedem às datas comemorativas ostentam os maiores índices de movimentação no comércio. Nestes períodos, a demanda é muito superior, os estabelecimentos comerciais estão sempre lotados e as relações de consumo se multiplicam.

Nesse cenário se encontra o consumidor, vulnerável diante da propaganda acirrada desses períodos, as quais muito do marketing aplicado encantam e iludem o consumidor, fazendo o esquecer de seus direitos como troca, defeitos, prazos para entrega, cuidados que o produto exige para não ser danificado (não verifica, por exemplo, se um brinquedo possui o selo do INMETRO ou se é adequado à idade da criança), conhecimento de forma clara das regras de uma promoção e forma de pagamento.

Atualmente, vivemos “no sistema mercantilista”, no qual “o interesse do consumidor é quase que constantemente sacrificado pelo do produtor; e ele parece considerar a produção, e não o consumo, como o fim último e objeto de toda a indústria e comércio” (Código Brasileiro de Defesa do Consumidor - Editora Forense Universitária - 9º edição - pág. 68).

Dessa forma, a vulnerabilidade do consumidor, prevista no artigo 4º do Código de Defesa do Consumidor, deixa claro que ele é a parte mais fraca da relação de consumo e, por isso, deve ser protegido por meio de programas de educação e informação através de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo (art 4º, IV).

Por isso, a necessidade da aprovação do projeto de lei em epígrafe com vistas à realização de ações voltadas à conscientização dos consumidores nesses períodos em que ficam tão vulneráveis.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 06 de março de 2008.
Deputado WAGNER RAMOS - Líder do PR

3º) PROJETO DE LEI:

**Institui a Semana Estadual de
Prevenção da Violência na primeira
infância e da outras providências.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada, anualmente entre os dias 12 a 18 de outubro, em conformidade com a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância.

Parágrafo único A Semana de que trata o *caput* deste artigo tem com o objetivo conscientizar a população mato-grossense sobre a importância do período entre 0 (zero) e 6 (seis) anos para a formação de um cidadão mais apto à convivência social e à cultura da paz.

Art. 2º As comemorações alusivas Semana Estadual de Prevenção da Violência na Primeira Infância, de que trata esta Lei, passam a integrar o calendário oficial de eventos do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei institui a Semana Estadual de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada, anualmente, entre os dias 12 a 18 de outubro, em conformidade com a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, instituída pela Lei nº 11.523, de 18 de setembro de 2007, com o objetivo de conscientizar a população mato-grossense sobre a importância do período entre 0 (zero) e 6 (seis) anos para a formação de um cidadão mais apto à convivência social e à cultura da paz.

Ao mais, serão desenvolvidas atividades visando ao esclarecimento e à conscientização da comunidade sobre as verdadeiras causas da violência e suas possíveis soluções.

A Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), em seu art. 5º, dispõe:

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Por mais, é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente. (art. 70 do ECA)

Daí, a importância de instituir a Semana Estadual de Prevenção da Violência na Primeira Infância.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Senhores Parlamentares para a aprovação desta proposição.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.

Deputado WAGNER RAMOS - Líder do PR

Nós achamos que esse Projeto é de muita importância, porque, falar é pouco, nós temos que demonstrar mais ações com relação à violência na infância.

Nós sabemos que há diversos tipos de campanhas, programas sociais, mas, tudo o que fazemos ainda é pouco. Então, nós estamos com este projeto, basicamente, entre os dias 12 e 18 de outubro, que institui a semana de Prevenção a Violência na Primeira Infância.

4º) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivo ao Patrocínio de Escolas da Rede Pública, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa Permanente de Patrocínio de Escolas da Rede Pública Estadual - PPPEMT, a ser implantado pelos órgãos competentes, no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º O PPPEMT tem por objetivo propiciar às escolas da rede pública estadual a obtenção de subsídios de pessoas jurídicas ou consórcio de empresas, com a finalidade de implementar, desenvolver e aprimorar o seguinte:

I - fornecimento de material escolar;

II - aquisição de livros didáticos e de leitura;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

III - elaboração de cardápio variado e nutritivo de merenda;
IV - suprimento do departamento de educação física com materiais esportivos;

V - complementação das instalações do departamento de ciências;
VI - atualização periódica dos equipamentos de informática;
VII - aquisição e instalação de instrumentos musicais;
VIII - construção, ampliação e reforma.

Art. 3º Os subsídios previstos no *caput* do artigo anterior serão fornecidos às escolas da rede pública, em dinheiro ou produtos, de modo a beneficiar num mesmo estabelecimento:

I - todos os alunos;
II - todas as salas de aula;
III - uma divisão ou departamento.

§ 1º O interessado poderá destinar o benefício previsto nesta lei a mais de um estabelecimento de ensino

§ 2º A destinação deverá ser ampla, conforme descrito nos incisos I a III, de modo a não beneficiar alguns em detrimento de outros.

§ 3º O benefício poderá atingir estabelecimentos de municípios diversos.

§ 4º Todo produto fornecido deverá ser acompanhado da nota fiscal correspondente.

Art. 4º Para participar do PPPEMT, a empresa interessada deverá habilitar-se junto ao órgão competente, com vistas a abater do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS devido, até no máximo de 2% (dois por cento), os gastos de custeio ou benefícios efetivamente realizados.

Art. 5º O estabelecimento de ensino beneficiado poderá fixar em suas instalações placas indicativas com o nome da empresa ou o consórcio de empresas provedoras.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A educação carece, há tempos, de uma verdadeira revolução para, de fato, praticar o desenvolvimento sustentado.

Partimos da premissa que a educação é à base do progresso e, nessa esteira, entendemos que tudo o que puder ser feito para melhorar a qualidade de ensino deve ser posto em prática, incontinenti.

A situação das escolas da rede pública. Necessitam de mais professores, materiais didáticos, instrumentos de trabalho técnico, lúdico e outros tantos que, se existissem, poderiam tornar o aprendizado mais produtivo, do ensino fundamental ao médio.

Muitas são as empresas devedoras de ICMS, que poderá participar de um programa permanente, a exemplo da pretensão desta proposta. Seria uma forma de incentivar aqueles que estão em débito com o erário, de colocarem em dia suas contas.

Em muitas escolas, aulas de ciências são pouco produtivas porque alguns laboratórios carecem de equipamentos elementares, outros sequer são equipados; bibliotecas precisam atualizar seus acervos; os departamentos de educação física sempre têm necessidade de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

reformular as instalações e repor os materiais desportivos que se desgastam com o uso; nas cozinhas faltam eletrodomésticos, utensílios e alimentos para o preparo das merendas, os banheiros precisam de reformas.

Nada disso é possível sem recursos.

Preparar uma boa aula não é tarefa das mais fáceis. Mais difícil, ainda, é ministrá-las sem poder transmitir os ensinamentos por falta de equipamentos de informática, áudio-visual e demais recursos tecnológicos disponíveis no mercado, mas que custam muito além da possibilidade financeira das escolas.

Há até professores que, movidos pela paixão à profissão, chegam a adquirir às suas expensas, materiais e equipamentos, levando-os às salas de aula para melhor transmitir aos alunos seus ensinamentos.

Todos esses problemas podem ser dirimidos com a adoção das medidas descritas nesta proposta.

O fornecimento de materiais escolares poderia ser feito por empresas especializadas na fabricação dos produtos pretendidos. Assim agiriam as empresas que produzem materiais esportivos; de laboratórios; de informática; as editoras, livrarias e papelarias; as indústrias alimentícias; de instrumentos musicais, construtoras etc.

Sabemos da disposição de muitos em concretizar este ideal que somente poderá se realizar mediante a aprovação desta proposta. Para tal, conto com o beneplácito dos meus Pares.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.

Deputado WAGNER RAMOS - Líder do PR

Para o fornecimento de material escolar; aquisição de livros didáticos e de leitura; suprimento para o departamento de educação física, como materiais esportivos; complementação da instalação do departamento de ciências; atualização periódica de equipamentos de informática; aquisição e instalação de equipamentos musicais, este último, instrumentos musicais é muito importante. Quantas e quantas escolas no Estado de Mato Grosso não tem hoje uma fanfarra para poder fazer o desfile do dia 07 de setembro? Só eu tenho pedido para quatro escolas somente na minha região. E nós queremos com este projeto que nós possamos, através de um programa de incentivo de patrocínios, que a instituição desse programa receba auxílio de outras empresas, para nós termos uma melhor condição para a rede estadual de ensino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra o Deputado Zé Carlos do Pátio, no Pequeno Expediente.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, a oposição ontem mostrou um desprendimento muito grande em aprovar em 1ª discussão o projeto do Governo sobre a questão das dotações orçamentárias em aberto. Eu quero aqui parabenizar. E nós depositamos toda a confiança nossa no Líder do Governo, Deputado Mauro Savi, que, aliás, é um Deputado que é meu adversário, mas eu o admiro, porque ele é um homem que cumpre com a sua palavra. É um homem de posição política. Então, eu quero aqui dizer que nós agora vamos para a Comissão de Constituição, Justiça e Redação para analisar. E eu quero aqui parabenizar o Deputado Percival Muniz que fez o encaminhamento, inclusive, por todos os encaminhamos de como conduzir o processo.

Nós poderíamos segurar esse projeto durante dois meses aqui nesta Casa, mas nós recuamos confiando no Deputado Mauro Savi, e ontem mesmo eu nem usei a tribuna, eu simplesmente consolidei um encaminhamento feito pelo Deputado Percival Muniz e Mauro Savi

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

referente a essa questão das dotações orçamentárias. Isso vai fazer com que... O que a oposição quer? Ela não está preocupada com o orçamento, ela está preocupada simplesmente com mais planejamento no orçamento. Para Vossas Excelências terem uma idéia, nós temos uma Secretaria de Estado que faz uma remoção do orçamento em mais de 250%. Para Vossas Excelências terem uma idéia a Secretaria de Infra-Estrutura tem um Orçamento de quatrocentos milhões, e ela faz uma mudança de dotação que chega quase a um bilhão de reais por falta de gestão.

Sr. Presidente, o Governador Blairo Maggi tem que encarar e mandar para cá a relação dos incentivos fiscais. Se ele tem medo de apresentar publicamente o que a AMAGGI já ganhou de incentivo fiscal, é bobeira, ele tem como se defender! O que não pode acontecer é o que eu vi hoje: o Secretário de Fazenda na televisão, dando uma entrevista, colocando a faca no pescoço do comerciante, do dono do bolicho, do pequeno e do humilde. Eu não estou aqui... E quero dizer que, se você combater a sonegação, está correto. Aliás, esse Secretário é muito mais dinâmico do que o outro, porque pelo menos nos recebe. Fui recebido por ele segunda-feira. Sou contra, e acho que tem que combater a sonegação! Agora, deem nos nossos corações duas coisas, Sr. Presidente. Duas coisas deem no meu coração. Primeiro, é o governador omitir informação. Quanto que a AMAGGI está recebendo de renúncia fiscal? Quanto que a CARGILL está recebendo? A BUNGE? A ADM? A imprensa nacional já está cobrando, Sr. Presidente. O *Estadão*... Esses dias, estive a revista *VEJA* aqui; a *Folha de São Paulo* esteve já no nosso gabinete; a revista *Época*. Estão cobrando.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, o que dói, é o seguinte: é tratar os pobres de um jeito e os ricos de outro. Enquanto os ricos estão em regime especial, os pobres têm que pagar os impostos antecipados. E o duro, que eu fico colocando, é o seguinte: está todo mundo calado! É o Estado... (TEMPO ESGOTADO.)

É o Estado das minorias, é o Estado que está garantindo a concentração de renda. Porque eu sou rico, não pago imposto. Ou então pago em regime especial. Eu sou pobre, eu tenho que pagar na barreira.

Agora não, agora o José Serra esteve aqui, vai ter que pagar é lá em São Paulo ao comprar mercadoria. Lá na indústria.

Não sou contra! Eu sou a favor de combater a sonegação fiscal, mas o que dói no meu coração, como homem público, é que o pobre é tratado de um jeito e o rico do outro. Mas o povo mato-grossense ainda continua colocando-o como o melhor para o Senado, inclusive, com uma avaliação alta, e eu tenho que respeitar a decisão da maioria.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quero comunicar aos amigos da imprensa que estão aí que, hoje, às 15:30 horas, vou tratar, numa entrevista que vou conceder no meu gabinete, da questão das eleições de Cuiabá.

Então, queria convidar a imprensa que tem sempre me cobrado algumas respostas para, hoje, às 15:30 horas, conversarmos sobre esse assunto, no meu gabinete.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, servidores desta Casa, amigos que prestigiam a Sessão.

Trago aqui, Sr. Presidente, algumas Indicações de nossa autoria:

1^a) INDICAÇÃO: Indico ao INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regional de Mato Grosso, mostrando a necessidade de adotar providências que culminem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

com a liberação de recursos para a restauração da estrada vicinal e das pontes de madeira que dá acesso ao P.A. Paredão, Município de Jangada.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro a Mesa ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Superintendente Regional do INCRA/MT, Sr. João Bosco Moraes, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem a liberação de recursos para a restauração da Estrada Vicinal e das Pontes de Madeira que dá acesso ao P.A. Paredão, Município de Jangada.

JUSTIFICATIVA

O Assentamento P.A. Paredão no Município de Jangada conta com uma população crescente. A estrada vicinal que liga ao Assentamento encontra-se em estado precário e perigoso onde à época de chuvas e o desgaste conduziram a abertura de buracos gerando riscos de acidentes aos que transitam diariamente por esta importante via, além também das pontes de madeira que se encontram em péssimo estado de conservação, necessitando urgentemente de reparos.

Portanto, a recuperação faz-se necessária como meio de garantir mais segurança aos usuários em questão, que poderão escoar suas produções com segurança e também para que os visitantes se sintam seguros ao conhecer o local ou rever seus parentes que lá vivem.

Por essas razões é que solicitamos da Superintendência do INCRA/MT a especial atenção no que se refere a esta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.

Deputado SEBASTIÃO REZENDE - PR

2ª) INDICAÇÃO: Indico ao INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regional de Mato Grosso, mostrando a necessidade de adotar providências que culminem com a liberação de recursos para a construção de casas para os assentados da Gleba Rio Vermelho, Município de Rondonópolis.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro a Mesa ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Sr. Superintendente Regional do INCRA/MT, Sr. João Bosco de Moraes, mostrando a necessidade de se adotar providências que culminem a liberação de recursos para a construção de casas para os assentados da Gleba Rio Vermelho, Município de Rondonópolis.

JUSTIFICATIVA

O Assentamento da Gleba Rio Vermelho no Município de Rondonópolis conta com uma população crescente estando carente no setor de moradia. Com casa própria, a qualidade de vida do povo pobre melhora sensivelmente. A população de baixa renda poupa com enorme dificuldade. Muitas famílias são obrigadas a pagar aluguel ou morar de favor, enquanto constroem suas casas, em geral sem qualquer orientação técnica, o que eleva os gastos com material de construção e mão-de-obra, pois, não raramente, cada etapa precisa ser executada várias vezes, para corrigir os erros cometidos nas fases anteriores.

Os financiamentos não chegam até essas pessoas, seja porque têm um custo demasiadamente alto ou porque as mesmas, ainda que disposta a arcar com os encargos financeiros, não conseguem comprovar, junto aos agentes financeiros, renda familiar suficiente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

O Brasil, entretanto, já tem diversas experiências bem-sucedidas de construção de moradias para população de baixa renda através de mutirões, Cooperativas Habitacionais, Associações, Entidades Filantrópicas, dentre outras.

Os programas habitacionais para a população de baixa renda têm efeito múltiplo e, a longo prazo, contribuem para a redução dos gastos públicos, pois as regiões populosas ficam mais ordenadas e o acesso a serviços de coleta de lixo, eletricidade, água e esgoto ajudam a diminuir os riscos de doenças - há menos despesas com saúde, que hoje consome boa parte dos orçamentos governamentais. A casa própria é um estímulo para as famílias comprarem móveis, eletrodomésticos e outras utilidades da vida moderna. Além disso, por um custo relativamente pequeno, pode-se gerar milhares de novos empregos. A construção civil já responde por mais de 7% da mão-de-obra empregada no Brasil.

A casa própria é fator fundamental de estabilidade social, qualidade de vida tanto para o usuário quanto para a Comunidade como um todo, resgatando a dignidade humana.

Por essas razões é que solicitamos da Superintendência do INCRA/MT, especial atenção no que se refere a esta propositura.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.

Deputado SEBASTIÃO REZENDE - PR

Nós queremos crer que com a disposição que tem o novo Superintendente do INCRA, o Sr. João Bosco de Moraes, nós veremos esses pleitos atendidos, principalmente o pequeno produtor, os assentados, que ao longo desse período de anos tem sofrido com estradas, com falta de água, com dificuldades de se manter na pequena propriedade, nós esperamos agora que sejam possíveis esses recursos chegar até esses municípios para que essas obras sejam feitas.

Também, Sr. Presidente, eu gostaria aqui de parabenizar os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que tem estado sempre solícitos as nossas convocações. Já fizemos duas reuniões extraordinárias. Ontem fizemos mais uma reunião extraordinária para apreciar duas Mensagens do Poder Executivo, porque a Comissão é muito solícita. Pudemos, ontem, apreciar nessa reunião extraordinária uma Mensagem do Poder Executivo, esta Casa autorizando o Poder Executivo a repassar aos clubes de futebol profissional do Estado de Mato Grosso e que disputam campeonatos mato-grossenses de 2008 oitocentos mil reais que serão divididos entre esses clubes, que são distribuídos entre eles, bem como uma outra Mensagem que autoriza a MT FOMENTO a negociar a dívida do FUNDAGRO, a fazer essa cobrança, com Substitutivo Integral.

E aqui eu quero, inclusive, parabenizar o Deputado José Domingos Fraga, que presidiu a Comissão Especial e fez toda essa discussão com a MT FOMENTO, a SEDER, a SEPLAN, de forma a possibilitar que o pequeno produtor possa quitar o seu débito. Nesse Substitutivo Integral, toda essa discussão foi travada de forma a conceder facilidade para que a dívida desses pequenos produtores fossem quitadas.

Então, apenas para parabenizar a Comissão de Constituição, Justiça e Redação pelo trabalho que tem feito e pela disposição de estar sempre pronta nessas convocações de reuniões Extraordinárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, a Deputada Chica Nunes, no Pequeno Expediente.

A SR^a CHICA NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, assistência, demais companheiros e companheiras que nos honram com a presença, estamos aqui, inicialmente,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

apresentando duas Moções de Congratulações, as quais estaremos entregando amanhã, durante a nossa Sessão Especial em comemoração ao Dia da Mulher, às 15:00 horas, no Plenário desta Casa, para as Sr^{as} Roseli Marques e Yasmin Nadaf

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, inciso IX da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Sr^a Roseli Marques, Moção de Congratulações, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento da Deputada Chica Nunes, manifesta sua homenagem através dessa sincera congratulação a Sr^a Roseli Marques, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

Pretende-se com a presente e justa homenagem, além de render o devido reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à sua comunidade, Bairro Jardim Fortaleza, localizado no Coxipó, região Sul da cidade de Cuiabá, chamando a atenção para o papel e a dignidade da mulher, levando a uma tomada de consciência do seu valor, perceber o seu papel na sociedade: contestar, rever e superar preconceitos.

Tia Rose, como é conhecida, paulista de Ibitinga, há doze anos em Cuiabá, é casada, mãe de oito filhos, sendo cinco adotivos. Mulher de luta, guerreira, traz em seu perfil a característica de uma verdadeira líder. Interagi com a comunidade de maneira dinâmica, envolvendo-se com os problemas do bairro, bem como dos municípios, participando de ações que trazem melhorias para o bem estar do bairro e qualidade de vida de toda a comunidade.

Assim é que externo minha admiração e respeito pela Sr^a Roseli Marques. Por ser merecedora desta homenagem, requeremos a esta Casa de Leis seja aprovado o presente Requerimento de Moção de Congratulações.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.

Deputada CHICA NUNES - PSDB

MOÇÃO CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, inciso IX da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Sr^a Yasmin Jamil Nadaf, Moção de Congratulações, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento da Deputada Chica Nunes, manifesta suas mais sinceras congratulações a Sr^a Yasmin Jamil Nadaf, por ocasião do Dia Internacional da Mulher

Pretende-se com a presente e justa homenagem, render o devido reconhecimento a grande escritora pelo brilhante trabalho, chamando a atenção para o papel e a dignidade da mulher e levar a uma tomada de consciência do seu valor, perceber o seu papel na sociedade, contestar, rever e superar preconceitos e limitações que vêm sendo impostos à mulher.

A escritora Yasmin Jamil Nadaf é Mestre e Doutora em Língua Portuguesa, pela Unesp, e pós-doutoranda em Literatura Comparada, pela UFRJ. O seu livro *Sob o signo de uma flor: estudo da revista A Violeta*, publicado em 1993, forneceu tantos subsídios para os estudos sobre mulher e literatura, que a escritora cuiabana não parou, multiplicando os títulos publicados a partir de suas pesquisas.

A escritora pertence à Academia Mato-grossense de Letras, à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística/Anapoll, e à Associação Brasileira de Literatura Comparada/Abralic, é sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

integrante da União Brasileira de Escritores/RJ. Com o lançamento do livro *Presença de mulher*, estuda escritoras do século XIX e XX, sempre procurando privilegiar as mulheres de seu Estado natal, o que nos enche de orgulho.

Assim é que externo minha admiração e respeito pela Sr^a Yasmin Jamil Nadaf, por ser digna merecedora da homenagem, requerendo a esta Casa de Leis seja aprovado o presente Requerimento de Moção de Congratulações.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.
Deputada CHICA NUNES - PSDB

Estaremos homenageando essas duas companheiras em função de elas estarem fazendo história aqui em nosso Estado, como mulheres, guerreiras, que vêm enfrentando obstáculos, mas vêm vencendo no dia a dia.

Apresento, também, uma Moção de Congratulações à Academia Mato-grossense de Cururu.

MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES: Com fulcro no art. 183, inciso IX da Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe Moção de Congratulações à Academia Mato-grossense de Cururu, pelo fato da mesma fortalecer e divulgar a tradição, homenageando os nossos cururueiros, representado, dessa forma, a nossa Baixada Cuiabana.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, por seus membros, mediante requerimento da Deputada Chica Nunes, manifesta suas mais sinceras congratulações à Academia Mato-grossense de Cururu, pelo fato da mesma fortalecer e divulgar a tradição homenageando os nossos cururueiros.

O cururu é a base das festas religiosas da Baixada Cuiabana, uma dança dos homens que, em roda, numa sala ou ar livre, cantam ao som de violas de cocho e esganará, versos em homenagem ao (à) santo (a) festejado (a). O cururu é um folguedo popular dos mais antigos de Cuiabá, podendo se apresentar como roda de cantoria e dança e é realizado tanto em festas religiosas como profanas.

A cultura é uma herança transmitida de uma geração a outra e a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de quem faz parte.

Assim é que externo à Academia Mato-grossense de Cururu, por ser merecedora da homenagem, requerendo a esta Casa de Leis seja aprovado o presente Requerimento de Moção de Congratulações.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 06 de março de 2008.
Deputada CHICA NUNES - PSDB

E também, Sr. Presidente, usamos do Pequeno Expediente para justificar a nossa ausência, ontem, na recepção ao Governador de São Paulo, do meu Partido, José Serra. Não pudemos comparecer em função de estarmos presidindo a Reunião da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária desta Casa, uma vez que o Presidente titular, Deputado José Domingos Fraga, estava viajando, no horário que aconteceria a referida reunião, e tínhamos duas mensagens do Governo, Mensagens n^os 01 e 02, que era de extrema urgência a sua análise e apreciação. Nós estivemos ausentes durante a recepção do Governador de São Paulo, porém estivemos como Deputada, como Parlamentar do PSDB, sendo representada, na ocasião, pelo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Líder do PSDB nesta Casa, Deputado Guilherme Maluf, que nos representou e justificou a nossa ausência.

Quero dizer que o importante não é a presença da Deputada Chica Nunes, o importante é o que o Governador de São Paulo, o nosso futuro Presidente da República José Serra, esteve fazendo aqui em nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, o nobre Deputado Percival Muniz.

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, quero registrar a presença do Governador de São Paulo, José Serra, no Estado, fazendo parceria com o Governador Blairo Maggi para melhorar a arrecadação dos dois Estados. Isso é uma forma de estar melhorando o superávit fiscal de cada estado para ter mais investimento.

Quero dizer também, que o Serra representa, talvez, uma das últimas lideranças da resistência democrática. Foi exilado político no Chile, foi Presidente da UNI, quando dissolveram. Talvez seja uma das últimas lideranças do tempo da resistência que ainda está viva, e muito viva, pronta para servir a pátria e, inclusive, a outros cargos. É uma pessoa que admiramos muito pela sua trajetória, coerência e firmeza política.

Então, não estive lá para cumprimentá-lo, mas cumprimento-o no dia-a-dia com muitas idéias que ele também expressa.

Sr. Presidente, eu quero deixar claro que nós estamos tentando negociar com a liderança do Governo, com a Bancada da base do Governo, uma emenda ao orçamento, à Mensagem nº 02, deixando claro que ninguém quer a ingovernabilidade do Estado. O Estado quer e sempre teve 20% de todo orçamento para manejar do jeito que queria. Neste ano, nós tivemos, de forma afirmativa, uma decisão da Casa, de não deixar isso, essa brecha aberta, até para forçar que o Governo, de fato, tenha orçamento.

Na reunião que tivemos com o Secretário Yênes Magalhães, ele achou a nossa emenda muito boa, que é o que a Secretaria de Planejamento gostaria de ter, porque a partir do momento que a proposta é ter 20% de orçamento em cada plano/atividade, vai exigir que cada secretário comece a organizar para, de fato, votarmos aqui no final do ano o orçamento. Se você vota o orçamento para dar liberdade de mais 200% de você mudar, na verdade, fica só uma peça. Aquele projeto grosso, que todo mundo vê todo final de ano aqui, que nós perdemos tempo votando, na verdade, é uma peça fictícia. Por quê? Porque não se aplica. Toda hora que precisa remanejar, remaneja por decreto, a sociedade não fica sabendo, a Assembléia Legislativa não fica sabendo e, muitas vezes, nem o Secretário se organiza para gastar bem o orçamento.

Então, Sr. Presidente, nossa emenda está dizendo o seguinte: o governo quer 20% do orçamento? Tudo bem, 20% do orçamento, desde que seja em cada programa/atividade. Isso significa o quê? Significa que, se o Estado tem um milhão de reais para aplicar na erradicação do analfabetismo do Estado previsto no orçamento, ele pode manejar aquilo até 20% ou para mais ou para menos. O que ele não pode é extinguir a rubrica. Vai para a peça orçamentária, muitas vezes, tem lá rubricas com recursos, até nós achamos que aquilo vai ser aplicado. Então, na verdade, é uma peça de ficção.

Não estamos querendo colocar injeção ao Governo, não estamos querendo assumir o papel do Executivo. Na verdade, o Legislativo está cumprindo o seu papel, aprova o orçamento e ainda dá 20% de manejo sem ouvir o Legislativo. Agora, se quiser mais, aí nós teríamos que tomar conhecimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Eu falo isso pelo seguinte: fui prefeito, ouvi falas de ex-prefeitos dizendo sobre essa questão, fui prefeito e nunca tive um real, nenhum por cento de suplementação. Toda vez que precisei suplementar, encaminhava o pedido para Câmara Municipal. Só que nós tínhamos orçamento. Orçamento planejado onde, normalmente, precisávamos no final do ano de algum remanejamento para o processo de arrecadação.

Então, basicamente, é um papel muito importante que o Legislativo está fazendo para contribuir com a organização do Estado e, principalmente, para contribuir com um bom planejamento para o Estado de Mato Grosso.

O Governador Blairo Maggi está nos jornais dizendo: “A Oposição quer espernear, deixa espernear. Eu tenho maioria para votar.” Não é assim que se comporta. Aqui ninguém é propriedade de ninguém. O Governador não comprou passe de ninguém aqui. Cada um tem seu compromisso com seus eleitores e com a sociedade. O que nós estamos propondo é uma coisa que vai até ajudar o Governador, desde que ele possa exigir das suas secretarias que, de fato, façam o orçamento.

Agora, se ele falar: Olha, como chegou à prática tradicional e nós não estávamos preparados para isso, vamos flexibilizar um pouco este ano, mas no ano que vem eu me comprometo a ter isso que vocês estão pedindo. Já é uma conversa melhor. Não dizer: “Esperneie para lá, eu tenho, eu sou dono e vou exigir a propriedade dos Parlamentares.” Não é assim que se conduz a vida pública do Estado. Muito obrigado.

O Sr. José Domingos Fraga - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, demais colegas Deputados, Deputada Chica Nunes, eu pedi a palavra, pela Ordem, não para discutir a fala do Deputado Percival Muniz, mas, para enriquecê-la.

Eu, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, estudei bastante a Mensagem nº 02 e tive a oportunidade de relatar o pior orçamento que esta Casa já aprovou, que foi o de 2008, a peça orçamentária de 2008, infelizmente, em função do curto espaço de tempo, onde tudo se avolumou. E prova disso foi a quantidade de Veto expressiva por parte do Governo.

Nós chegamos à seguinte conclusão: O Governo precisa melhor se planejar. A Lei Orçamentária tem sido para o Governo, com todo respeito ao Governo, que tem aplicado os recursos da melhor maneira possível, Deputado Alexandre Cesar, fictícia. A prova disso é que nós tínhamos determinada região onde o Governo tem muitas parcerias para construção de pavimentação asfáltica. Nós tínhamos lá 02km de asfalto em função desse mau planejamento e da possibilidade que o Governo tem, nesta Casa. Até porque, nós confiamos do Governador Blairo Maggi fazer o remanejamento necessário para o Decreto, após aprovação do remanejamento, contido no Art. 5º, no Art. 6º, no Art. 7º, da Lei Orçamentária. Mas, nas condições que está o PPA, que está a LOA, é humanamente impossível, hoje, o Governo administrar.

O Deputado Percival Muniz tem colocado aqui que está dando 20% de remanejamento por atividade e projeto para que o Governo possa administrar. Eu acho que é humanamente impossível. Ele não conseguirá 20% para o projeto de atividade, até porque eu estudei bem. Quanto à transposição, não consegue transpor só 20% de uma unidade orçamentária para outra ou dentro da própria unidade orçamentária. Eu acho que precisava dar uma flexibilizada, no meu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

entender. E, ainda, tem a questão da reserva de contingência, que, praticamente, me parece que ficou zero da reserva de contingência.

Então, realmente, carece de maior discussão. Agora, ninguém pode negar que o Governo precisa melhor se aparelhar desse instrumento indispensável à eficácia e à transparência de uma administração, que é o seu planejamento.

O estudo do MT + 20 é muito bonito no papel. Mas, quando nós pegamos o PPA, que foi feito de acordo com a região e o planejamento do MT + 20, realmente, é uma decepção! O PPA é uma decepção e a LOA, também, foi uma decepção.

Eu quero com isso dizer que nós precisamos estudar melhor essa questão do remanejamento, do Substitutivo Integral do Deputado Percival Muniz. Isso, também, não impede de cobrarmos do Governo que administre de acordo com as peças orçamentárias, e não de acordo com o PTA. O Plano de Trabalho, de atividade de cada Secretaria, não é o Orçamento do Estado. É um planejamento interno de uma determinada Secretaria. Infelizmente, nós percebemos que o PTA de cada Secretário, porque cada um tem o seu planejamento, é mais forte do que as peças orçamentárias que foram aprovadas por esta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Estão, ainda, inscritos o Deputado Otaviano Pivetta (AUSENTE); o Deputado Riva (AUSENTE).

Nos termos do Art. 118, § 1º, foram apresentadas proposições de autoria dos Srs. Deputados:

WALTER RABELLO:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Governador do Estado, Sr. Blairo Maggi, a necessidade de determinar, através dos órgãos competentes, a adoção de medidas para que seja elaborada e colocada em prática uma campanha educativa, através dos meios de comunicação e de palestras nas escolas, sobre a importância de dar destinação final adequada a todo tipo de embalagens, *pet*, *pack* ou vidro, como forma de preservar o meio ambiente.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno, indico ao Exmº Governador do Estado, Sr. Blairo Maggi, mostrando a necessidade de determinar, através dos órgãos competentes, a adoção de medidas para que seja elaborada e colocada em prática uma campanha educativa, através dos meios de comunicação e de palestras nas escolas, sobre a importância de dar destinação final adequada a todo tipo de embalagens, *pet*, *pack* ou vidro, como forma de preservar o meio ambiente.

JUSTIFICATIVA

Nós sabemos da importância de substituir, a médio prazo, as garrafas *pet* dos recipientes de vários produtos que são comercializados no mercado, atualmente. Todavia, não podemos nos esquecer que as opções existentes para serem utilizadas na substituição das garrafas *pet*, também agredem o meio ambiente quando não são recicladas, como as embalagens tipo *pack* e de vidro.

Dessa constatação, surge a necessidade da realização de uma ampla campanha educativa patrocinada pelo Poder Público para conscientizar a população sobre esse problema.

Eu acredito que uma campanha educativa com esse objetivo, realizada através dos meios de comunicação e de palestras nas escolas, pode ajudar muito na luta pela preservação ambiental.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Quando foi Ministro da Saúde, o Governador José Serra patrocinou e realizou várias campanhas educativas semelhantes a essa, que eu defendo, como a que combateu com grande êxito o tabagismo.

Pelo que foi colocado, conto com a anuência dos nobres Pares para a aprovação da presente Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado WALTER RABELLO - PP.”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Governador do Estado, Sr. Blairo Maggi, com cópia ao Exmº Secretário de Infra-Estrutura, Sr. Vilceu Francisco Marchetti, a necessidade da cessão de uso, a título gratuito, de uma máquina modelo patrol/motoniveladora, para o Município de Santo Antônio de Leverger.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno, indico ao Exmº Governador do Estado, Sr. Blairo Maggi, com cópia ao Exmº Secretário de Infra-Estrutura, Sr. Vilceu Francisco Marchetti, mostrando a necessidade da cessão de uso, a título gratuito, de uma máquina modelo patrol/motoniveladora, para o Município de Santo Antônio de Leverger.

JUSTIFICATIVA

Eu apresento esta proposição no intuito de promover condições para que a restauração das estradas não pavimentadas do Município de Santo Antônio de Leverger seja realizada o mais breve possível, para não comprometerem totalmente o acesso da população às localidades adjacentes ao referido município, visto que as estradas vicinais encontram-se totalmente desprovidas de manutenção, principalmente, pela falta de maquinário necessário para esse serviço.

Nós solicitamos que a cessão seja realizada com a máxima urgência, para evitar que a demora nos serviços comprometa o tráfego das estradas e, também, para que não torne mais onerosa, ainda, a recuperação das mesmas. A má conservação da malha viária, decorrente do abandono e de severas intempéries, principalmente, do período de chuvas intensas, vem ocasionando prejuízos à economia da região, àquele município.

Urge a necessidade da cessão, em virtude do período das chuvas, que pode deixar a população daquela comunidade totalmente isolada.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado WALTER RABELLO - PP.”

3ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: “Com fulcro no art. 183, inciso IX, da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Srª Maria Selma Martins Defanti a presente Moção de Aplausos, pelo transcurso do dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

No dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher. A data é uma homenagem a cento e vinte e nove trabalhadoras que morreram carbonizadas dentro de uma fábrica, na Cidade de Nova Iorque, em 08 de março de 1857. Elas foram trancadas dentro da indústria têxtil, na qual trabalhavam, pelos patrões e pela polícia, durante um protesto por melhores condições de trabalho. Os próprios patrões atearam fogo na fábrica. Passaram-se muitos anos e, lamentavelmente, em pleno Século XXI, a situação não mudou muito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

A violência contra as mulheres continua freqüente. A prostituição forçada, a escravidão e a violência associada aos conflitos armados continuam presentes em toda a sociedade. A pobreza endêmica e a negação dos direitos humanos são causas fundamentais da violência. Como nós sabemos, as vítimas da pobreza são, principalmente, as mulheres e as crianças. A nossa tarefa mais premente é, portanto, a erradicação da pobreza mediante políticas audazes, que permitam aos desfavorecidos crescer com educação e trabalho digno. Trata-se de um trabalho árduo para o qual devemos mobilizar todas as nossas energias, capacidades e recursos.

A presença da mulher na vida de cada um de nós e, também, na história de pessoas e de comunidades que nos precederam, em todos os tempos e lugares, foi sempre marcante e decisiva, quer nos episódios em que era o centro ou força influente das decisões, quer nos momentos em que foi humilhada e despojada de direitos fundamentais do ser humano.

Como Deputado neste Parlamento, asseguro-lhes que tenho me posicionado na defesa dos interesses das mulheres e lhes assevero que o seu espírito de mobilização na luta pelas conquistas sociais merece o nosso apoio e reconhecimento.

Que no dia 08 de março possamos reverenciar, abraçar e acarinhar nossas mães, esposas, irmãs, filhas, amigas e entes-queridas, que nos deram a vida com tanto carinho e que são a nossa razão de viver.

Parabéns a todas vocês, amigas, solidárias, guerreiras e vencedoras.

Fica aqui o meu tributo a todas vocês!

Eu gostaria que a presente Moção fosse registrada nos Anais desta Casa de Leis, bem como enviada a Sr^a Maria Selma Martins Defanti, extensiva a todas as mulheres do Estado de Mato Grosso .

Contando com a anuência dos nobres Pares para a sua aprovação, submeto-a para apreciação deste douto Plenário .

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado WALTER RABELLO - PP”

4ª) MOÇÃO DE APLAUSOS - “Com fulcro no art. 183, inciso IX, da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Sr^a Celis Pinto de Souza a presente Moção de Aplausos, pelo transcurso do dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

No dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher. A data é uma homenagem a cento e vinte e nove trabalhadoras que morreram carbonizadas dentro de uma fábrica, na Cidade de Nova Iorque, em 08 de março de 1857. Elas foram trancadas dentro da indústria têxtil, na qual trabalhavam, pelos patrões e pela polícia, durante um protesto por melhores condições de trabalho. Os próprios patrões atearam fogo na fábrica. Passaram-se muitos anos e, lamentavelmente, em pleno Século XXI, a situação não mudou muito.

A violência contra as mulheres continua freqüente. A prostituição forçada, a escravidão e a violência associada aos conflitos armados continuam presentes em toda a sociedade. A pobreza endêmica e a negação dos direitos humanos são causas fundamentais da violência. Como nós sabemos, as vítimas da pobreza são, principalmente, as mulheres e as crianças. A nossa tarefa mais premente é, portanto, a erradicação da pobreza mediante políticas audazes, que permitam aos desfavorecidos crescer com educação e trabalho digno. Trata-se de um trabalho árduo para o qual devemos mobilizar todas as nossas energias, capacidades e recursos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

A presença da mulher na vida de cada um de nós e, também, na história de pessoas e de comunidades que nos precederam, em todos os tempos e lugares, foi sempre marcante e decisiva, quer nos episódios em que era o centro ou força influente das decisões, quer nos momentos em que foi humilhada e despojada de direitos fundamentais do ser humano.

Como Deputado neste Parlamento, asseguro-lhes que tenho me posicionado na defesa dos interesses das mulheres e lhes assevero que o seu espírito de mobilização na luta pelas conquistas sociais merece o nosso apoio e reconhecimento.

Que no dia 08 de março possamos reverenciar, abraçar e acarinhar nossas mães, esposas, irmãs, filhas, amigas e entes-queridas, que nos deram a vida com tanto carinho e que são a nossa razão de viver.

Parabéns a todas vocês, amigas, solidárias, guerreiras e vencedoras.

Fica aqui o meu tributo a todas vocês!

Eu gostaria que a presente Moção fosse registrada nos Anais desta Casa de Leis, bem como enviada a Sr^a Celis Pinto de Souza, extensiva a todas as mulheres do Estado de Mato Grosso .

Contando com a anuência dos nobres Pares para a sua aprovação, submeto-a para apreciação deste douto Plenário .

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado WALTER RABELLO - PP”

5ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: “Com fulcro no art. 183, inciso IX, da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Sr^a Rosaneide de Campos Rodrigues a presente Moção de Aplausos, pelo transcurso do dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

No dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher. A data é uma homenagem a cento e vinte e nove trabalhadoras que morreram carbonizadas dentro de uma fábrica, na Cidade de Nova Iorque, em 08 de março de 1857. Elas foram trancadas dentro da indústria têxtil, na qual trabalhavam, pelos patrões e pela polícia, durante um protesto por melhores condições de trabalho. Os próprios patrões atearam fogo na fábrica. Passaram-se muitos anos e, lamentavelmente, em pleno Século XXI, a situação não mudou muito.

A violência contra as mulheres continua freqüente. A prostituição forçada, a escravidão e a violência associada aos conflitos armados continuam presentes em toda a sociedade. A pobreza endêmica e a negação dos direitos humanos são causas fundamentais da violência. Como nós sabemos, as vítimas da pobreza são, principalmente, as mulheres e as crianças. A nossa tarefa mais premente é, portanto, a erradicação da pobreza mediante políticas audazes, que permitam aos desfavorecidos crescer com educação e trabalho digno. Trata-se de um trabalho árduo para o qual devemos mobilizar todas as nossas energias, capacidades e recursos.

A presença da mulher na vida de cada um de nós e, também, na história de pessoas e de comunidades que nos precederam, em todos os tempos e lugares, foi sempre marcante e decisiva, quer nos episódios em que era o centro ou força influente das decisões, quer nos momentos em que foi humilhada e despojada de direitos fundamentais do ser humano.

Como Deputado neste Parlamento, asseguro-lhes que tenho me posicionado na defesa dos interesses das mulheres e lhes assevero que o seu espírito de mobilização na luta pelas conquistas sociais merece o nosso apoio e reconhecimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Que no dia 08 de março possamos reverenciar, abraçar e acarinhar nossas mães, esposas, irmãs, filhas, amigas e entes-queridas, que nos deram a vida com tanto carinho e que são a nossa razão de viver.

Parabéns a todas vocês, amigas, solidárias, guerreiras e vencedoras.

Fica aqui o meu tributo a todas vocês!

Eu gostaria que a presente Moção fosse registrada nos Anais desta Casa de Leis, bem como enviada a Sr^a Rosaneide de Campos Rodrigues, extensiva a todas as mulheres do Estado de Mato Grosso .

Contando com a anuência dos nobres Pares para a sua aprovação, submeto-a para apreciação deste douto Plenário .

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado WALTER RABELLO - PP”

6ª) MOÇÃO DE APLAUSOS - “Com fulcro no art. 183, inciso IX, da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Sr^a Maria José Pedroso Taques a presente Moção de Aplausos, pelo transcurso do dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

No dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher. A data é uma homenagem a cento e vinte e nove trabalhadoras que morreram carbonizadas dentro de uma fábrica, na Cidade de Nova Iorque, em 08 de março de 1857. Elas foram trancadas dentro da indústria têxtil, na qual trabalhavam, pelos patrões e pela polícia, durante um protesto por melhores condições de trabalho. Os próprios patrões atearam fogo na fábrica. Passaram-se muitos anos e, lamentavelmente, em pleno Século XXI, a situação não mudou muito.

A violência contra as mulheres continua freqüente. A prostituição forçada, a escravidão e a violência associada aos conflitos armados continuam presentes em toda a sociedade. A pobreza endêmica e a negação dos direitos humanos são causas fundamentais da violência. Como nós sabemos, as vítimas da pobreza são, principalmente, as mulheres e as crianças. A nossa tarefa mais premente é, portanto, a erradicação da pobreza mediante políticas audazes, que permitam aos desfavorecidos crescer com educação e trabalho digno. Trata-se de um trabalho árduo para o qual devemos mobilizar todas as nossas energias, capacidades e recursos.

A presença da mulher na vida de cada um de nós e, também, na história de pessoas e de comunidades que nos precederam, em todos os tempos e lugares, foi sempre marcante e decisiva, quer nos episódios em que era o centro ou força influente das decisões, quer nos momentos em que foi humilhada e despojada de direitos fundamentais do ser humano.

Como Deputado neste Parlamento, asseguro-lhes que tenho me posicionado na defesa dos interesses das mulheres e lhes assevero que o seu espírito de mobilização na luta pelas conquistas sociais merece o nosso apoio e reconhecimento.

Que no dia 08 de março possamos reverenciar, abraçar e acarinhar nossas mães, esposas, irmãs, filhas, amigas e entes-queridas, que nos deram a vida com tanto carinho e que são a nossa razão de viver.

Parabéns a todas vocês, amigas, solidárias, guerreiras e vencedoras.

Fica aqui o meu tributo a todas vocês!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Eu gostaria que a presente Moção fosse registrada nos Anais desta Casa de Leis, bem como enviada a Sr^a Maria José Pedroso Taques, extensiva a todas as mulheres do Estado de Mato Grosso .

Contando com a anuência dos nobres Pares para a sua aprovação, submeto-a para apreciação deste douto Plenário .

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado WALTER RABELLO - PP”

7^a) MOÇÃO DE APLAUSOS - “Com fulcro no art. 183, inciso IX, da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Sr^a Rosita Souza de Oliveira a presente Moção de Aplausos, pelo transcurso do dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

No dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher. A data é uma homenagem a cento e vinte e nove trabalhadoras que morreram carbonizadas dentro de uma fábrica, na Cidade de Nova Iorque, em 08 de março de 1857. Elas foram trancadas dentro da indústria têxtil, na qual trabalhavam, pelos patrões e pela polícia, durante um protesto por melhores condições de trabalho. Os próprios patrões atearam fogo na fábrica. Passaram-se muitos anos e, lamentavelmente, em pleno Século XXI, a situação não mudou muito.

A violência contra as mulheres continua freqüente. A prostituição forçada, a escravidão e a violência associada aos conflitos armados continuam presentes em toda a sociedade. A pobreza endêmica e a negação dos direitos humanos são causas fundamentais da violência. Como nós sabemos, as vítimas da pobreza são, principalmente, as mulheres e as crianças. A nossa tarefa mais premente é, portanto, a erradicação da pobreza mediante políticas audazes, que permitam aos desfavorecidos crescer com educação e trabalho digno. Trata-se de um trabalho árduo para o qual devemos mobilizar todas as nossas energias, capacidades e recursos.

A presença da mulher na vida de cada um de nós e, também, na história de pessoas e de comunidades que nos precederam, em todos os tempos e lugares, foi sempre marcante e decisiva, quer nos episódios em que era o centro ou força influente das decisões, quer nos momentos em que foi humilhada e despojada de direitos fundamentais do ser humano.

Como Deputado neste Parlamento, asseguro-lhes que tenho me posicionado na defesa dos interesses das mulheres e lhes assevero que o seu espírito de mobilização na luta pelas conquistas sociais merece o nosso apoio e reconhecimento.

Que no dia 08 de março possamos reverenciar, abraçar e acarinhar nossas mães, esposas, irmãs, filhas, amigas e entes-queridas, que nos deram a vida com tanto carinho e que são a nossa razão de viver.

Parabéns a todas vocês, amigas, solidárias, guerreiras e vencedoras.

Fica aqui o meu tributo a todas vocês!

Eu gostaria que a presente Moção fosse registrada nos Anais desta Casa de Leis, bem como enviada a Sr^a Rosita Souza de Oliveira, extensiva a todas as mulheres do Estado de Mato Grosso .

Contando com a anuência dos nobres Pares para a sua aprovação, submeto-a para apreciação deste douto Plenário .

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado WALTER RABELLO - PP”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

8ª) MOÇÃO DE APLAUSOS - “Com fulcro no art. 183, inciso IX, da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Srª Maria Lúcia Siqueira Cavalcanti a presente Moção de Aplausos, pelo transcurso do dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

No dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher. A data é uma homenagem a cento e vinte e nove trabalhadoras que morreram carbonizadas dentro de uma fábrica, na Cidade de Nova Iorque, em 08 de março de 1857. Elas foram trancadas dentro da indústria têxtil, na qual trabalhavam, pelos patrões e pela polícia, durante um protesto por melhores condições de trabalho. Os próprios patrões atearam fogo na fábrica. Passaram-se muitos anos e, lamentavelmente, em pleno Século XXI, a situação não mudou muito.

A violência contra as mulheres continua freqüente. A prostituição forçada, a escravidão e a violência associada aos conflitos armados continuam presentes em toda a sociedade. A pobreza endêmica e a negação dos direitos humanos são causas fundamentais da violência. Como nós sabemos, as vítimas da pobreza são, principalmente, as mulheres e as crianças. A nossa tarefa mais premente é, portanto, a erradicação da pobreza mediante políticas audazes, que permitam aos desfavorecidos crescer com educação e trabalho digno. Trata-se de um trabalho árduo para o qual devemos mobilizar todas as nossas energias, capacidades e recursos.

A presença da mulher na vida de cada um de nós e, também, na história de pessoas e de comunidades que nos precederam, em todos os tempos e lugares, foi sempre marcante e decisiva, quer nos episódios em que era o centro ou força influente das decisões, quer nos momentos em que foi humilhada e despojada de direitos fundamentais do ser humano.

Como Deputado neste Parlamento, asseguro-lhes que tenho me posicionado na defesa dos interesses das mulheres e lhes assevero que o seu espírito de mobilização na luta pelas conquistas sociais merece o nosso apoio e reconhecimento.

Que no dia 08 de março possamos reverenciar, abraçar e acarinhar nossas mães, esposas, irmãs, filhas, amigas e entes-queridas, que nos deram a vida com tanto carinho e que são a nossa razão de viver.

Parabéns a todas vocês, amigas, solidárias, guerreiras e vencedoras.

Fica aqui o meu tributo a todas vocês!

Eu gostaria que a presente Moção fosse registrada nos Anais desta Casa de Leis, bem como enviada a Srª Maria Lúcia Siqueira Cavalcanti, extensiva a todas as mulheres do Estado de Mato Grosso .

Contando com a anuência dos nobres Pares para a sua aprovação, submeto-a para apreciação deste douto Plenário.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado WALTER RABELLO - PP”

9ª) MOÇÃO DE APLAUSOS - “Com fulcro no art. 183, inciso IX, da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Srª Poliana Rocha Ramires a presente Moção de Aplausos, pelo transcurso do dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

No dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher. A data é uma homenagem a cento e vinte e nove trabalhadoras que morreram carbonizadas dentro de uma fábrica, na Cidade de Nova Iorque, em 08 de março de 1857. Elas foram trancadas dentro da indústria têxtil, na qual trabalhavam, pelos patrões e pela polícia, durante um protesto por melhores condições de trabalho. Os próprios patrões atearam fogo na fábrica. Passaram-se muitos anos e, lamentavelmente, em pleno Século XXI, a situação não mudou muito.

A violência contra as mulheres continua freqüente. A prostituição forçada, a escravidão e a violência associada aos conflitos armados continuam presentes em toda a sociedade. A pobreza endêmica e a negação dos direitos humanos são causas fundamentais da violência. Como nós sabemos, as vítimas da pobreza são, principalmente, as mulheres e as crianças. A nossa tarefa mais premente é, portanto, a erradicação da pobreza mediante políticas audazes, que permitam aos desfavorecidos crescer com educação e trabalho digno. Trata-se de um trabalho árduo para o qual devemos mobilizar todas as nossas energias, capacidades e recursos.

A presença da mulher na vida de cada um de nós e, também, na história de pessoas e de comunidades que nos precederam, em todos os tempos e lugares, foi sempre marcante e decisiva, quer nos episódios em que era o centro ou força influente das decisões, quer nos momentos em que foi humilhada e despojada de direitos fundamentais do ser humano.

Como Deputado neste Parlamento, asseguro-lhes que tenho me posicionado na defesa dos interesses das mulheres e lhes assevero que o seu espírito de mobilização na luta pelas conquistas sociais merece o nosso apoio e reconhecimento.

Que no dia 08 de março possamos reverenciar, abraçar e acarinhar nossas mães, esposas, irmãs, filhas, amigas e entes-queridas, que nos deram a vida com tanto carinho e que são a nossa razão de viver.

Parabéns a todas vocês, amigas, solidárias, guerreiras e vencedoras.

Fica aqui o meu tributo a todas vocês!

Eu gostaria que a presente Moção fosse registrada nos Anais desta Casa de Leis, bem como enviada a Sr^a Poliana Rocha Ramires, extensiva a todas as mulheres do Estado de Mato Grosso.

Contando com a anuência dos nobres Pares para a sua aprovação, submeto-a para apreciação deste douto Plenário.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado WALTER RABELLO - PP”

10ª) MOÇÃO DE APLAUSOS - “Com fulcro no art. 183, inciso IX, da consolidação do Regimento Interno, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que registre nos Anais desta Casa de Leis e encaminhe a Sr^a Marta Cassiano Pizatti a presente Moção de Aplausos, pelo transcurso do dia 08 de março, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

No dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher. A data é uma homenagem a cento e vinte e nove trabalhadoras que morreram carbonizadas dentro de uma fábrica, na Cidade de Nova Iorque, em 08 de março de 1857. Elas foram trancadas dentro da indústria têxtil, na qual trabalhavam, pelos patrões e pela polícia, durante um protesto por melhores condições de trabalho. Os próprios patrões atearam fogo na fábrica. Passaram-se muitos anos e, lamentavelmente, em pleno Século XXI, a situação não mudou muito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

A violência contra as mulheres continua freqüente. A prostituição forçada, a escravidão e a violência associada aos conflitos armados continuam presentes em toda a sociedade. A pobreza endêmica e a negação dos direitos humanos são causas fundamentais da violência. Como nós sabemos, as vítimas da pobreza são, principalmente, as mulheres e as crianças. A nossa tarefa mais premente é, portanto, a erradicação da pobreza mediante políticas audazes, que permitam aos desfavorecidos crescer com educação e trabalho digno. Trata-se de um trabalho árduo para o qual devemos mobilizar todas as nossas energias, capacidades e recursos.

A presença da mulher na vida de cada um de nós e, também, na história de pessoas e de comunidades que nos precederam, em todos os tempos e lugares, foi sempre marcante e decisiva, quer nos episódios em que era o centro ou força influente das decisões, quer nos momentos em que foi humilhada e despojada de direitos fundamentais do ser humano.

Como Deputado neste Parlamento, asseguro-lhes que tenho me posicionado na defesa dos interesses das mulheres e lhes assevero que o seu espírito de mobilização na luta pelas conquistas sociais merece o nosso apoio e reconhecimento.

Que no dia 08 de março possamos reverenciar, abraçar e acarinhar nossas mães, esposas, irmãs, filhas, amigas e entes-queridas, que nos deram a vida com tanto carinho e que são a nossa razão de viver.

Parabéns a todas vocês, amigas, solidárias, guerreiras e vencedoras.

Fica aqui o meu tributo a todas vocês!

Eu gostaria que a presente Moção fosse registrada nos Anais desta Casa de Leis, bem como enviada a Sr^a Marta Cassiano Pizatti, extensiva a todas as mulheres do Estado de Mato Grosso.

Contando com a anuência dos nobres Pares para a sua aprovação, submeto-a para apreciação deste douto Plenário.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado WALTER RABELLO - PP”

JUAREZ COSTA:

1^a) PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Odemar Luiz Consalter Schenatto.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 26, XXVIII, da Constituição Estadual, e o art. 171, inciso VIII, do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Conceder o Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Odemar Luiz Consalter Schenatto.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Sr. Odemar Luiz Consalter Schenatto nasceu em Paim Filho-RS, em 16/07/1952. É filho de Aleixo Schenatto (*in memorian*) e de Armelinda Consalter Schenatto. É

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

casado com Lourdes Guerra Schenatto, com quem tem três filhas: Cristiane, Lílian e Amanda. O empresário é, também, avô de Mariana Schenatto Dalle.

O nosso homenageado obteve sua maior graduação estudantil e universitária no Município de Palmas-PR, onde iniciou seus fundamentos na Escola Municipal de Palmas, no ano período de 1962/1965. Após isso, de 1966/1969, estudou no Colégio Comercial Estadual e no Colégio Estadual Leonel Franca, entre os anos de 1970 e 1972. Em 1973, iniciou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e o Curso de História, também, em Palmas-PR. Ainda, em 1973, transferiu-se para o Curso de Engenharia Mecânica, na Faculdade Federal do Paraná, em Curitiba.

Desde pequeno, Odemar Schenatto já batalhava para ajudar nas despesas da casa. Junto com os irmãos Gilmar (*in memorian*), Lucimar (*in memorian*) e Vanderlei, aprendeu a ser autoconfiante e progressivamente foi adquirindo maiores habilidades. Na juventude, teve participação ativa nos movimentos políticos e sociais. Nos estudos de formação e graduação universitária sempre se destacou, demonstrando sua enorme capacidade de liderança e empreendedorismo, traços que o acompanham até hoje.

Com o propósito de ampliar novos horizontes, inclusive, comerciais, em 1974, aos 23 anos, mudou-se com a família para Sinop, onde instalou o segundo posto de gasolina da cidade, denominado Posto Santo Antônio.

Pioneira, a família Schenatto está entre as dez primeiras que se instalaram no Município. Ele iniciou suas atividades na venda de combustível, que mais tarde ampliou com a inauguração da churrascaria, da lanchonete, da loja de conveniência, do lavador, da borracharia e das salas comerciais. Um complexo de atividades, organizadas em 50.000m². Atualmente, é o maior ponto de referência da região Norte do Estado, empregando mais de cento e vinte funcionários.

A sua contribuição para que Sinop se transformasse no pólo que é hoje foi de fundamental importância e tem servido de exemplo às classes empresarial e política daquela região. Esteve presente em todos os momentos vitais da história sinopense.

É cidadão atuante. Militou em inúmeras ações no âmbito político, econômico e social de interesse relevante da cidade.

Apaixonado por esta terra, participou ativamente da construção da Igreja Santo Antônio, a primeira de Sinop. Dirigiu a Paróquia São Camilo e o Seminário Diocesano, que mais tarde se transformou no atual Colégio Regina Pacis.

Atuante, persistente e batalhador, ele trabalhou incansavelmente pela construção da Capela Nossa Senhora de Lourdes e pela Casa Shalon, um dos orgulhos da comunidade católica.

Mas foi na área social o seu grande destaque. O seu empenho e dedicação resultaram em frutos dos quais muitos se orgulham. E não é para menos. Ele colaborou ativamente na implantação e construção das Comunidades Brígida, Selene, 11 de Julho e São Roque. Ajudou a instituir o 'Lar dos Vicentinos', retiro onde estão abrigados idosos sem famílias ou vítimas de maus-tratos. No local vivem, hoje, trinta e quatro idosos em caráter permanente e temporário.

Ele contribuiu de forma significativa para a implantação, estruturação e manutenção da APAE de Sinop, que atende, hoje, 196 alunos. A instituição tem em seus quadros cinquenta profissionais atuando nas áreas de pedagogia, fisioterapia, fonoaudiologia, assistência social, psicologia e terapia ocupacional. A instituição conta, ainda, com médicos, dentistas e advogados que trabalham de forma voluntária. A grade curricular inclui a estimulação precoce com os alunos que têm entre zero e três anos, pré-escola, ensino fundamental e EJA (ensino de jovens e adultos), mantendo, ainda, projetos de reciclagem de papel, hortas, aulas de natação e integração

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

social dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho. Tudo isso faz da instituição a mais atuante e moderna da região.

Ele auxiliou na construção e segue investindo no Centro de Recuperação Ebenézer, especializado no tratamento de dependentes químicos. Foi membro ativo da ‘Comissão Pró-Construção da Catedral Sagrado Coração de Jesus’, símbolo da fé cristã sinopense.

Atualmente, o empresário Odemar Schenatto é membro da ACRINORTE - Associação dos Criadores do Norte Mato-grossense, responsável pela realização da maior feira agropecuária da região Norte de Mato Grosso, além de realizar leilões, palestras, simpósios, cursos e outros eventos voltados, principalmente, para a classe criadora de gado do Nortão. Ele participa, ainda, da Diretoria da CDL-Câmara de Dirigentes Lojistas e é membro do Clube Hípico.

A sua atuação ganhou notoriedade, ultrapassando a fronteira sinopense. Exemplo disso, pode ser conferido na recuperação de estradas do Município de União do Sul, na construção da Igreja Católica daquele município e na intensa atividade social ali desenvolvida pelo empresário. A sua presença, também, pode ser sentida na Cidade de Cláudia, com a recuperação de estradas vicinais e com a construção da Igreja Católica local.

Em Tabaporã, esteve intrinsecamente ligado à recuperação de estradas, na construção da Igreja da Paróquia São José e em inúmeras atividades desportivas. Igualmente, nas cidades de Vera e Carmem, contribuiu no desenvolvimento do esporte e na construção da Igreja Matriz.

Mas foi o Sinop Futebol Clube a sua grande paixão. A sua atuação no ‘Galo do Norte’ é um capítulo à parte de sua biografia. Em 1973, o cruzamento de duas ruas passou a ser usado como campo de futebol pelos jovens pioneiros, que ali se reuniam para jogar bola. No mesmo ano, foi formada a primeira equipe de futebol de Sinop. No time, Odemar Schenatto. Em 1985, a Prefeitura Municipal, em área cedida pela Colonizadora, implantou o Estádio Municipal de Futebol de Sinop, conhecido como ‘Madeirão’ e mais tarde como ‘Lagoão’. Ali foram disputados vários campeonatos de futebol amador, com a participação de um grande número de equipes, principalmente, das madeireiras. Nesse estádio, o Sinop Futebol Clube disputou jogos pelo Campeonato Mato-grossense de Futebol profissional. Em 1989, a Prefeitura realizou inúmeras melhorias no estádio, possibilitando à equipe do Sinop Futebol Clube, que se encontrava inativa, voltar às atividades sob a presidência de Odemar Schenatto. Nesse ano, o Sinop Futebol Clube foi campeão estadual pela primeira vez, jogando na segunda divisão. Feito inédito, entrou para a história como o primeiro clube do interior a conquistar o título de Campeão Estadual. No ano seguinte, 1990, já na primeira divisão do estadual, bateu grandes times da capital, Cuiabá. Essa atuação valeu ao nosso homenageado o convite para presidir a Federação Mato-grossense de Futebol. Os jogos eram sempre um espetáculo à parte. Reunia famílias inteiras no Estádio ‘Gigante do Norte’, hoje, Massami Uriu, e recebia torcedores de várias cidades. Foram os anos de ouro do ‘Galo do Norte’, com repercussão nacional, evidenciando o norte mato-grossense.

Em 2004, Odemar Luiz Consalter Schenatto recebeu da Câmara Municipal de Sinop o título de Cidadão Benemérito em reconhecimento aos relevantes serviços prestados.

Com isso, submeto ao elevado descortino de meus ilustres Pares a presente proposição que requer a concessão de Título de Cidadão Mato-grossense ao empresário Odemar Luiz Consalter Schenatto, homem público que muito contribuiu para o desenvolvimento de Sinop e de várias cidades da região.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Ao colocar-se à disposição deste Estado, ajudou e continua ajudando a alavancar sua economia, com a geração de progresso, desenvolvimento e qualidade de vida. Seu comprometimento, indubitavelmente, faz dele um cidadão merecedor de distinguida láurea.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado JUAREZ COSTA - PMDB”

ROBERTO FRANÇA:

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Porto Estrela.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Porto Estrela.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Porto Estrela com a construção da base e doação de uma farinha para que possam se beneficiar da mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo, com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Porto Estrela passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Barra do Bugres.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Barra do Bugres.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Barra do Bugres com a construção da base e doação de uma farinha para que possam se beneficiar da mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo, com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Barra do Bugres passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

3ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Juruena.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção de base física e doação dos equipamentos de uma farinha, para o Município de Juruena.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Juruena com a construção da base e doação dos equipamentos de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Juruena passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00
HORAS.

4ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação dos equipamentos de uma farinha, para o Município de Castanheira.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção de base física e de uma farinha para o Município de Castanheira.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Castanheira, com a construção da base e doação de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Castanheira passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

5ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Colniza.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Colniza.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Colniza, com a construção da base e doação de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso melhoria na qualidade de vida com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Castanheira passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

6ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Rio Branco.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Rio Branco.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Rio Branco, com a construção da base e doação de uma farinha, onde possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Rio Branco passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

7ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Acorizal.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Acorizal.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Acorizal, com a construção da base e doação de uma farinha para que possam se beneficiar da mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo, com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Acorizal passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

8ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Chapada dos Guimarães.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Chapada dos Guimarães.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Chapada dos Guimarães, com a construção da base e doação de uma farinha para que possam se beneficiar da mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo, com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Chapada dos Guimarães passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00
HORAS.

Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

9ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Rosário Oeste.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Rosário Oeste.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Rosário Oeste com a construção da base e doação dos equipamentos de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Rosário Oeste passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

10ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação dos equipamentos de uma farinha, para o Município de Juara.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Juara.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Juara, com a construção da base e doação dos equipamentos de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Juara passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

11ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município Cotriguaçu.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Cotriguaçu.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Cotriguaçu, com a construção da base e doação dos equipamentos de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Cotriguaçu passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

12ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município Porto Esperidião.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Porto Esperidião.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Porto Esperidião, com a construção da base e doação dos equipamentos de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Porto Esperidião passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM

13ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município Alta Floresta.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Alta Floresta.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Alta Floresta, com a construção da base e doação dos equipamentos de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Alta Floresta passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM

14ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Nortelândia.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Nortelândia.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Nortelândia, com a construção da base e doação dos equipamentos de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Nortelândia passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM

15ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha para o Município de Nova Maringá.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Nova Maringá

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Nova Maringá, com a construção da base e doação dos equipamentos de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Nova Maringá passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM”

16ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, a necessidade da construção de base física e doação de uma farinha, para o Município de Mirassol d’Oeste.

Com fulcro no art. 160 e incisos do Regimento Interno, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e ao Presidente da EMPAER, mostrando a necessidade da construção da base física e doação de uma farinha para o Município de Mirassol d’Oeste.

JUSTIFICATIVA

É imprescindível que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e da EMPAER, estude com carinho a possibilidade de atender os pequenos produtores rurais de Mirassol d’Oeste, com a construção da base e doação dos equipamentos de uma farinha, para que possam beneficiar a mandioca plantada nos seus pequenos lotes rurais, garantindo com isso, melhoria na qualidade de vida, com a comercialização da farinha que ali será produzida.

Hoje, esses pequenos produtores rurais de Nova Maringá passam por dificuldades financeiras. Muitos estão perdendo a plantação por não terem um local e equipamento adequado para produzir a farinha, indispensável até na composição dos produtos que compõem a cesta básica e, na maioria das vezes, único meio de subsistência desses produtores. Essa farinha garantirá o aproveitamento integral de suas plantações e até comercialização da farinha a preços mais acessíveis. Essa é uma reivindicação e aspiração antiga daquele ordeiro povo.

Assim, torna-se necessário que o Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e EMPAER, acolha a presente Indicação, após sua aprovação pelos dignos Pares, nesta Casa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00
HORAS.

Deputado ROBERTO FRANÇA - DEM^{PT}

ZÉ CARLOS DO PÁTIO:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exm^o Governador do Estado de Mato Grosso e ao Exm^o Secretário de Estado do Meio Ambiente a necessidade de se implantar a Guarda Florestal no Município de Rondonópolis.

Com fundamento no que preceitua o art. 160, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora o encaminhamento da presente Indicação ao Exm^o Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Blairo Borges Maggi e ao Exm^o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. Luís Henrique Chaves Daldegan, mostrando a necessidade de se implantar a Guarda Florestal no Município de Rondonópolis.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de encaminhamento de Indicação ao Exm^o Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Blairo Borges Maggi, e ao Exm^o Secretário de Meio Ambiente, Sr. Luís Henrique Chaves Daldegan, mostrando a necessidade de se implantar a Guarda Florestal no Município de Rondonópolis.

O Município de Rondonópolis está localizado no Sudeste Mato-grossense, a 211Km da Capital. Possui uma área de 4.165,23km², tem, aproximadamente, 180.000 habitantes (IBGE 2007), figurando em 15º no *ranking* do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), tendo sua economia voltada à pecuária, agricultura, comércio e indústria.

A preservação ambiental em Rondonópolis e na região Sul está prejudicada pela falta de estrutura dos órgãos ambientais que atuam na cidade. Os trabalhos estão atrelados à denúncia, porque, com número reduzido de funcionários, a fiscalização é dificultada. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) têm, juntos, apenas, dezoito funcionários para a área de fiscalização.

De acordo com o IBAMA, em Rondonópolis, sem funcionários suficientes é, praticamente, impossível fiscalizar uma área que abrange dezenove municípios, pois, não estão dando conta nem de Rondonópolis. A SEMA destaca que há uma dependência da sociedade. Quando a sociedade denuncia, o trabalho é realizado, porém, se não há apoio da comunidade, a situação fica mais difícil.

A SEMA atende quinze municípios da região e, além dos serviços de fiscalização, é responsável por todos os tipos de licenciamentos ambientais, mas, com nove funcionários fica impossível uma ação rápida por parte dos fiscais do meio ambiente.

Conforme os órgãos que atuam na cidade, a melhoria da estrutura é fundamental para a eficiência desejada. A região possui uma rede fluvial muito grande, um número elevado de propriedades rurais e, ainda, cresce na área de industrialização, o que requer controle ambiental para garantir a preservação.

Assim, a implantação da Guarda Florestal é necessária, pois, minimizará os impactos que a falta de estrutura causa ao processo de preservação ambiental da região.

Portanto, propomos a presente Indicação para que esta Casa Legislativa possa apreciá-la e aprová-la.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

2ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Governador do Estado de Mato Grosso e ao Exmº Secretário de Estado de Saúde, a necessidade de se disponibilizar um veículo, tipo ambulância, para o Município de Novo Horizonte do Norte.

Com fundamento no que preceitua o art. 160, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora o encaminhamento da presente Indicação ao Exmº Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Blairo Borges Maggi, e ao Exmº Secretário de Estado de Saúde, Sr. Augustinho Moro, mostrando a necessidade de se disponibilizar um veículo, tipo ambulância, para o Município de Novo Horizonte do Norte.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de encaminhamento de Indicação ao Exmº Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Blairo Borges Maggi, e ao Exmº Secretário de Estado de Saúde, Sr. Augustinho Moro, solicitando a disponibilização de um veículo, tipo ambulância, para o Município de Novo Horizonte do Norte.

Novo Horizonte do Norte está localizado no Norte mato-grossense, a 663Km da Capital. Possui uma área de 938,39km², tem, aproximadamente, 3.900 habitantes (IBEGE 2007), figurando em 104º no *ranking* do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e tendo sua economia voltada a pecuária agricultura e comércio.

O Município de Novo Horizonte do Norte conta somente com uma ambulância em estado precário para atender todos os munícipes. Quando o veículo se desloca para atender algum chamado, dependendo da distância, fica praticamente impossível atender outras necessidades, retornando até 6:00 horas, após o seu deslocamento, o que coloca a população em uma situação de desespero pela falta do serviço de remoção das unidades de saúde mais estruturadas, colocando em risco a vida de pessoas.

Sendo assim, requeremos à Mesa Diretora deste Poder Legislativo, o encaminhamento da presente Indicação para que o Executivo Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde, possa analisar a necessidade e, com urgência, providenciar o veículo, tipo ambulância, para aquela comunidade. Essa providência repercutirá favoravelmente na sociedade e acarretará importantes benefícios sociais na área da saúde pública, razões que nos conduziram a apresentar esta proposição.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

3ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: “Com fulcro no que preceitua o art. 183, inciso IX, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora deste Poder seja aprovada e enviada Moção de Aplausos à ONG Y Ikatu Xingu, pela campanha ‘Salve a água boa do Xingu’.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Em meados de 1990, as lideranças do Parque Indígena do Xingu, no Nordeste de Mato Grosso, manifestaram suas preocupações com a situação de ocupação, desmatamento no seu entorno e assoreamento dos rios que cortam a área.

O Parque Indígena do Xingu é um dos maiores símbolos da diversidade sócio-cultural e biológica do Brasil. Criado em 1961, é uma das terras indígenas mais conhecidas do País, abrigando quatorze etnias e cerca de cinco mil pessoas. A criação do Parque resultou do trabalho dos mais importantes sertanistas brasileiros, entre eles os irmãos Villas Bôas.

Xingu é signo de rio grande, de índio e floresta, uma referência da diversidade biológica e cultural do nosso País. Ele nasce nos terrenos cristalinos do Planalto Central, atravessa o Estado de Mato Grosso e do Pará e deságua no rio Amazonas. São mais de cinqüenta e um milhões de hectares de extensão.

A saúde do Xingu está ameaçada pelo desmatamento indiscriminado que vem ocorrendo nos últimos quarenta anos nas cabeceiras dos rios que formam a bacia, afetando dez mil índios, além de quatrocentos e cinqüenta mil não-índigenas de trinta e cinco municípios. Várias nascentes do rio Xingu já secaram. Em conseqüência, cresce a perspectiva de uma grave crise hídrica na região. Os fazendeiros têm relatado o aumento da erosão e a redução de fertilidade das terras. O assoreamento e a poluição estão provocando, ainda, a morte dos peixes. Em longo prazo, a alteração do clima e a perda de biodiversidade, também, ameaçarão o Estado do Mato Grosso. Já são mais de quatro milhões de hectares destruídos.

A Campanha Y Ikatu Xingu (que significa ‘água limpa e boa’ na língua Kamaiurá) está unindo índios, fazendeiros, agricultores, governos e comerciantes para protegerem e recuperarem suas nascentes e matas ciliares. A campanha pretende incentivar a ação dos vários setores envolvidos. Os produtores rurais terão papel fundamental na recuperação das matas. As prefeituras serão estimuladas a implantar programas de educação ambiental, formar viveiros de mudas e melhorar o saneamento básico das cidades. Os índios estão dispostos a monitorar a qualidade da água dos rios e coletar sementes. Assentados da região são sensíveis à campanha, mas, esperam apoio para reflorestar.

Os primeiros passos para articular os diferentes atores sociais da região foram dados durante o ‘Encontro Nascentes do Xingu’, em outubro de 2004, em Canarana, que foi organizado por movimentos sociais, entidades civis, prefeituras e órgãos governamentais

Durante o encontro sobre a situação das cabeceiras do Rio Xingu, cada segmento da sociedade pôde discutir seus problemas específicos e apresentar as possíveis soluções. A idéia da mobilização partiu das lideranças do Parque Indígena do Xingu.

Quando o Xingu se esvai morrem os peixes, as plantas e um pouco de cada gente, de cada um de nós.

Diante da envergadura dos investimentos e pelos benefícios que serão agregados à sociedade e notadamente a todo Estado é que propomos a presente Moção de Aplausos à ONG ‘Y Ikatu Xingu’, como reconhecimento à luta na busca da realização de tão importante obra.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

4ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Governador do Estado de Mato Grosso e ao Exmº Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, a necessidade de implantar um CDP-Centro de Detenção Provisório no Município de Primavera do Leste.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Com fundamento no que preceitua o art. 160, inciso II, do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora o encaminhamento da presente Indicação ao Exmº Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Blairo Borges Maggi, e ao Exmº Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Sr. Carlos Brito de Lima, mostrando a necessidade de implantar um CDP-Centro de Detenção Provisório no município de Primavera do Leste.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de encaminhamento de Indicação ao Exmº Governador do Estado de Mato Grosso, Sr. Blairo Borges Maggi, e ao Exmº Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Sr. Diógenes Curado, com cópia ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Sr. Antônio Benedito Campos Filho, mostrando a necessidade de se instalar um CDP-Centro de Detenção Provisório no Município de Primavera do Leste

Primavera do Leste está localizado na região Sudeste mato-grossense, a 239Km da Capital. Possui uma área de 5.472.21km², tem, aproximadamente, 45.000 habitantes (IBGE 2007), figurando em 8º no *ranking* do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Tem a sua economia voltada à pecuária, à agricultura e ao comércio, portanto, carece de atenção especial do Poder Público do nosso Estado.

A Comunidade do Município depende de infra-estrutura. Sabedores que somos da preocupação desse Governo, com as questões que tocam diretamente a sociedade, é que buscamos atender aquela comunidade com a política que mais preocupa hoje os cidadãos de todos os municípios, que é a segurança pública.

No dia 31/10/07, mais uma fuga aconteceu na Cadeia Pública de Primavera do Leste, quando fugiram nove 9 detentos de alta periculosidades, sendo que foram recapturados e os restante continua foragido. Esta é, apenas, mais uma série de fugas que vem acontecendo ao longo do tempo em nosso presídio, por estar no limite da capacidade da unidade prisional.

Também não é preciso ser nenhum especialista em segurança para perceber os extremos que existentes. Tem pouco espaço; é mal dividido para comportar tamanha quantidade e periculosidade de presos e possui um limitado número de servidores para dar conta de tanta responsabilidade. O resultado não poderia ser outro, senão, fugas para alguns, insegurança, incerteza e dificuldades para todos, pessoas de bem, cumpridores de suas responsabilidades, mas, reféns da bandidagem.

Devido à superlotação, à precariedade do estado físico à demanda atual e a sua localização, em meio a um bairro populoso, próximo ao Centro da Cidade, esse é mais um motivo para a implantação do Centro de Detenção Provisória - CDP, que irá coibir abusos das mais variadas espécies, ademais servirá como apaziguador de ânimos dada a função de agentes prisionais como instrumento de paz social.

Sendo assim, requeremos à Mesa Diretora deste Poder Legislativo, o encaminhamento da presente Indicação para que o Executivo Estadual, por intermédio da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, possa analisar a necessidade e, com urgência, providenciar a instalação do referido CDP, fato que repercutirá favoravelmente na sociedade na medida em que acarretar importantes benefícios sociais na área da segurança pública, razões que nos conduziram a apresentar esta proposição.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.
Deputado ZÉ CARLOS DO PÁTIO - PMDB”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00
HORAS.

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente.

Estão inscritos os Srs. Deputados: José Domingos Fraga, Wagner Ramos, Zé Carlos do Pátio, Percival Muniz, Otaviano Pivetta e Guilherme Maluf e a Deputada Chica Nunes.

Nós queremos registrar a presença, hoje, do ex-Deputado Joaquim Sucena.

Com a palavra, o Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, demais Deputados, eu vou usar do Grande Expediente para ler um documento, que acho muito importante, sobre a reforma tributária.

A reforma tributária está aí. Ela já é alvo de uma discussão em nível de Congresso Nacional. Aqui não se falou da reforma tributária! De forma direta, ela afetará o Estado de Mato Grosso e os municípios.

Então, eu acho que é importante, em rápidas palavras, ler alguns trechos deste documento que está em minhas mãos:

“Os objetivos principais da proposta são: simplificar o sistema tributário nacional, avançar no processo de desoneração tributária e eliminar distorções que prejudicam o crescimento da economia brasileira.

No caso da União, ela propõe uma grande simplificação, através da consolidação de tributos, com incidências semelhantes. Nesse sentido, propõe-se a unificação de um conjunto de tributos indiretos incidentes no processo de produção e comercialização de bens e serviços, a saber: a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados (CIDE).

Tal unificação seria realizada através da criação de um imposto sobre operações com bens e prestações de serviços, que, nas discussões sobre a reforma tributária, vem sendo denominado de Imposto sobre o Valor Adicionado Federal (IVA-F), consubstanciado na inclusão do inciso VIII e dos §§ 6º e 7º, do art. 153, da Constituição, bem como pela revogação dos dispositivos constitucionais que instituem a Cofins (art. 195, I, “b” e IV, e § 12 deste artigo), a CIDE-Combustíveis (art. 177, § 4º) e a contribuição para o PIS (modificações no art. 239).

Além da simplificação resultante da redução do número de tributos, essa unificação tem como objetivo reduzir a incidência cumulativa ainda existente no sistema de tributos indiretos do País. Essa redução da cumulatividade resultaria da eliminação de um tributo que impõe às cadeias produtivas um ônus com características semelhantes ao da incidência cumulativa, a CIDE-Combustíveis, e da correção de distorções existentes na estrutura da COFINS e da contribuição para o PIS, as quais, pelo regime atual, têm parte da incidência pelo regime não-cumulativo e parte pelo regime cumulativo.

Vale destacar que, na regulamentação do IVA-F, será possível desonerar completamente os investimentos, através da concessão de crédito integral e imediato para a aquisição de bens destinados ao ativo permanente. Também, será possível assegurar a apropriação de créditos fiscais, atualmente obstados, relativo a bens e serviços que não são diretamente incorporados ao produto final, usualmente chamados de ‘bens de uso e consumo’, eliminando, assim, mais uma importante fonte de cumulatividade remanescente nos tributos indiretos federais.

Como a maior parte da receita do IVA-F provém das extintas contribuições para o PIS e COFINS, que estão sujeitas ao regime de noventena e não à anterioridade, propõe-se que o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

mesmo grau de restrição atualmente vigente para estas contribuições seja aplicado ao IVA-F, nos termos do art. 62, §2º e art. 150, §1º da Constituição.

Outra importante simplificação que está sendo proposta é a incorporação da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), dos tributos que têm a mesma base, o lucro das empresas. Para tanto, propõe-se a revogação da alínea 'c', do inciso I, do art. 195, da Constituição, sendo que os ajustes decorrentes da incorporação poderão ser feitos através da Legislação Infraconstitucional, que rege o Imposto de Renda.

Faz-se necessário, no entanto, um ajuste nas normas constitucionais relativas ao Imposto de Renda, de modo a permitir que possam ser cobrados adicionais do IRPJ, diferenciados por setor econômico, a exemplo do que hoje já é permitido para a CSLL. Tal ajuste é feito através da inclusão o inciso III no § 2º do art. 153 da Constituição.

Por fim, propõe-se uma importante medida de desoneração da folha de pagamentos dos trabalhadores, mediante a substituição da contribuição social do salário-educação por uma destinação da arrecadação federal. Tal mudança seria feita por meio de alterações nos §§ 5º e 6º, do art. 212 e do art. 159 da Constituição.

O momento de implementação das mudanças nos tributos federais é oportuno para fazer essa substituição, pois, permite que, ao se definir a alíquota do IVA-F, seja considerada a necessidade de suprir a receita da contribuição que está sendo suprimida.

Na mesma linha da desoneração da folha de pagamento, no art. 11, da PEC, prevê-se que a lei estabelecerá reduções gradativas da contribuição patronal sobre a folha nos anos subseqüentes aos da reforma, devendo o Poder Executivo encaminhar o respectivo Projeto de Lei no prazo de até 90 dias da promulgação da Emenda.

Atendendo à preocupação com o controle da carga tributária, está previsto, no art. 9º da PEC, que Lei Complementar poderá estabelecer limites e mecanismos de ajuste da carga tributária do IVA-F e do IR, relativamente aos exercícios em que forem implementadas as alterações propostas.

Ao se simplificar o sistema tributário federal, extinguindo-se várias contribuições, cuja arrecadação passará a ser provida por um novo imposto, o IVA-F, torna-se necessário definir destinações de receita que restabeleçam o financiamento adequado das atividades às quais estavam vinculados os tributos que foram extintos.

A presente proposta prevê a destinação de determinadas porcentagens de uma base ampla de tributos, o Imposto de Renda (IR), o IVA-F e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para o financiamento dessas atividades. Tais destinações estão consolidadas no inciso I, do art. 159, da Constituição, sendo que todas as porcentagens foram calculadas com base na receita realizada em 2006”.

Com a introdução dessas novas vinculações à arrecadação dos impostos federais, torna-se necessário efetuar ajustes no sistema de partilhas das receitas federais com os demais entes da federação. Nesse sentido, foram mantidos inalterados os percentuais previstos para destinação aos diversos fundos de partilha federativa, deduzindo-se da base de cálculo o valor das novas vinculações instituídas. Ou seja, os novos impostos federais passam a arrecadar mais para suprir as fontes das extintas contribuições

Em função dessa reestruturação, são procedidas também alterações técnicas na vinculação para manutenção e desenvolvimento do ensino, do art. 212 da Constituição, de forma a manter a situação dos recursos destinados para essa finalidade inalterados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Também são propostas, no art. 2º da PEC, alterações no art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de modo que a desvinculação de receitas da União (DRU) mantenha, da mesma forma, inalterados os seus efeitos durante o prazo de sua vigência.

No tocante ao Imposto, de competência estadual - que mais nos interessa - Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), tem-se, atualmente, um quadro de grande complexidade da legislação. Cada um dos Estados mantém a sua própria regulamentação, formando um complexo de 27 (vinte e sete) diferentes legislações a serem observadas pelos contribuintes. Agrava esse cenário a grande diversidade de alíquotas e de benefícios fiscais, o que caracteriza o quadro denominado de “guerra fiscal”.

Se Deus quiser, essa discussão vai deixar de existir daqui a dois anos.

Para solucionar essa situação, a proposta prevê a inclusão do art. 155-A na Constituição, estabelecendo um novo ICMS em substituição ao atual, que é regido pelo art. 155, II, da Constituição, o qual resta revogado.

A principal alteração, Deputado Percival Muniz, é a criação de um novo ICMS que contempla uma competência conjunta para o imposto, sendo mitigada a competência individual de cada Estado para normatização do tributo. Assim, esse imposto passa a ser instituído por uma lei complementar, conformando uma lei única nacional, e não mais por 27 leis das unidades federadas.

Dada a peculiaridade dessa lei complementar, que vai além da norma geral, fazendo às vezes de lei instituidora do imposto para cada Estado e o Distrito Federal, são propostas, no § 3º do art. 61 da Constituição, regras especiais para a iniciativa dessa norma, que ficará a cargo do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, dos Governadores ou das Assembléias Legislativas, sendo que nessas hipóteses deverão estar representadas todas as Regiões do País. Tal configuração tem o objetivo de prover maior estabilidade à legislação do imposto que, com isso, estará sujeita a um menor volume de propostas de alteração.

O § 5º do art. 155-A determina que a regulamentação do imposto também será unificada, devendo ser editada, nos termos do § 7º do mesmo artigo por um órgão colegiado dos Estados e do Distrito Federal. Esse órgão está delineado nos moldes do atual Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ); assim, passaremos a denominá-lo, para efeito de simplificação de sua remissão, de novo CONFAZ.

Na esteira do ICMS atual, o inciso III do § 1º estabelece para o novo ICMS a incidência sobre as importações. É prevista também a incidência do novo ICMS sobre os serviços não sujeitos ao ISS que sejam prestados conjuntamente com operações e prestações sujeitas ao ICMS, evitando-se fugas de tributação das impositões estaduais e municipais.

Também em consonância com as regras estabelecidas para o atual ICMS, no inciso IV do § 1º, são previstas as seguintes imunidades: para as exportações, com a garantia de manutenção e o aproveitamento do crédito fiscal do imposto; para o ouro, quando negociado como ativo financeiro; e para as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

O § 2º do art. 155-A disciplina o sistema de definição das alíquotas do imposto. No geral, as alíquotas do novo ICMS serão limitadas àquelas definidas pelo Senado Federal, que deverá estabelecer as alíquotas em que serão enquadráveis os bens e serviços, definindo, dentre elas, aquela que será a alíquota padrão do imposto, aplicável a todas as hipóteses não sujeitas a outra alíquota especial. Caberá ao novo CONFAZ propor ao Senado Federal o enquadramento de bens e serviços nas alíquotas diferentes da padrão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

O Senado aprovará ou rejeitará as proposições, aplicando-se a alíquota padrão para as propostas rejeitadas.

Ou seja, quando fugir da alíquota padrão, o novo CONFAZ terá que deliberará e, mesmo assim, ainda cabe aprovação pelo Senado Federal.

A proposta prevê que a lei complementar definirá mercadorias e serviços que poderão ter sua alíquota aumentada ou reduzida por lei estadual, bem como os limites e condições para essas alterações. Essa previsão resguarda um espaço de autonomia para os Estados terem gerência sobre o tamanho de suas receitas, preservando um poder de recomposição de arrecadação que será importante na transição do modelo, evitando a necessidade de se estabelecer as alíquotas pelo topo.

No mesmo sentido, o art. 4º prevê a não aplicação dos princípios da anterioridade e da noventena ao novo ICMS, excepcionalmente nos dois primeiros anos de sua implementação. Tal medida se justifica em função da magnitude das mudanças a serem levadas a efeito, permitindo, de forma excepcional, uma capacidade de reação mais célere dos Entes na hipótese de um declínio abrupto e inesperado de suas receitas. Assegurando-se um período mínimo de não-surpresa aos contribuintes, está previsto um prazo de 30 dias para eventuais alterações de legislação que impliquem majoração do imposto nesse período.

Ainda na linha de estabelecer segurança para os Estados na transição do modelo, é criado um Fundo de Equalização de Receitas (FER), a ser regulamentado por lei complementar, e financiado por uma vinculação de recursos que substitui a parcela de 10% do IPI atualmente transferida aos Estados proporcionalmente à exportação de produtos industrializados, além de outros recursos definidos na lei complementar. No art. 5º da PEC, estabelece-se que recursos do FER deverão ser utilizados de forma decrescente para a compensação dos Estados pela desoneração das exportações e de forma crescente para a equalização dos efeitos da Reforma Tributária.

O § 3º do art. 155-A estabelece que nas operações e prestações interestaduais, o imposto pertencerá preponderantemente ao Estado de destino da mercadoria ou serviço, ficando o equivalente à incidência de 2% do imposto para o Estado de origem.

Ou seja, 98% Do imposto ICMS novo será dedicado, lá na ponta, para os Estados que consumirem; e 2% para os Estados produtores, o caso do Estado de Mato Grosso.

Na mesma linha de prover o sistema normativo de medidas que permitam a boa aplicação de possíveis modelos a serem definidos em lei complementar para aplicação do princípio do destino no novo ICMS, é proposta a regra a ser inserida no art. 34 da Constituição, prevendo hipótese de intervenção federal na unidade federada que reter parcela do novo ICMS devido a outra Unidade da Federação.

Ou seja, o Estado que reter ICMS na ponta do consumo será realmente penalizado pelo Governo Federal.

O § 4º do art. 155-A da Constituição determina que as isenções ou quaisquer incentivos ou benefícios fiscais, Deputado Percival Muniz, vinculados ao imposto serão definidos pelo novo CONFAZ. Portanto, incentivos fiscais daqui para frente será definido pelo CONFAZ o novo CONFAZ, e deverão ser uniformes em todo território nacional, salvo no caso de hipóteses relacionadas aos regimes especiais de micro e pequenas empresas e a regimes aduaneiros especiais, as quais poderão ser definidas em lei complementar.

A alteração no § 6º, do art. 150, da Constituição, estabelece a exceção de edição de tais benefícios fiscais pelo novo CONFAZ, tornando desnecessária a edição de norma autônoma do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Estado para tratar desta matéria, define, ainda, que caberá a lei complementar estabelecer grande parte do arcabouço normativo do ICMS, disposto sobre fatos geradores... (TEMPO ESGOTADO).

Sr. Presidente, só um minuto...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Mais um minuto, para conclusão, ao nobre Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - É bastante interessante, Sr. Presidente, mas, eu vou parar por aqui, em função do tempo, mas, entendo que essa matéria é de grande relevância. Vou pedir à Mesa Diretora que faça cópia e entregue aos Srs. Deputados, por se tratar, realmente, de uma medida, de uma reforma tributária que está mexendo não só com o Congresso Nacional, mas, está mexendo com todo o Brasil, também, com o Estado de Mato Grosso.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Pela Ordem, Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de convidar os colegas Deputados... Nós temos hoje uma Sessão Solene, que será realizada às 16:00 horas, em comemoração aos 200 anos do desembarque da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro. Essa data é comemorada no dia 07 de março, inclusive, nós teremos - fui informado pelo Secretário de Comunicação e pelo senhor Wanderlei - um pequeno vídeo sobre a História dos Bragança, da Família Bragança e convido os colegas Deputados para participarem dessa Sessão, às 16:00 horas.

E, nesse sentido, também, estou apresentando, Sr. Presidente, um projeto de lei, que institui o Dia da Etnia Portuguesa no Estado de Mato Grosso, que passaria a ser comemorado no dia 22 de abril.

PROJETO DE LEI:

Institui o Dia da Etnia Portuguesa no Estado de Mato Grosso.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Dia da Etnia Portuguesa no Estado de Mato Grosso, a ser comemorado, anualmente, no dia 22 de abril.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O dia 07 de março de 2008 marcará os duzentos anos do desembarque da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, após uma breve estadia em Salvador.

D. João VI, então príncipe regente da Coroa portuguesa, ao tomar conhecimento de que as tropas francesas de Napoleão avançavam pelo interior de Portugal em direção a Lisboa, decidiu, em 1807, transferir a capital do reino para o Brasil. Essa resolução não apenas contribuiu para manter intacto o poder soberano dos Bragança, como transformou para sempre a feição da então Colônia Brasil.

O Brasil presenciou a abertura dos portos às nações amigas, o livre comércio, a implantação de indústrias, a introdução de diferentes hábitos culturais e a criação de importantes instituições, como a Imprensa Régia, o Banco do Brasil, a Biblioteca Real (Biblioteca Nacional),

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Real Academia de Belas Artes (Museu Nacional de Belas Artes), o Jardim Botânico, a Real Junta de Arsenais do Exército e a Real Academia Militar, cujas edificações abrigam o MHN desde 1922.

A viagem da Família Real foi decisiva para o desenvolvimento do Brasil, gerando grandes transformações na estrutura socioeconômica, cultural e política brasileira. Na verdade, a presença da corte portuguesa no país acelerou o processo que resultou em nossa Independência, proclamada pelo herdeiro de D. João VI, D. Pedro I.

A data proposta para comemorar o Dia da Etnia Portuguesa, 22 de abril, coincide com o dia do descobrimento oficial do Brasil.

Assim, certo da importância da etnia portuguesa para a nossa nação é que apresento o projeto, na certeza de sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

Deputado RIVA - PP”

E aí eu relato aqui, que o então Príncipe regente da Coroa Portuguesa, Dom João XVI, ao tomar conhecimento de que as tropas francesas de Napoleão avançavam pelo interior de Portugal em direção a Lisboa, decidiu, em 1807, transferir a capital do Reino para o Brasil.

Essa resolução, não apenas, contribuiu para manter intacto o poder soberano dos Bragança, como transformou para sempre a feição da então Colônia Brasileira, Colônia Brasil.

O Brasil presenciou a abertura dos Portos, às nações amigas, o livre comércio, implantação das indústrias, a introdução de diferentes hábitos culturais e a criação de importantes instituições como: a Imprensa Régia; o Banco do Brasil; a Biblioteca Real, hoje Biblioteca Nacional; a Real Academia de Belas Artes; o Museu Nacional de Belas Artes; o Jardim Botânico; a Real Junta de Arsenais do Exército e a Real Academia Militar, cujas, edificações abrigam desde 1922.

A viagem da família real foi decisiva para o desenvolvimento do Brasil, gerando grandes transformações na estrutura socioeconômica, cultural e política brasileira. Na verdade, a presença da corte real portuguesa no país acelerou o processo que resultou na nossa independência, proclamada pelo herdeiro de Dom João VI, Dom Pedro I.

A data proposta para comemorar o Dia da Etnia Portuguesa, 22 de abril, coincide com o dia do descobrimento oficial do Brasil.

Então, Sr. Presidente, apresento aqui este Projeto de Lei e convido os colegas, porque, a bem da verdade é que a nossa história, Sr. Presidente, está intrinsecamente ligada com a etnia portuguesa e a instituição dessa data em Mato Grosso é, na verdade, uma homenagem a toda colônia portuguesa que se encontra no Brasil e que contribuiu decisivamente com o nosso desenvolvimento.

Sr. Presidente, eu queria, também, comemorar mais uma conquista da CPI da SEMA - elas são tão vagarosas, mas, vão acontecendo aos poucos e nós temos a obrigação aqui, Deputado Dilceu Dal Bosco - que é o fortalecimento dos onze escritórios regionais que se tornam unidades desconcentradas e são as unidades, eu vou até ler aqui, que passam a ter cinco técnicos de nível superior e cinco agentes ambientais.

O escritório de Juara, por exemplo, Sr. Presidente, tinha apenas um funcionário. Hoje, eu estive com os funcionários e havia uma reclamação da SEMA que não se produzia... (TEMPO ESGOTADO)

Sr. Presidente, ainda restam dois ou três minutos para encerrar o Grande Expediente e eu peço permissão para utilizar esse tempo. Muito obrigado.

Então, Srs. Presidente, como é que vai se produzir com um funcionário sem nenhum veículo, por exemplo. É a pesca predatória, é o desmatamento, é uma série de coisas que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

precisam ser fiscalizadas e nesse aspecto eu quero aqui, comemorar e agradecer ao Governador Blairo Maggi, o Secretário Luis Henrique, o Secretário Geraldo de Vitto, que já assinaram aqui o Decreto, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e nesse aspecto, nós teremos onze escritórios devidamente fortalecidos, que são os de Cáceres, Barra do Garças, Juína, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Aripuanã, Vila Rica e Juara.

Onze escritórios regionais que passam a ser unidades desconcentradas, passando a ter cinco técnicos de nível superior e cinco agentes ambientais. Então, é um avanço, considerando que esses escritórios inexistiam, com uma estrutura pífia, é um avanço considerável.

Por último, Sr. Presidente, apenas para informar, conversei pela manhã, por telefone, com o senhor Rui, da FAMATO, que se deslocava de Juína e eu estou propondo, Sr. Presidente, diante da lentidão de todas as instituições, que esta Casa assuma a paternidade da Ação Direta de Incondicionalidade, contra o Decreto 6.321. Gostaria de propor a Vossa Excelência, aos Pares, não podemos permitir, essa discussão avança muito, existe uma lentidão nessa definição, a FAMATO não tem legitimidade para isso, vai impetrar um Mandado Segurança, acredito que o Mandado de Segurança não é o melhor remédio.

Queria pedir permissão a Vossa Excelência, para trabalhar isso com nosso conjunto jurídico, com nossa acessória, com a Procuradoria desta Casa e se preciso, buscar respaldo de alguns advogados que se propõe, inclusive, Sr. Presidente, como forma de colaboração a nós ajudar nisso. Muito obrigado Sr. Presidente

O Sr. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu gostaria de agradecer a presença em nome dos Sr. Deputados, Juarez Costa, Dilceu Dal Bosco, Maksuês Leite, Roberto França, agradecer a presença, nesta Casa do amigo Roberto Dorner, empresário de Comunicação da Cidade de Sinop, está aqui acompanhado pelo Vereador Dalton.

Quero também agradecer a presença do amigo Mateus Magalhães, Presidente da (UNIVAB), também, está presente Wanderley Pimenta, Diretor da UNIVAB, que é a União várzea-grandense de Associações de Moradores de Bairros, sejam bem vindos a esta Casa.

Estamos entrando na Ordem do Dia, passo pela Ordem, vice-Presidente desta Casa, Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR DILCEU DAL BOSCO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a. Deputada, antes de mais nada, com a vossa permissão, Sr. presidente, quero registrar a presença do ex-Presidente da Câmara de Sinop, Dalton Benone Martine, em nome do Deputado Juarez Costa e demais Deputados.

E, também, dizer aqui ao Deputado Riva, Presidente da CPI, a todos os membros da CPI, a esta Casa, a imprensa, ao povo mato-grossense, que além da conquista falada agora pouco pelo Deputado Riva, Presidente da CPI, quanto a estruturação da SEMA, nós temos que registrar aqui duas outras conquistas importantes, promovidas pela CPI da SEMA, uma delas é uma instrução normativa que já fora assinado pelo Secretário, referente as áreas de posse no Estado de Mato Grosso, onde se buscou alternativas para que esses proprietários, essas pessoas que detenham a posse, o título, uma documentação que assim a defina, possam usufruir dos mesmos benefícios dos demais, tendo a possibilidade da utilização da terra e, também, do plano de manejo, um avanço considerável para todo o Estado de Mato Grosso.

Acreditamos que, ainda esta semana, já está na Casa Civil, o Governador assine um novo decreto sobre as áreas de exploração seletiva, ou áreas mexidas, ou acatãção, como queiram, como é conhecida na nossa região e em todo o Estado de Mato Grosso. São áreas que, por

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

um motivo ou outro, foram exploradas sem autorização, são planos de manejo do passado, seja através da retirada somente de uma espécie, ou algumas espécies de madeiras, ou através da entrada do fogo na área, ou através do roubo, ou de uma outra forma que aconteceu em várias áreas do Estado de Mato Grosso.

Esse decreto regulamenta a possibilidade de se fazer o Plano de Manejo nessas áreas também ampliando, consideravelmente, a matéria prima no nosso Estado para esse segmento tão importante da indústria madeireira.

Portanto, além desse avanço da estruturação da SEMA, esse da posse, nós temos esse das áreas de exploração seletiva, ou áreas mexidas. São conquistas desta Casa, da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em especial, da CPI e acima disso, do nosso povo e do setor de base florestal do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Indicações de autoria dos Srs. Deputados Sebastião Rezende, José Domingos Fraga, Riva, Roberto França e Zé Carlos do Pátio apresentadas no Pequeno Expediente desta Sessão.

Em discussão as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria da Deputada Chica Nunes, à Academia Mato-grossense de Cururu, pelo fato da mesma fortalecer e divulgar a tradição homenageando os cururueiros.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria da Deputada Chica Nunes, à Sr^a Roseli Marques, por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Riva, à todas as mulheres do Estado de Mato Grosso, pela comemoração do Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado no dia 08 de março do corrente ano.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Congratulações, de autoria do Deputado Riva, aos Presidentes de Câmaras Municipais e Prefeitos dos seguintes Municípios: Vila Bela da Santíssima Trindade, Bom Jesus do Araguaia, Barão de Melgaço, Santa Terezinha, Ipiranga do Norte, Itanhangá, pela passagem do aniversário de emancipação política.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Homenagem, de autoria do Deputado Riva, ao Sr. Manfred Robert, em decorrência dos trabalhos médicos e sociais prestados à população no combate à hanseníase e tuberculose.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Walter Rabello, as Sr^{as} Celis Pinto de Souza, Rosaneide de Campos Rodrigues, Maria José Pedroso Taques, Rosita Souza de Oliveira,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Maria Lúcia Siqueira Cavalcanti, Poliana Rocha Ramires e Maria Cassiano Pizatti, pela comemoração do Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado no dia 08 de março do corrente ano.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta para tramitação do Projeto de Lei nº 02/08, Mensagem nº 02/08, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.828, de 17.01.08, que estima receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício de 2008 - LOA/2008.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando dispensa de pauta para tramitação do Projeto de Lei nº 01/08, Mensagem nº 01/08, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.704, de 23.08.07, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008 - LDO/2008.

Em votação o Requerimento...

O Sr. Percival Muniz - Sr. Presidente, solicito a palavra para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Percival Muniz.

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu fui surpreendido por este Requerimento.

Vejam bem, eu acho que nós temos, os Deputados têm todo direito de pedir a dispensa da tramitação normal das mensagens. Mas eu queria dizer que a única questão que está pegando na votação dessa discussão é exatamente... A discussão nós estamos fazendo sobre o orçamento, nós estamos trabalhando nesse sentido, quando se pede uma dispensa, praticamente, colocamos a mensagem de forma atropelada para ser votada.

Então, eu queria aqui... Eu acho e concordo que a maioria manda e a minoria chia, mas não precisava chegar a tanto, Sr. Presidente. Não precisava chegar a tanto, porque é previsto, regimentalmente, que nós teríamos direito a discutir nas comissões, cumprindo prazo regimental para atender essas questões.

Agora, a partir do momento que as Lideranças, com um grande número de assinaturas, resolve atropelar a tramitação dessas mensagens... Nós sabemos da necessidade, mas está fácil garantir a urgência. É só fazer um acordo. E o acordo nós já discutimos com o Secretário. O Secretário não tem nada a opor, já foi construído um pedaço de um acordo já que com o Substitutivo apresentado, o próprio Líder do Governo assumiu compromisso de apoiar.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Eu vou conceder um aparte a Vossa Excelência.

Veja bem, eu entendo, porque, se tem um grupo de Parlamentares construindo entendimento em cima da matéria, de repente, se atropela dessa forma para que não tenha mais esse prazo, que normalmente as minorias usam. Então, eu acho que não é de bom andamento, de boa prática essa sugestão que está sendo feita aqui, com todo respeito que eu tenho a maioria. Eu acho que a maioria sente que está sendo ultrajada, que está prejudicando. Deve-se usar o seu poder de maioria, mas num processo que estamos conduzindo de uma forma aberta.

Ontem, nós permitimos a votação, em 1ª discussão, da Mensagem, exatamente perdendo regimentalmente um prazo que poderíamos ter para fazer a obstrução. Quer dizer, na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

confiança, numa promessa da tribuna feita aqui pelo Líder do Governo, no sentido de que, hoje, poderia tentar construir um entendimento e já inclusive votar hoje esta matéria, e de repente, ao invés de dar a resposta, no sentido de que foi possível ou não foi possível, não vai dar, porque se atropela com um requerimento desse.

Então, eu francamente acho que as coisas - a guerra anunciada, não mata aleijado -, no Parlamento, nós temos que ter tranqüilamente... “Olha, vim negociando com Vossas Excelências até agora, buscando entendimento. Agora, daqui para frente, nós vamos usar o nosso poder de maioria”. Agora o que não pode é, ao mesmo tempo que ficam os idiotas - eu me considero idiota - com a situação dessa... Ao mesmo tempo eu, o Deputado Zé Carlos do Pátio mais alguns Deputados, Deputado Adalto de Freitas - Daltinho, ficamos discutindo alternativas, e a alternativa correta, a bem do Estado, alternativa positiva, alternativa que possa melhorar inclusive a aplicação, sinalizando inclusive o seguinte: Olha, o Governo quer pedir um tempo para poder fazer o orçamento de forma competente. Nós damos esse tempo, aprovamos do jeito que está, mas permite que no ano que vem não venha a mesma coisa, que a exceção não vire norma. Quer dizer, está transformando a exceção numa norma.

Então, eu francamente acho que - e vou ouvir o Deputado Zé Carlos do Pátio -, do jeito que está aqui é melhor assinar todo mundo, dá uma maioria e manda a Ata para o Executivo. Para que ficarmos aqui perdendo tempo, deixando de cuidar dos nossos negócios, deixando de cuidar da nossa família, deixando de passar bons momentos com amigos, para ficar aqui por uma coisa que não vale nada e custando caro para a sociedade nos manter aqui?

Então, eu me sinto ultrajado!

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Ouço com prazer o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Eu quero fazer o seguinte encaminhamento: Primeiro, eu não quero aqui colocar que o Governo do Estado sinalizou para buscar o entendimento. Quer dizer, eu acho que qualquer atitude, de regime de urgência e urgentíssima, é precipitar o encaminhamento do Estado... O Secretário de Planejamento, o Líder do Governo... Até porque, eu quero dizer o seguinte: a bancada, independente de oposição, se é para votar... Eu até sugiro o seguinte: Se for para fazer esse encaminhamento, vota hoje! Nós marcamos a nossa posição. Vota em duas... Tem Sessão Extraordinária... Vota tudo hoje, entrega... Pronto, acabou... Não tem problema! Eu marco a minha posição contrária! Não tem problema! Porque ontem, nós votamos a matéria em confiança ao entendimento. Inclusive, isso que eu nunca fiz na minha vida, eu fiz ontem, na busca do entendimento.

Eu estou sentindo que a Mesa, Deputado Sérgio Ricardo, está precipitando o entendimento do Líder do Governo com o Governo na busca do entendimento dessa questão...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu só quero auxiliar os dois nobres Deputados nessa discussão. A dispensa de pauta que nós estamos votando... O que é que acontece? Esse Projeto vai... O que é a dispensa de pauta? O Projeto vai ficar aqui durante cinco Sessões...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Posso falar uma coisa para Vossa Excelência? Nós não precisamos de dispensa de pauta!

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Veja bem...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Se hoje tiver um entendimento, que nós façamos um compromisso de votar tudo hoje! Bate o martelo hoje! Não precisa disso!

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - A dispensa de pauta não impede, Deputado Zé Carlos do Pátio...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

A dispensa de pauta não prejudica os Projetos nas Comissões! De maneira nenhuma!

Então, nas Comissões, Vossas Excelências terão todo o tempo de apresentar as emendas que desejarem.

A dispensa de pauta é só para evitar que esse Projeto fique cinco Sessões aqui na Secretaria de Serviços Legislativos, que o Projeto fique cinco Sessões ali, parado. Isso que é dispensa de pauta. Ele não passaria, não ficaria cinco Sessões aqui. Vai direto para as Comissões, de volta para as Comissões, onde não há nenhum prejuízo e todos os Deputados poderão fazer as emendas.

Então, só queria auxiliá-los e dizer que não há nenhum prejuízo para o Projeto, para a Mensagem, a nenhum Deputado que queira apresentar alguma emenda.

Então, Deputado Percival Muniz, era só essa colocação para auxiliar na discussão.

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Sr. Presidente, nós sabemos que, do jeito que ficou o orçamento, da forma como ele foi elaborado, com aquela prática de que, na verdade, cumpre-se a legislação, mas é uma peça que será mudada diariamente durante a sua execução. Nós sabemos que todos os Poderes estão tendo dificuldades de executar uma peça, porque eles não se prepararam para isso. Na verdade, cada um fez o seu orçamento do jeito que quis: Não tem problema, depois nós suplementamos.

Ouvi o Secretário falar ontem, que teve Secretaria que suplementou 250%. Quer dizer, se ela tinha um orçamento de 400 milhões, ela suplementou um bilhão de reais, o Deputado Zé Carlos do Pátio colocou aqui, quer dizer, então para que aqueles 400 milhões que estavam previstos?

Se tinha lá tantos milhões previstos para rubrica tal, que nós aprovamos e tal, depois ela foi toda mudada, ela virou para zero. Quer dizer, não é uma peça. É um engodo. Então, veja bem, se remanejamos 200%, significa que aquilo que foi aprovado, nós perdemos tempo. É só cumprir a Legislação Federal, que diz que tem que ter um orçamento.

Então, veja bem, eu sei que todos os Poderes, na prática, é aquele negócio, o uso do cachimbo deixa a boca torta. Na prática, todo mundo está acostumado com isso. Então, vamos tentar fazer um orçamento decente, onde cada um faça a previsão para discutir com a sociedade. Olha, no ano que vem, eu quero gastar tanto com isso. Eu vou gastar tanto com a energia elétrica, eu vou gastar tanto com o apoio à construção de pontes, vou gastar tanto fazendo pavimentação e tal. E cumpre-se. Quer dizer, esse é o objetivo da Lei Orçamentária, você dizer para a sociedade o que está querendo fazer no outro ano. É por isso que precisa da aprovação do Parlamento. Agora, a partir do momento... Olha, tudo isso aqui está previsto, mas não dá uma autorização junto, para mudar todo que eu falei... Quer dizer, dá logo a autorização: "Fica autorizado o Governo a gastar o dinheiro do Estado do jeito que ele quiser." Pronto. Uma autorização do Legislativo e não precisa mais nos consultar. Não precisa de mais nada. Resolveu o problema. Aí você tem um império mesmo, vai mandando. Já que tem a maioria para fazer o que quiser, então não precisa nem perder tempo com isso.

Ontem, nós tentamos construir... O Líder Deputado Mauro Savi foi paciente, foi cauteloso, chamou o Secretário aqui, discutimos, apresentamos, nem protocolamos o Substitutivo confiando no entendimento, porque, muitas vezes, no entendimento, muda aqui... Vocês estão prevendo 20% de remanejamento em cada programa/atividade, que seria o normal, o certo é não ter nada, mas, tudo bem, 20% já dá... Olha, estava previsto para gastar 100 mil com gastos de energia, gastamos 120. Então, está bom, vamos... Isso agora, se precisar, mais na frente, pede outro. Mas não,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

vamos dar 30, ao invés de 20... Vamos trabalhar com 50... Quer dizer, a idéia é a seguinte, a idéia é não deixar aberto do jeito que está, porque é uma afronta. Não uma afronta ao Legislativo, é uma afronta à sociedade, é uma afronta à lei, é uma afronta... Para que a peça, então? Já rasga a peça, transforma isso num cumprimento só para dar satisfação ao arcabouço jurídico do país, mas acaba com isso.

Então, veja bem, a partir do momento que esse processo é atropelado, quando as lideranças pedem para ser atropelado o processo, vamos atropelar de vez.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que vamos perder, Deputado Mauro Savi. A minoria aqui é muito pequena e com muita dificuldade. Fazer Oposição, hoje, ser independente, hoje, em Mato Grosso, custa caro.

Hoje mesmo, já me cassaram de novo, só porque... Até então, já colocaram os assessores, as pessoas próximas, já me cassaram... Cassem logo, agilizem o processo, pelo menos vou cuidar da minha vida. Já que estão segurando o processo e ameaçam: Olha, não fala muito, não, porque nós te cassamos! Então, cassem logo.

Agora, não vamos mudar a nossa postura. A nossa postura aqui, enquanto durar, tem que ser coerente.

Nesse sentido, eu sugiro aos Líderes Partidários, que estão pedindo essa inversão de pauta: Façam mais, peçam para dispensar tudo e votem hoje. E que as Comissões já dêem parecer hoje. Já resolve essa sangria, atende, atropela, já resolve, nós marcamos só posição. Dê-me tempo, pelo menos, de protocolar o Substitutivo que eu fiz, porque, na iminência de mudar alguma coisa do entendimento, eu não protocolei. Mas, eu protocolo, volto derrotado e fica aquilo que o Governador falou na imprensa: a maioria é para mandar, a minoria é para chiar.

Nós só temos o direito de dar uma chiadinha e já vamos tocando para frente. Então, não tem nenhum problema em aceitar o papel minúsculo que é a minoria nesta Casa.

Eu ouço com prazer o Deputado Mauro Savi.

O Sr. Mauro Savi - Obrigado, Deputado Percival Muniz.

Eu quero usar a tribuna para comunicar a questão do compromisso, de ontem, que conversei quando cheguei aqui na Assembléia Legislativa, com o Deputado Percival Muniz, e passei ao Deputado Zé Carlos do Pátio.

Nós estivemos com o Governador, conversamos, passei ao Deputado Percival Muniz a posição dele, com o maior respeito. Pedi, ontem, ao Bloco independente de Oposição, e até o Deputado Zé Carlos do Pátio disse: Bloco Independente de Oposição. Eu acho que o Bloco Independente é independente, tanto Oposição como Situação...

Respeito a sua posição, mas Vossa Excelência já votou em matérias do Governo, também. Foi feito o compromisso e foi cumprido. A resposta que veio do Governador era de que o Projeto teria que tramitar na íntegra. Cabe à Oposição pontualizar com as suas emendas, com o Substitutivo Integral, que está fora da sua mão, mas, cada um tem que respeitar.

Eu não sei se apresentei inversão de pauta, mas, eu, também, sugiro que a inversão de pauta seja dada para que nós possamos conversar.

Quanto à questão que Vossa Excelência abordou, de tramitar hoje, não há problema nenhum, desde que seja respeitado democraticamente o Projeto, a matéria. Nós temos trabalhado com respeito. Não é porque é minoria. Todos os compromissos que fiz com Vossa Excelência, com o Deputado Adalto de Freitas-Daltinho, com o Deputado Zé Carlos do Pátio, no Palácio, foram cumpridos. Eu, também, não posso fazer compromisso aqui e dar a resposta do Governador. Aliás, muitas vezes, nesse mesmo compromisso, eu tenho obtido êxito do Governador

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

para dar resposta, sim. Eu até não posso encaminhar, mas, tenha certeza, Deputado Percival, que a cada encaminhamento, a cada matéria, nós vamos procurar entendimento. Obrigado!

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Eu agradeço e mantenho o encaminhamento, Deputado Mauro Savi.

Eu só esclareço que, quando o Deputado Zé Carlos do Pátio coloca o Bloco Independente + Oposição, é porque ele sabe que o Bloco Independente não é de oposição. Nós temos o nome de Bloco Independente porque é mais situação. O Bloco Independente é mais de trabalho parlamentar. Agora, ele falou Bloco Independente + Oposição, porque ele, também, se considera, no caso, Oposição. Nós temos uma postura independente de votar, de elogiar, de criticar, tudo o que nós achamos.

Mas eu acho que pelo tamanho do Programa, até para não perdurar a situação do jeito que está, eu quero encaminhar que quem quiser votar, vota. Eu só vou apresentar à Casa o Substitutivo, da forma como nós encaminhamos, para agilizarmos isso. Fecharemos o final de semana com este problema a menos.

A minoria é assim mesmo. Não adianta atrapalhar os outros pedindo vista, usando o Regimento Interno e tal. Nós marcamos posição! Essa é a nossa posição. Já nos sentimos contentes com a derrota. Há momentos na vida em que você tem que se preparar para perder.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Continua em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovados os dois Requerimentos de autoria das Lideranças Partidárias, que tratam de dispensa de pauta das duas Mensagens.

Com a palavra, pela Ordem, Deputado Mauro Savi.

O SR. MAURO SAVI - Eu quero solicitar à Mesa, em nome do Presidente Sérgio Ricardo, que receba, não sei se foi feito como emenda, como Substitutivo Integral, da Bancada Independente, o Projeto que está em votação.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Deferido o seu pedido, Deputado.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 432/07, de autoria do Deputado Sérgio Ricardo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos semi-automáticos externos todas as unidades do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em Redação Final, Projeto de Lei nº 445/07, de autoria do Deputado Riva:

Estabelece diretrizes para a adoção de Crédito Ambiental - ECOCRÉDITO aos produtores rurais e agricultores familiares e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o ECOCRÉDITO - Crédito Ambiental de Incentivo aos Produtores Rurais e Agricultores Familiares.

Parágrafo único Constitui objetivo do ECOCRÉDITO o incentivo aos produtores rurais e agricultores familiares para delimitarem dentro de suas propriedades áreas de preservação ambiental, destinadas à conservação da biodiversidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 2º O produtor rural e o agricultor familiar que declararem essa área como de preservação ambiental terão incentivo governamental através do ECOCRÉDITO, em valor a ser definido pelo MT FOMENTO, por hectare/ano.

§ 1º O ECOCRÉDITO poderá ser disponibilizado ao produtor e ao agricultor familiar, seis meses após a área ser vistoriada pelo órgão competente e ser declarada como preservação ambiental.

§ 2º O recebimento do ECOCRÉDITO ficará condicionado ao envio, pelo proprietário ou parceleiro, de relatório simplificado em formulário elaborado pelo órgão ambiental, contendo descrições detalhadas da área preservada.

§ 3º Fica facultado ao órgão estadual competente estabelecer os critérios de fiscalização da área preservada, para verificação das informações prestadas pelo proprietário.

Art. 3º A área de reserva legal instituída pelo Código Ambiental e as Áreas de Preservação Permanente - APPs, existentes nas propriedades também poderão gozar dos benefícios desta lei, desde que indicadas pelo órgão ambiental.

Art. 4º O Estado incentivará o reflorestamento de novas áreas com uso de espécies nativas, garantindo a diversidade, especialmente em áreas degradadas e de preservação ambiental.

Art. 5º O produtor contemplado com o ECOCRÉDITO será responsável pela preservação ambiental de sua área.

Parágrafo único Constata qualquer irregularidade que fira a legislação ambiental, o produtor terá que devolver os valores recebidos por meio do ECOCRÉDITO, no prazo de 60 (sessenta) dias da notificação pelo órgão ambiental, com as correções devidas, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, de ordem civil e criminal.

Art. 6º O proprietário contemplado com o ECOCRÉDITO que objetivar a transferência do imóvel, fica obrigado a comunicar expressamente aos órgãos estaduais responsáveis e ao comprador os compromissos firmados com o programa, para que todos os direitos e deveres sejam assumidos pelo novo proprietário.

Art. 7º O produtor rural e O agricultor familiar que aderirem ao ECOCRÉDITO, fica isento das taxas junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente - SEMA, para receber a licença ambiental única.

Art. 8º As propriedades que se referem o *caput* do Art. 2º deverão ser georreferenciadas e/ou possuir as declarações de confinantes de todos os lindeiros, registrados em cartório.

Art. 9º Esta lei será regulamentada nos termos da Emenda Constitucional nº 19, de 20 de dezembro de 2001.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em discussão a Redação Final. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, em nome das Lideranças Partidárias nós estamos protocolando, agora, Substitutivo Integral:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Altera a Lei nº 8.828 de 17 de janeiro de 2008, que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício de 2008.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Adita-se à Lei nº 8.828 de 17 de janeiro de 2008, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício de 2008”, os artigos 6º-A e 7º-A, que terão a seguinte redação:

“Art. 6º-A Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de que trata esta lei a:

§ 1º Abrir os tipos legais de créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada no art. 4º, deduzindo a Reserva de Contingência e observando o disposto no § 1º, incisos I, II, III e IV, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

§ 2º Os recursos para o fim do parágrafo anterior, quando originados de anulação de dotações, não poderão ser superiores a 20% (vinte por cento) das consignadas à cada projeto e atividade.

§ 3º Abrir créditos suplementares até o limite consignado sob a denominação de Reserva de Contingência, em conformidade com o Decreto Lei Federal nº. 1.763, de 16 de janeiro de 1980, Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e na Lei Estadual nº. 8.704, de 23 de agosto de 2007,

“Art. 7º-A Fica o Poder Executivo autorizado, mediante Decreto Orçamentário, quando a situação legal assim o exigir, a transpor, remanejar ou transferir, parcialmente, obedecendo o limite estabelecido no § 2º do Art. 6º-A, aditado pelo Art. 1º desta Lei, as categorias de programação, constantes desta Lei, mantido o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, modalidade de aplicação, fonte de recursos e por grupos de despesa, a fim de ajustar a programação aprovada à estrutura organizacional estabelecida para o Poder Executivo Estadual, bem como às competências e atribuições definidas para cada órgão ou entidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2008.

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente, Srs.s Deputados, na última da Sessão Legislativa de 2007 foi aprovada por unanimidade a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2008, com supressão dos artigos que tratavam da autorização para abertura de créditos adicionais.

No início desta Legislatura, o Poder Executivo, através da Mensagem 02/08, tenta restabelecer autorização para efetuar suplementações ao Orçamento por Decreto, inclusive, ampliando o limite de 19% para 20% (vinte por cento) do total do orçamento.

Nós estamos propondo este Substitutivo em virtude do Projeto de Lei do Governo ser inconstitucional. O mesmo propõe concessão ou utilização de créditos ilimitados (ver art. 7º-A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

da proposta). Da forma como está, não dá para precisar se o limite para suplementação será de 30%, 40% ou 50% (cinquenta por cento) do total do Orçamento.

A proposta do Governo contém outras imperfeições, no mesmo tempo em que solicita autorização para abrir créditos suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) do total do Orçamento. Quer usar 100% (cem por cento) da reserva de contingência para suplementação. Ora, se a Reserva de Contingência está contida no total do Orçamento, estão discretamente tentando aumentara capacidade de suplementação por Decreto.

Para forçar que haja um aprimoramento dos instrumentos de planejamento do Estado, o Substitutivo prevê uma limitação para anulação da dotação de cada projeto e atividade. A anulação, nesse caso, não poderia ser superior a 20% (vinte por cento) do valor consignado para cada projeto e atividade.

Diante do exposto, esperamos que o nosso Substitutivo à Mensagem 02/08 seja acolhido e aprovado pelos Srs. Deputado.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, em 06 de março de 2008.

LIDERANÇAS PARTIDARIAS

Eu quero aqui dizer que antes de qualquer votação do Governo a respeito dessa suplementação em aberto, eu quero que Vossa Excelência coloque, também, o Substitutivo Integral proposto por nós junto à Secretaria de Planejamento, à Casa Civil, ao Líder do Governo, em um entendimento que nós tivemos ontem

Então, nós estamos protocolando este Substitutivo em nome do Deputado Percival Muniz, do Deputado Adalto de Freitas - Daltinho e em nosso nome, referente a esse assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu determino que a Consultoria Técnico-Jurídica anexe esse Substitutivo Integral ao Projeto.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 13/08, de autoria do Deputado Riva, que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.263 de 27 de março de 2000. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Eu quero convidar todos os Deputados para uma reunião, hoje, às 14:00 horas, onde os membros do Ministério Público, também, estarão presentes, para discutirmos o novo Código Ambiental.

Essa reunião será hoje, aqui, na Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, no 2º piso, na Sala de Reuniões, às 14:00 horas.

Eu, também, gostaria de comunicar aos amigos da imprensa que, hoje, às 15:30 horas, nós estaremos no Gabinete da Presidência falando sobre as eleições municipais de Cuiabá.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 482/07, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que modifica dispositivo da Lei nº 7.603, de 27 de dezembro de 2001 (custas relativas aos atos praticados no Foro Judicial). Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer. Rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 582/07, de autoria do Deputado Maksuês Leite, que dispõe sobre a autorização para a instituição da Ouvidoria do Usuário de Serviços Públicos, obrigatoriedade de aviso à população, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, com voto contra ao relator do Deputado Zé Carlos do Pátio.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer. Rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 525/07, de autoria do Deputado Percival Muniz, que dispõe sobre a divulgação pelo Governo do Estado, através de *site* oficial, dos dados orçamentários da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer. Rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 519/07, de autoria do Deputado Walter Rabello, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prévio processo licitatório para que a Administração Direta e Indireta do Estado de Mato Grosso firme contratos de qualquer natureza com entidades sem fins lucrativos. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer. Rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 478/07, de autoria do Deputado Percival Muniz, que garante lanche diário para os servidores públicos estaduais que exerçam atividades que exijam esforço físico e percebam subsídio inferior a três salários mínimos por mês e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer...

O autor do Projeto, Deputado Percival Muniz, pede vista.

Defiro o pedido.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 429/07, de autoria do Deputado Dr. Wallace, que dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação e manutenção de acesso a telefone fixo e/ou celular nas rodovias do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer, rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 421/07, de autoria do Deputado Dr. Wallace, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Política de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer Bucal no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer, rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 391/07, de autoria do Deputado Walter Rabello, que obriga as empresas de telefonia que operam em Mato Grosso a discriminarem todas as ligações

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

e serviços cobrados nas contas de telefone fixo. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer, rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 52/08, de autoria do Deputado Ademir Brunetto, que dispõe sobre a proibição da cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 30/08, de autoria do Deputado Dilceu Dal Bosco, que dispõe sobre a geração e utilização de créditos tributários por adquirente de mercadoria ou tomador de serviço, nos termos que especifica. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 809/07, de autoria do Deputado Riva, que cria Programa de Denúncia premiada para Contribuintes e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai a 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Após entendimento, solicito à Comissão Constituição Justiça e Redação o Parecer oral ao Substitutivo Integral, apresentado pelo Deputado Zé Carlos do Pátio e o bloco independente.

Solicito também que a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária emita seu Parecer oral. Solicito que as Comissões se reúnam para emitir os Pareceres.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 767/07, de autoria do Deputado Sebastião Rezende, que dispõe sobre a isenção dos Templos de qualquer culto de pagamento do selo de Controle dos atos Serviços notarias e de Registro na utilização de serviços notarias e registraes. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai a 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 349/07, de autoria do Deputado Maksuês Leite, que dispõe sobre meia-passagem intermunicipal para estudante universitário, no âmbito do Estado Mato Grosso, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai a 2ª discussão.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu vou falar aqui em nome da Bancada Independente e de Oposição. Sentamos, ontem, com o Governo para buscar uma saída para esses 20% de cheque em branco que o Estado tem hoje.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Vejam bem: com essa suplementação em aberto, mais ou menos, o Governo não precisa da Assembléia Legislativa até o final do ano.

O Deputado Percival Muniz propôs que os 20% fossem por dotação, por programas, por projetos, por atividades e por setor e o Governo teria a mesma maleabilidade para trabalhar. Mas o Governo decidiu que não aceita, que não quer conversa com a Oposição para buscar o entendimento.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que nós temos vários instrumentos: o instrumento de pedir vista, o instrumento de atropelar os processos... Mas, após uma conversa que tivemos com os Deputados Adalto de Freitas - Daltinho e Percival Muniz, decidimos que não vamos prejudicar, vamos marcar a nossa posição.

Vamos votar contrário a essa suplementação, esse cheque em branco, vamos manter o nosso projeto, que é o Substitutivo Integral, fruto do entendimento que tivemos com o Governo ontem, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral e da Casa Civil.

Não vai ser a Bancada de Oposição que vai atropelar o processo, não!

Se houvesse o entendimento, seria bom para esta Casa, porque o nosso papel é fiscalizar, seria bom para a própria Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, porque iríamos aumentar 20% para cada setor, cada programa do Governo.

Aumentando 20% para cada programa do Governo, Sr. Presidente, o Governo iria se preocupar mais.

Ontem, o Secretário de Planejamento e Coordenação Geral nos falou uma coisa que eu achei absurda. Só a Secretaria de Infra-Estrutura remaneja 250% ao ano! Sabem o que é 250%? Ela tem um orçamento de quatrocentos milhões e o seu remanejamento é de mais de um bilhão! Ela mexe tanto com os quatrocentos milhões que vai para mais de um bilhão! Quem falou isso foi o próprio Secretário de Planejamento e Coordenação Geral.

Isso é planejamento?

Se tivesse um planejamento no seguinte sentido: Pontes - vai gastar cinquenta milhões. Nós estaríamos dando 20% e pode-se gastar até mais dez milhões. Tudo bem! Você está planejando, está dando uma margem para o Governo para cada setor, para cada atividade do Governo.

Agora, da forma como está, Sr. Presidente, vamos dar um cheque em branco para o Governo. Um cheque em branco que equivale a um bilhão e quinhentos milhões, um bilhão e quatrocentos milhões, mais ou menos.

Tudo bem! Esta Assembléia Legislativa não vai mais valer para nada daqui para frente até o final do ano. Mas não é problema da Oposição.

Nós conversamos com o Governo, propomos um projeto alternativo, o Governo endureceu e não somos nós que vamos ser os salvadores da pátria: não sou eu, nem o Deputado Adalto de Freitas - Daltinho e nem o Deputado Percival Muniz.

Eu acho que buscamos uma saída alternativa - uma saída alternativa.

Agora, poderíamos o quê? Votar tudo hoje, Deputado. Nós poderíamos votar tudo hoje, se tivesse a saída alternativa, porque ninguém quer segurar Governo, não.

Mas, quanto a isso, está acontecendo o seguinte: ontem a Bancada de Oposição cedeu. Cedeu como? Cedeu dizendo o seguinte: "Vamos votar em 1ª discussão, porque o entendimento está saindo". Agora, vem solicitação de regime de urgência urgentíssima, não está acatando a nossa proposta e recebemos a notícia que o Governo não abre mão. O Governador não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

abre mão! Se ele não abre mão, nós somos minoria, temos o direito de suspirar, o direito de esperar, esse é o nosso direito.

Quero aqui colocar que ontem alguém da imprensa perguntou: “Deputado, se você fosse prefeito, como é que você administraria?” Ora, o Deputado Percival Muniz administrou sem 1% de dotação orçamentária em aberto - sem 1% - em Rondonópolis!

Eu digo o seguinte: se alguma coisa está errada, é o planejamento. Estamos errando no planejamento, porque fala que vai aplicar nisso e está aplicando naquilo. Vota o orçamento e ainda dá um cheque em branco?! Que País é este? Que Estado é este?

Agora, de vinte e quatro Deputados, o Governo tem mais de vinte aqui. Sou eu que vou salvar o Estado? Sou eu que vou resolver o problema? Eu só vou ter o direito de esperar e marcar a minha posição.

Não sei nem se vou esperar, porque é tão insignificante, mas eu vou honrar os meus quarenta e dois mil, duzentos e setenta e sete votos, que me orgulham muito e com eles fui o terceiro Deputado mais votado deste Estado.

Então, pelo seu Zé, pela a dona Maria, lá do Araguaia, lá da Região Sul, que confiaram mim, que votaram em mim, eu vou ter que honrar meus votos aqui, se possível, cantando o Hino Nacional e marcando a minha posição.

Vou entregar nas mãos dos meus colegas da Bancada que - também não estou negando, não - eles decidem. Isso é uma decisão política.

Eu volta a dizer o seguinte: gente, eu não sou dono da verdade! Hoje, o Governador tem 70%, 80% de aceitação em Mato Grosso. Agora me dê o direito de ser a minoria. Dê-me o direito de ser os 20% que contrapõem este Governo.

Então, quero aqui dizer o seguinte: da forma como está, para que a Bancada de Oposição ficar aí segurando, protelando? Nós não vamos entrar nesse jogo, não! O jogo é do entendimento, o jogo é da sabedoria. É a busca do entendimento intermediário. Se não existe esse entendimento intermediário, é para patrolar? Tudo bem! Não somos nós que vamos fazer esse encaminhamento, não.

Então, Sr. Presidente, eu quero lhe disse, que Vossa Excelência, como Presidente desta instituição, eu quero, pelo menos, que o nosso Substitutivo Integral, seja colocado em pauta, porque, nós vamos pedir o destaque do Substitutivo Integral. E nós não vamos entrar neste jogo, não. O nosso jogo vai ser o seguinte e aqui eu quero dizer: eu conversei com o Deputado Percival Muniz e com o Deputado Adalto de Freitas - Daltinho, o nosso jogo é marcar nossa posição, nós conduzimos o processo e, lamentavelmente, ver tudo isso.

Eu fico triste com a nossa imprensa! Hoje, saiu um negócio na imprensa me ofendendo pessoalmente. “O Zé fusquinha tornou-se Zé Corolla”. Ora, eu nem aceitei esse Corolla da Assembléia Legislativa! E a imprensa, um jornal de maior circulação deste Estado, fazendo uma ofensa a mim, naquele aparte - porque, aparte é opinião - para fazer joguinho de gente por trás. Eu nem aceitei esse Corolla! E me dê o direito de ter a minha vida privada mais privilegiada. Não precisa massacrar desse jeito o Deputado Zé Carlos do Pátio, não! Quer massacrar, eu não aceitei o Corolla. Fica a imprensa falando maldade, fica ofendendo o Deputado Zé Carlos do Pátio. Poxa, que coisa absurda! Está virando um terrorismo este Estado.

O duro, companheiros, quando nós queremos saber do incentivo do jatinho, do incentivo do Grupo Amaggi, no sentido de coisa... Sabem o que eles dizem no jornal: “Olha, ele está atrapalhando a vinda de indústrias para cá.” Ora, o que tem jatinho, iate, o que tem a ver com isso? O que é que tem a ver o Governador mandar a resposta dos incentivos fiscais, com a atração de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

indústria para cá? Muito pelo contrário! Quanto mais transparência nós tivermos, mais indústrias virão, porque, o que faz a política é a ética, é a transparência. Gente, é um verdadeiro terrorismo! Não é fácil estar na vida pública aqui, não! Realmente, você tem que ter muita persistência para estar na vida pública, senão você já teria “chutado o balde!”

Então, Sr. Presidente, eu falo em nome da Bancada de Oposição e a Bancada Independente. Não é a Bancada que vai atrapalhar, não! Nós vamos marcar a nossa posição, não tem problema nenhum, aqui neste momento, referente a essa questão.

Lamento profundamente, aliás, eu fiquei muito feliz da vinda do Deputado Percival Muniz para esta Casa, porque, o Deputado é um articulador! Ele não é igual a mim, muitas vezes sou muito duro! Ele é um articulador, ele busca o entendimento, ele tem muito mais capacidade de negociação do que qualquer um de nós da Oposição. E ele estava buscando esse equilíbrio para fortalecer o Parlamento. Lamento profundamente que o Governo chegou e tomou uma posição dura.

Mas, eu quero aqui dizer o seguinte: nós vamos dar a resposta! A resposta já está saindo, Sr. Presidente. Rondonópolis já está dando o grito de independência e nós vamos vir com um projeto alternativo para Rondonópolis. E eu estou preparado com a minha botina contra tudo e contra todos! Estamos nos unindo! Estamos nos unindo, porque, eu sei o que ele quer fazer. Ele quer nos matar aos poucos! Ele quer nos eliminar aos poucos!... (TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Concedo mais um minuto para o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio concluir o seu pensamento.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, nós daremos a resposta para esse Governo no dia 03 de outubro, lá na terra do Governador...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - A eleição será dia 05.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Ele terá mais dois dias de suspiro, de fôlego! Dia 05 de outubro, na terra dele, que é minha terra, Lá nós vamos dizer quem é quem! Ele pode ter maioria aqui, ele pode votar o que quer, ele pode fazer o que ele quer e eu respeito, porque, na verdade, cada colega Deputado tem a sua posição. Mas, o direito da Oposição poder buscar o entendimento... Ninguém queria radicalizar o entendimento, não! Nós queríamos fortalecer este Parlamento, esta instituição.

E, lamento! Mas, não somos nós que vamos, Deputado Riva, criar problema aqui, não! Entendeu? Regimentalmente, se é para conduzir, que conduza, é uma decisão, inclusive, dos três, eu, Deputado... (TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Pela ordem, Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, antes de mais nada, quero reconhecer como legítima a defesa do Deputado Zé Carlos do Pátio, porém, ele mesmo admite, isso é natural, nós temos um compromisso com esse Estado, com a governabilidade e em cada bancada, proporcionar essa governabilidade. Cada um, naturalmente, vai colher os frutos da sua forma, uns fazendo oposição, outros fazendo governo. Quem faz governo, vai vender os pontos positivos, quem faz oposição, logicamente, vai explorar os pontos negativos, é esse o direito da oposição, da situação. E, aliás, defendo que não deveria haver nem oposição, nem situação. Mas, vivemos neste regime temos que respeitá-lo.

Eu quero falar um pouquinho Sr. Presidente, até porque, foi me solicitado uma entrevista, para falar a respeito do leilão dos Clios e como nós estamos em Sessão, preocupados permanentemente com *quorum*, até peço desculpas à imprensa, é impossível tirar Deputados daqui neste momento. Mas, os senhores irão receber o membro da comissão do leilão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Semana passada um veículo da imprensa usou maldosamente, mais uma vez e os legislativos são vítimas disso, “nego querer montar a cavalo”, porque, sabe que a sociedade já tem uma rejeição à classe política. Ora, nós temos o devido processo legal, estou me dirigindo a todos, indistintamente, da imprensa. Se você não cumpre o devido processo legal, você enfrenta o Ministério Público, se você cumpre, enfrenta a imprensa, porque, demora! Não dá para se fazer leilão de carros de hoje para amanhã, tem um devido processo legal estabelecido pela legislação brasileira.

A Mesa Diretora fez tudo que devia fazer, assim que entregou os vinte e poucos Corollas, a Mesa recolheu os Clios. Colocou em lugar seguro, que não é verdade que estão amontoados, estão estacionados no fundo da Assembléia, onde mais nós poderíamos estacionar estes carros? Estão estacionados no pátio da Assembléia, em um lugar onde pega muito pouco sol, pela manhã e tarde não pega sol, os carros estão super conservados e nós teremos um leilão dentro do devido processo legal, inclusive, com a comissão instituída e publicada. Esse é um processo extremamente burocrático. Essa foi uma exigência, inclusive, do Deputado Otaviano Pivetta na reunião do Colégio de Líderes, que nos pediu, dizendo que aceitava o Corolla, mas, desde que, os demais fossem leiloados. Tivemos dificuldade de recolher todos e não dá para fazer leilão de um carro, de dois, de três, de quatro, de cinco, porque, os Corollas foram sendo entregues a prestação. Tem que corola que vocês podem olhar ali que está novo, faz dez dias que foram entregues, quinze. Aí, recolheram-se todos os clios, como também determinamos que se recolhessem outros carros...(TEMPO ESGOTADO).

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Concedo mais um minuto para a conclusão.

O SR. RIVA - Velho. Inclusive, eu sei de servidor da Assembléia que até ficou descontente com a Mesa Diretora, mas foi uma exigência do Colégio de Líderes que se recolhesse todos os carros.

E, aliás, eu vou dizer aqui: Quem tiver carro da Assembléia Legislativa de servidor que ainda não devolveu, devolva. Nós não vamos mais pagar pelos erros de outros. A Mesa Diretora é a responsável por isso.

Tem um gol aí que dique viram ele não sei onde... Eu falei: Gente, como é que vou descobrir onde esse gol foi. Não é possível que o servidor não tenha responsabilidade de usar corretamente esse veículo.

É possível que nós Deputados não vamos ter a responsabilidade de saber que esses corollas são para serem usados em trabalho.

A Mesa Diretora fez todas as recomendações. Foi ou não foi, Sr. Presidente? No Colégio de Líderes. Pelo amor de Deus, usem no trabalho. O meu, eu mando deixar aqui no pátio da Assembléia Legislativa para usar durante o dia, no trabalho, para não correr o risco de um motorista parar na porta de um boteco e sair na imprensa.

Nós já cometemos muitos erros e não temos o direito de errar. E às vezes nem foram erros, foram interpretações maldosas que alguns deram.

Com relação ao clios, eu quero pedir à imprensa que seja pelo menos coerente conosco de entender que nós temos o devido processo legal. Não dá para você sair leiloando carro sem respeitar o processo legal.

Eu coloquei aqui, Deputado Otaviano Pivetta, que foi uma das exigências de Vossa Excelência, que não deixasse carro. Se vai entregar carro novo, que se recolhesse os velhos e leiloasse, sem privilégio para ninguém.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

A única coisa que foi feita diferente é que nós tiramos, não sei se três desses clios, e deixamos para a TV Assembléia, para a Secretaria de Serviços Legislativos e, se não me engano, um para a Secretaria de Patrimônio, que eram os três melhores, que estavam em melhores condições para serem usados. E, realmente, a despesas com esses clios, nós reduzimos 90% de despesa com oficina. O carrinho que dá despesa. Não é propaganda negativa não. O sujeito que quebra um carro desse no interior, você não acha peça, vai comprar e é caro.

Eu tenho um corolla 2003, não me lembro de ter gastado com manutenção desse carro a não ser pneu.

Então, eu quero dizer que foi um grande negócio que esta Casa fez comprando os corollas. Os Deputados têm que encarar isso. Também não vejo razão para não aceitar o corolla, a não ser que não precise de carro. E o Deputado que não precisa, realmente, é bom não pegar. Mas quem precisa é conveniente que pegue, porque é um dos carros mais baratos para se usar. A Mesa optou por um carro de manutenção barata, de maior tempo de uso. Você vai usar esse corolla dez anos, se ele for bem conservado, estará bom.

Então, eu queria só dizer isso, em que pese ter que reconhecer que a imprensa de Mato Grosso tem sido coerente.

E quero dizer aqui que um veículo de comunicação de fora veio aqui dizer que os clios estão amontoados. Ninguém mexeu nos clios. Os senhores vão e olhem como eles estão. Não tem nada amontoados ali. Estão estacionados nos fundos da Casa.

Assim como a questão da cadeira que tem massageador. Não tem massageador coisa nenhuma; tem corrente magnética para estimular a circulação do sangue. Têm médicos aqui que sabem o quanto é importante para alguém que fica sentado dez horas em uma cadeira, como eu já fiquei em uma votação polêmica, o quanto você sofre. E custaram três mil e poucos reais. É caro? Eu acho que é. Eu acho até que é caro, porque três mil e pouco reais é caro! Mas no preço de mercado, é uma cadeira de boa qualidade, ela está barata, porque foi um preço de ocasião que nós encontramos. Foi comprada com que dinheiro? Do Banco do Brasil. Eu disse para o Presidente, e ele também referendou que se fosse para comprar com o dinheiro do orçamento da Assembléia Legislativa, não comprasse. Não queríamos causar impacto em nosso orçamento.

Mas nós fizemos uma parceria com o Banco do Brasil, Sr. Presidente, que propiciou não só as cadeiras, bem como os computadores, a usina de reciclagem de lixo. E, aliás, essa era uma coisa para se vender, que é uma das coisas que melhor funciona nessa Casa. Nós temos uma tradição no aproveitamento desse lixo e agora com a usina de reciclagem vai melhorar.

Também, os armários nos Gabinetes dos Srs. Deputados, estão sendo feitos para melhorar, para o Deputado ter melhores condições de trabalho.

A cobertura dos estacionamentos. Aliás, Sr. Presidente, eu sugeri para o Secretário Geral, que era referência de Vossa Excelência, que, antes de cobrir o estacionamento dos nossos servidores, cobrissem o dos usuários, do nosso público externo, porque, infelizmente, está a céu aberto e sabemos que o compromisso desta Casa é prestar o serviço cada vez mais de melhor qualidade.

Não que o nosso servidor não mereça. Merece! Porque ele fica mais tempo com o seu carro estacionado, do que o próprio usuário, mas que atendêssemos os nossos usuários, mas também o nosso servidor.

Então, eu quero agradecer, Sr. Presidente. A minha preocupação era apenas essa, de colocar para a imprensa. Aliás, estamos à disposição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Se puderem aguardar, assim que nós votarmos, tem duas ou três matérias extremamente complexas, que nós vamos votar. Se sair daqui do plenário, neste momento, eu conto aqui treze Deputados exatos - um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze -, se um sair, já serão doze, já abre espaço para alguém pedir verificação de *quorum*, que é regimentalmente legítimo. Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu quero aproveitar e solicitar aos Deputados que estão aqui nas salas, ao lado, que venham ao plenário para darmos continuidade às votações.

Eu quero registrar aqui a presença dos alunos da 6ª e da 7ª séries do ensino fundamental do Colégio Portal, no Bairro Jardim Itália, que estão visitando esta Casa, através do Programa "Por Dentro do Parlamento", acompanhados pela Professora Regina Maria Noqueta Reginato e da Diretora dessa Escola.

Requerimento de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, solicitando a realização de um Seminário para discutir o sistema de controle de constitucionalidade e fortalecimento da autonomia legislativa dos Estados membros e a promoção da adequação das emendas da Constituição Federal, Constituição Estadual e Constituição Destrítal.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação (PAUSA). Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Vai ao Expediente.

Eu quero chamar o Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação e o Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para emitirem os Pareceres a respeito do Substitutivo Integral das Mensagens nº 01 e 02.

Quanto ao Substitutivo Integral à Mensagem nº 02, solicito, primeiramente, ao Deputado José Domingos Fraga, Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária que emita o Parecer da Comissão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, demais Deputados, Deputada Chica Nunes, eu, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, Sr. Presidente, convido o eminente Deputado Riva para ser Relator e para emitir o Parecer sobre a Mensagem nº 02, Substitutivo Integral das Lideranças Partidárias.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados., Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, nós temos, em mãos, Sr. Presidente, um projeto que altera a Lei nº 8.828 que estima receita e fixa despesa.

O que prevê esse projeto? Prevê que o Estado fica autorizado, o Executivo fica autorizado, durante o exercício de que trata essa lei, a abrir os títulos legais, vejam bem, de crédito suplementar até o limite de 20% do total da despesa fixada no artigo 14, observado o disposto no § 1º, incisos I, II, III e IV, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320.

Essa Lei nº 4.320 é um pouco nova, quase da minha idade. Ela é de março de 1964.

E os Senhores já perceberam que o pedido do Executivo é absolutamente legal. Pode ser contestado no quantitativo do percentual. Ah, 20%, não dá para reduzir? Aí, não é aqui que vamos fazer essa discussão.

Eu proponho, Sr. Presidente, ao Líder do Governo, ao Secretário de Estado do Planejamento - o planejamento público é composto por três instrumentos: PPA, LDO e Orçamento - , que nas próximas LDOs, que é na verdade a diretriz, já fala, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as diretrizes para elaboração da peça orçamentária, que é o último instrumento do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Planejamento Público, e importante, que nós estabeleçamos, gradativamente, uma redução dessa suplementação para o Executivo.

Este ano é 20? Que no próximo ano possa trabalhar com 18, possa trabalhar com 16, com 14, com 12 até chegar a 10.

Porque, Sr. Presidente, isso aqui, o questionamento que pode haver é esse. A Lei nº 4.320 dá essa condição e a nossa Legislação Orçamentária, que compõe o Planejamento Público, dá essa condição.

Portanto, Sr. Presidente, como membro da bancada de governo e ex-Prefeito que fui, conversava agora há pouco com o ex-Prefeito Pivetta, com o orçamento da forma como temos no País, que não é impositivo, eu sou favorável à matéria original. Sendo assim, Sr. Presidente, eu sou pela rejeição do substitutivo proposto pelas lideranças partidárias, que vem acompanhado de três assinaturas.

Entendo que é um artifício legítimo da oposição, mas que o pleito do Executivo é totalmente procedente. Portanto, voto pela rejeição do substitutivo, Sr. Presidente, e devolvo a Vossa Excelência para coleta dos votos.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Eu já... Passo a palavra ao Deputado José Domingos Fraga.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, convoco a Deputada Chica Nunes para declarar o seu voto, se acompanha ou se vota contra o relator.

A SR^a CHICA NUNES (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, votamos com o Relator, favorável à matéria.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Convoco o eminente Deputado Wagner Ramos para declarar o seu voto.

O SR. WAGNER RAMOS (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Convoco o eminente Deputado Adalto de Freitas - Daltinho para proferir o seu voto, se vota com o Relator que votou contra o Substitutivo Integral ou se vota contrário ao Relator.

O SR. ADALTO DE FREITAS-DALTINHO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante do estabelecido na condução dos trabalhos e visto que não foi possível o entendimento, mas que há necessidade de conduzir esse processo para desobstruir as necessidades que o Estado vem passando para dar continuidade aos trabalhos, vamos concordar com o Relator, porque não adianta ser contra também. Concordamos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA - Sr. Presidente, demais Deputados, como Presidente desta Comissão, faço questão de emitir o meu voto, mas, antes de tudo, quero fazer das palavras do eminente Deputado Riva as nossas palavras. E, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, sugerir a esta Casa, ao Líder do Governo, até porque aqui tramita um Projeto de Lei que cria o FIPLAN e a Assembléia Legislativa está sujeita a esse controle do FIPLAN e para que nós possamos diminuir os Requerimentos por esta Casa, saber sobre a parte contábil, financeira, orçamentária do Estado, que pudéssemos ser, Deputado Mauro Savi, também cooperador, através desta Comissão, dos funcionários desta Comissão, para termos acesso a essas questões financeiras e orçamentária do Governo do Estado, como tem todos os Deputados, o Governo Federal, através do SIAFI.

Então, fica essa nossa sugestão para que de fato... Parece-me que o Deputado Chico Galindo está apresentando uma emenda nesse sentido, e que nós possamos aprovar para que tenhamos conhecimento com relação ao excesso de arrecadação, como é que estão sendo gastos os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

recursos, que eu tenho certeza de que cada vez mais a confiança nossa perante Governo vai aumentar e vai fazer com que nós possamos evitar discussão como essa e dar mais transparência também nos gastos públicos.

Dessa forma, eu também acompanho o relator e voto com o Relator, porque entendemos que é de fundamental importância que o Governo possa ter governabilidade através da aprovação desse Projeto de Lei nº 02/2008.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - JÁ temos o Parecer da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária favorável à Mensagem, rejeitando o Substitutivo Integral. Queremos o Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Convoco o Deputado Sebastião Rezende, Presidente...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Peço a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero fazer uma correção e até quero que o Deputado Riva ouça a questão que vou fazer aqui.

Na verdade, essa suplementação em aberto, isso é bom deixar claro, esse cheque em branco, Deputado Adalto de Freitas - Daltinho - queria que todos observassem o que vou falar aqui -, não estão incluídos precatórios, pessoal, a dívida do Estado, os inativos.

Na verdade, eu quero colocar para Vossas Excelências que é 20% em cima somente do custeio de investimento do estado. E isso, se você for colocar, é muito mais do que 20%. É excluído, Deputado Dilceu Dal Bosco, porque o Governo já tinha essa autonomia de manejar em cima do pessoal. Agora, nesses 20% não está incluído precatórios, a negociação da dívida do Estado, o pagamento da dívida do Estado, não está incluído pessoal, inativos, pensionistas, precatórios, enfim, não está incluído nada.

O cheque em branco é muito maior do que Vossas Excelências possam imaginar. É bom deixar isso claro, porque se tivesse incluído, seria menos para investimento. Mas são 20% para manejar somente a parte do investimento e custeio da máquina do Estado

Eu quero dizer para Vossas Excelências o seguinte: hoje, talvez, pedi pela Ordem só para deixar isso claro, hoje, talvez, seja uns dos últimos dias nosso aqui no Parlamento. Não vai precisar de nós. O Estado, a partir de agora... Entendeu? Porque, na verdade, a partir do momento que excluí tudo isso, o governo tem direito a remanejar do jeito que ele quer. Eu dou um exemplo claro... E olha, gente, me desculpa, é uma coisa que eu quero deixar bem clara: planejamento foi feito para executar. Ora, nós temos a previsão Orçamentária, mas, no mínimo, a proposta do Deputado Percival Muniz, em nome das Bancadas de Oposição e Independente, é utilizar para cada dotação 20% para aumentar, diminuir. Vinte por cento para cada dotação. Quer dizer, querem um entendimento intermediário melhor do que esse?

Eu quero deixar isso bem claro, porque, senão, as pessoas pensam que são 20% de tudo. Não é! Isso está tirando tudo! É só para custeio e investimento. Muito obrigado.

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, primeiro, eu quero colocar à sociedade mato-grossense que esses 20% são históricos. Inclusive, alguns são 25%. No ano passado, foram 20%; no ano retrasado, foram 20%; no outro ano, foram 20%. Esse é histórico!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

O Governo Maggi já se colocou à disposição para fazer uma tabela regressiva, reduzindo anualmente essas conotações.

Eu quero explicar o que o Deputado Zé Carlos do Pátio disse aqui, porque, senão, daqui a pouco, alguns colocarão dúvidas.

É lógico que a dívida tem que ser o valor necessário para pagá-la. Não foi o Governo Maggi quem contraiu a dívida. Se der um bilhão, tem-se que pagar um bilhão. É lógico que o pessoal tem que ser pago na íntegra, independentemente de quanto der. Não tem jeito de ser diferente!

É o contrário do que Vossa Excelência pensa. Ele terá 20% suplementar, mas, se o valor da dívida for 50% a mais, terão que ser pagos os 50% a mais. Se dobrar, o Governo tem que cumprir, mesmo com os 20%.

Imaginem, senhores, com toda essa pressão de servidor. Ontem, eu atendi quatro categorias querendo realinhamento salarial e ameaçando greve: SEMA, o pessoal do SIAGESPOC, os Agentes Policiais e Instrumentais. Todos!

Então, é bem diferente! Isso propícia, inclusive, Deputado Zé Carlos do Pátio, Srs. Deputados, um instrumento para o Governo. Porque, independentemente do tamanho da dívida, do tamanho que for o pessoal, do tamanho que for o inativo, do tamanho que for o precatório, terá que ser pago. Tem-se que colocar isso, porque, senão, vão entender diferentemente. Esse entendimento eu tenho que explicar aqui.

Eu acho que é legítima a pretensão da Oposição. Eu discordo de Vossa Excelência só em um aspecto: Não é por uma matéria ou outra que a Oposição não lograr êxito que acabou o papel da Oposição no Parlamento. Pelo contrário! O papel da Oposição é muito importante. Muito importante!

Eu coloquei uma vez para a Senadora Serys que ela exerceu um papel extremamente importante na Assembléia Legislativa, quando ela, quase sozinha, fazia oposição.

Porque isso dá oportunidade à sociedade de fazer um balizamento da atuação da Bancada de Governo, da Bancada de Situação e do próprio Governo. Um Governo que não é contestado corre solto. Não é o que se vê do Governo Maggi. Há as contestações e o Governo Maggi ouve as Oposições. As mesmas condições de trabalho que dá à Bancada de Oposição, ele dá à Bancada de Situação. Aliás, até alguns membros da Bancada de Situação contestam isso. Não é porque é Oposição ou Situação que tem emendas diferenciadas. É a mesma coisa. Há até uma discórdia dentro da Bancada por alguns...

Mas é a verdade!

Então, Vossa Excelência está correto em fazer essa explicação. Mas eu não poderia deixar de fazer esse contraponto. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Deputado Riva, eu quero acrescentar as suas palavras que a Oposição é importante e fundamental. Aqui, neste Parlamento, a Oposição tem tido um papel importantíssimo para a democracia, para que possamos discutir com tanta profundidade as questões importantes do Estado.

Eu convoco o nobre Deputado Sebastião Rezende, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para reuni-la em plenário para emitir Parecer.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - A Comissão de Constituição, Justiça e Redação está reunida em plenário, Sr. Presidente.

Eu agradeço os demais membros da Comissão por concordarem por emitirmos Parecer em plenário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Em todos os Requerimentos que solicitam urgência urgentíssima, nós temos apreciado em reunião extraordinária. Mas, todos os membros da Comissão concordaram que fizéssemos aqui, em plenário.

Eu convoco o Deputado Campos Neto para relatar a presente matéria.

O SR. CAMPOS NETO (RELATOR) - Sr. Presidente, o nosso Parecer é favorável à aprovação deste projeto, rejeitando o Substitutivo Integral.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Com Parecer favorável do Relator, passemos à coleta de votos dos demais membros da Comissão: Deputado Zé Carlos do Pátio...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, Deputado Sebastião Rezende, eu sou contrário ao Projeto e favorável ao Substitutivo Integral.

Eu quero aqui parabenizar a Bancada de Oposição e a Bancada Independente, que construíram uma alternativa para o Governo do Estado. Elas não foram radicais. Elas não se limitaram em dizer o seguinte: “Vamos suprimir o Art. 20”. Elas buscaram uma saída.

Eu quero aqui dizer ao Deputado Riva, que me antecedeu, que a minha postura aqui, na Assembléia Legislativa, independe de emenda, de obra. Não depende de nada. A minha posição política é bem definida. Se o Governo quiser cortar, que corte; que tome as posições que deve tomar. Agora, os Prefeitos pedem, então, eu vou lá e pego. Eu sou muito ético nisso. Podem investigar todos os prefeitos que já conseguiram recurso, que eles nunca viram o Deputado Zé Carlos do Pátio fazer algum tipo de questionamento. Eu não misturo a minha postura, o meu voto, o meu encaminhamento político aqui com nada. Eu tenho seis mandatos. De seis, em cinco mandatos eu fui Oposição. Então, é uma coisa que eu nunca vou misturar na minha vida pública.

Eu quero aqui dizer que eu, também, não questioneei a Bancada de Governo. Eu entendo,mas, eu quero que respeitem a postura da Bancada de Oposição.

Eu quero aqui colocar outra coisa que eu quero deixar claro, Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Deputado Sebastião Rezende; Deputado Sérgio Ricardo, Presidente da Assembléia Legislativa: O que nós estamos fazendo aqui é a demonstração de um Governo que sempre coloca uma imagem de bom gestor, que tem planejamento, que tem metas, que é organizado. Não tem nada disso! Porque, veja bem, na política pública, nos temos que ter a peça orçamentária, que é uma previsão do que vamos gastar, depois, nós temos a execução orçamentária e, ao final, fazemos uma avaliação.

Esse Governo não faz a sua avaliação; não faz avaliação do custo benefício daquilo que está investindo. Antes sequer de gastar o orçamento, já está pedindo suplementação em aberto. No começo do ano, ele quer um cheque em branco de 20%. Quer dizer, a qual conclusão nós chegamos? Que não tem planejamento. É um Governo sem planejamento, sem políticas públicas, sem metas, sem objetivos. O que ele quer é manejar do jeito que ele quiser; fazer o que quiser.

Eu acredito que a proposta que o Deputado Percival Muniz fez aqui é sábia. Em cada dotação... Vamos supor que nós temos um programa no Estado de erradicação do analfabetismo. Aquele programa terá 20% para aplicar. Supondo que tem outro programa de construção de pontes no qual ele colocou 100 milhões de reais para a construção, ele terá uma maleabilidade de 20% daqueles 100 milhões, até 20 milhões para poder trabalhar.

Sabe o que é que ele quer? Ele quer poder pegar 20% de tudo, acabar com uma dotação que ele mesmo fez na peça orçamentária e aplicar tudo em outra atividade, em outro programa, em outro projeto. Na verdade, o que ele quer é fazer o que ele quiser. Não precisa de Assembléia, não precisa de instituição, não precisa de nada! Aprova do jeito que ele quiser, faz o que ele quiser.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

O Secretário dele, ontem, o Yênes Magalhães, nos falou uma coisa - pelo menos isso nós temos que reconhecer de honestidade -, falou que a SINFRA teve um remanejamento de 250%, senhores! Puxa! Ter um remanejamento de 250% num Orçamento de 400, 500 milhões de reais, equivale a bilhão e meio, um bilhão e setecentos e cinquenta, para ser sincero. Ele mexeu várias vezes nos 500 milhões de reais.

Isso é um absurdo! É um verdadeiro cheque em branco! E a Bancada da Oposição não engessou o Governo, não! A Bancada de Oposição propôs por setor, por categoria, por rubrica, 20%.

E o pior, Deputado Sebastião Rezende, é que estão fora desses 20% a negociação da dívida, os inativos, os pensionistas, os precatórios, o recurso para pagamento de pessoal - tudo!

Na verdade, nós estamos dando 20%, que não são 20%, muito mais que 20%, porque é em cima do custeio da máquina e dos investimentos.

Então, eu quero deixar claro que esse Governo, inclusive, tem o direito de fazer uma certa maleabilidade na questão de pessoal. Isso nós já garantimos, porque para pessoal... Ninguém vai prejudicar a Secretaria de Educação, por exemplo, que vai receber um salário e falta dotação para pagar a folha. E você chega e fala assim: Olha, tem que submeter à Assembléia para demorar 15 dias para pagar professor. Não vamos aceitar isso nunca! Até achamos que tem que ter essa maleabilidade para poder utilizar a dotação de um setor para ir para lá.

Agora, pegar investimento, custeio da máquina e poder, sem realmente...

Nós acabamos de votar um orçamento em dezembro, senhores! O primeiro projeto do Governador é justamente o cheque em branco. Votamos em dezembro e eles posam de bons gestores. Zé Carlos do Pátio? Percival Muniz? Esse povo? Esse povo é populista, é basista. Esse povo é...

Percival Muniz administrou Rondonópolis sem 1% de dotação orçamentária em aberto. Quer dizer... Quer dizer... E eles, que são bons gestores, eles que são competentes, querem cheque em branco.

Então, quero aqui, Sr. Presidente, dar o meu Parecer justamente dizendo o seguinte: Nós estamos votando a gestão, a política de planejamento, a política de metas, a política do Governo Blairo Maggi neste momento. Governo Blairo Maggi, que posa de bom Gestor. Está aí oh!

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Deputado Zé do Pátio, mais um minuto para a conclusão.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Tudo bem!

Eu não voltarei para discutir a matéria.

Pelo menos o direito de esperar, não é Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - É o seguinte: até o direito de...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Direito de esperar...

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Deputado, até o direito de esperar está no Regimento.

Vossa Excelência tinha cinco minutos para esperar e já permitimos dez minutos de esperneio. Então agora, só para... Vossa Excelência, na seqüência, pode voltar nas Explicações Pessoais, pela Liderança. Precisamos dar seqüência.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, meu voto é contrário ao Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo e favorável ao Substitutivo Integral. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com a palavra, pela Ordem, Deputado Riva.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Presidente Sérgio Ricardo, Vossa Excelência me destituiu da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Estou devolvendo a direção a Vossa Excelência.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Obrigado.

Concedo ao Deputado Riva o pedido da palavra pela Ordem.

O SR. RIVA - Primeiro, temos que acabar com isso. Todo mundo viu que o Deputado Sérgio Ricardo não foi deselegante.

O Presidente, como qualquer outro, equivocou-se, concedeu-me a palavra e, imediatamente, corrigiu o erro.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Até para justificar aqui...

O SR. RIVA - Agora Vossa Excelência tomou o meu tempo. Agora foi.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Vou devolver.

Só para explicar, porque, de repente, quem está em casa não sabe sobre essa questão Regimental.

Quando a Comissão de Constituição, Justiça e Redação está dando um Parecer, quem comanda o processo da Sessão passa a ser o seu Presidente.

Então, quem deveria conceder o aparte a Vossa Excelência, Deputado Riva, seria o Deputado Sebastião Rezende.

Quem deveria pedir que o Deputado Zé Carlos do Pátio, utilizasse apenas o seu tempo para fazer a sua fala, também, teria que ser o Deputado Sebastião Rezende. Mas, como ele tinha cinco minutos e já se passavam dos dez minutos, então, resolvi interceder para que possamos dar seqüência aos trabalhos.

Então, com a palavra, concedida pelo Deputado Sebastião Rezende ao Deputado Riva, para fazer a sua fala pela Ordem.

O SR. RIVA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Tanto é que eu me dirigi ao Presidente da Comissão, pedindo a palavra pela Ordem. Mas, Vossa Excelência não é um monte de coisas, mas, uma, desses montes de coisas que Vossa Excelência não é, é deselegante.

Senhores Deputados, companheiros, primeiro, cabe-me o papel de restabelecer aqui a verdade em alguns pontos. Quando fala que a dívida pessoal, inativa, precatórios, estão excluídos, é, porque, pressupõe que, independentemente, do valor do pessoal... Aliás, pessoal é a única despesa que o Poder Executivo pode fazer até sem orçamento, a Assembléia Legislativa pode fazer, o Ministério Público. Se o orçamento estourar e o valor do pessoal ultrapassar, pode ser pago. Naturalmente, não vai deixar de pagar pessoal, Sr. Presidente.

E aí, eu quero dizer o seguinte: não é um cheque em branco. Todo mundo sabe que não é um cheque em branco!

Talvez, lá nos Estados onde o PMDB tem o Governo, Deputado Zé Carlos do Pátio e eu já tive o cuidado de observar, eles têm o mesmo instrumento da suplementação orçamentária e não representa cheque em branco. Tem todo um dispositivo onde o Governo se submete, tem está Casa que tem que exercer melhor o seu papel de fiscalização, tem o Tribunal de Contas para fiscalizar, tem o Ministério Público. E cada suplementação que for feita, mesmo utilizando essa prerrogativa da autorização legislativa, o Governo tem que publicar o Decreto.

Então, não é um cheque em branco, muito pelo contrário, tanto é que os prefeitos do PMDB, também, fazem suplementação, autorizada pelas Câmaras municipais, como os governadores fazem, como o Presidente Lula faz.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Então, infelizmente, o planejamento público, hoje, de certa forma fragiliza o Legislativo. Ele não é impositivo. O Orçamento vai ser, Deputado Zé Carlos do Pátio, mais real o dia que ele for impositivo, aí ele vai ser mais real.

Então, Sr. Presidente, eu só quis fazer essa pequena explicação. Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Eu gostaria de solicitar ao Deputado Dilceu Dal Bosco que dê o seu voto.

O SR. DILCEU DAL BOSCO (FALA DA SUA BANCADA) - Eu voto com o relator, Excelência.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Deputado Percival Muniz...

Eu solicito que seja concedido ao Deputado Percival Muniz o tempo de cinco minutos.

O SR. PERVIVAL MUNIZ (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Eu agradeço, Sr. Presidente.

Veja bem, eu não vou precisar nem dos cinco minutos. Eu só gostaria de tirar dúvidas acerca do Substitutivo que nós apresentamos - um grupo de Parlamentares - que estávamos construindo um entendimento, mas que, na hipótese de não ter o entendimento, também, não queremos postergar essa decisão. Nós sabemos que do jeito que está o orçamento, é difícil os Poderes funcionarem. Então, nós sabemos que, não é só o Poder Executivo, Ministério Público, Tribunal de Justiça, INCRA, Tribunal de Contas, Assembléia Legislativa, são todos os poderes. Essa prática, de não ter na verdade um orçamento, que de fato, seja orçamento.

Nós temos, na verdade, uma peça orçamentária, fictícia. É importante que se diga ao povo de Mato Grosso e que essa margem que o nosso Substitutivo está permitindo... O certo era não permitir, isso era uma coisa para acontecer lá em setembro, outubro, com excesso de arrecadação.

Então, se o orçamento é bem feito, você teria tranqüilamente um semestre sem precisar pedir autorização, sem precisar usar os decretos, quando tem autorização já embutida na peça orçamentária.

Agora, como o Orçamento não é bem feito, os Secretários e aí dá para perceber que a culpa nem é do Secretário de Planejamento, porque, ele passa circular para todos os Secretários, para todos os Poderes, no sentido de elaborarem seus Orçamentos de forma mais real possível, mas, que o pessoal não obedece, o próprio Secretário confessou isso ontem. Então, a prática leva a uma situação de dificuldades.

Então, como e, aí o que eu quero aqui registrar, que a construção do entendimento em cima do Substitutivo e Mensagem original, é um instrumento muito importante, nós apostamos nisso. Até, porque, a minoria só tem chance de ver alguma coisa incluída nas leis do Estado, nas normas, se você busca entendimento. Porque, se depender do voto, minoria nunca vai ser maioria, minoria é minoria!

Então, na hipótese do entendimento, nós tivemos várias reuniões. E, de repente, fomos surpreendidos, hoje, com o Requerimento, onde praticamente descarta qualquer possibilidade de entendimento e já busca, através, do Requerimento atropelar o processo para que seja votado o mais urgente possível.

Então, veja bem, eu acho que não precisava ter o Requerimento, eu acho que tinha que, em comum acordo, como o Líder Mauro Savi sugeriu e pediu ontem: "Vamos votar em primeira, para adiantar o processo, mas, eu tento até amanhã dar uma resposta." Hoje, ele me deu a resposta. O Governo não quer discutir essa questão, o Governo quer a Mensagem como veio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Então, teria que chamar todos os Parlamentares, principalmente, os que estavam questionando e falar olha: como o Governo não quer discutir e nós vamos atropelar, então, está decretado o atropelo, porque, “guerra anunciada não mata aleijado.” A partir, do momento em que ele tivesse consciência de que iria haver um processo de atropelamento aqui e que a maioria vai prevalecer, nós iríamos analisar, olha, vamos tentar usar regimentalmente nossos espaços para poder segurar mais uma semana, duas semanas, pedir vistas e tal ou vamos... Já que vamos perder, vamos perder logo.

Então, essa falta de entendimento, até, na condução do processo é que levou a uma situação e me deixou chateado, mas, é aquilo que eu falei: nós, na vida, temos que saber perder. Tem que saber perder e nós hoje nesse jogo, nós não temos forças para postergar. É um jogo que envolve muitos Poderes, é um jogo que muitas pessoas inocentes estão pagando um preço por isso. Tem pagamentos que não estão conseguindo acontecer, porque, o Estado está engessado e, infelizmente, a culpa não é nossa, a culpa é do próprio Estado que não fez o Orçamento correto. Porque, se tivesse feito o Orçamento correto, não estaria no mês de fevereiro, março já dependendo de suplementação. Isso, tranquilamente, daria para passar o primeiro semestre inteiro.

Mas, “o uso do cachimbo deixa a boca torta”, o Governo não se preparou com a possibilidade de não ter capacidade de suplementação e o Estado termina - e aí que eu falei com o Deputado Zé Carlos do Pátio, com outros Deputados - sendo prejudicado, não o Governador, o Estado, porque, a partir do momento que ele não se preparou para isso e nós não conseguimos construir um entendimento, nós teremos mais uma semana de engessamento.

Então, nesse sentido, Sr. Presidente, nós estamos aqui para liberar a votação, sabendo que nós vamos perder na votação, mas, que a partir de hoje mesmo, o Estado já tenha aquilo que ele queria, para poder executar o Orçamento de 2008 e espero que em cima do compromisso... (TEMPO ESGOTADO).

Só para concluir. Então, como ele falou, que pelo menos as informações nós tenhamos para cumprir o nosso papel de fiscalizador, já que estamos dando, praticamente, toda autonomia para o Governo e os Poderes exercerem e gastarem os recursos da forma que quiserem, pelo menos disponibilizem informações para que possamos justificar um mínimo possível a nossa passagem aqui como Parlamentar, sob pena de não ter porque ficar aqui. Aí, se sentirmos que não vai ter papel, a imprensa que me perdoe, mas aí nós não vamos ter que ficar vindo aqui ou até pedir licença ou fazer como muitos Deputados fazem, pedem licença e vão para... Sei lá... O que não dá é ficar fazendo papel de... Não vou colocar, porque termina ferindo até o Regimento, porque é um papel humilhante para nós que temos muitos ideais, muita vontade de servir a Mato Grosso e da melhor forma possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Então, o voto nosso é pelo Substitutivo, contra o Projeto, pelo Substitutivo.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Foram dois votos contra o Projeto, acatando o Substitutivo; e três votos, inclusive o meu, voto com o relator. Três a dois. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprova o Projeto. Parecer favorável, aprovando o Projeto e contra o Substitutivo.

Devolvo a palavra a Vossa Excelência, Deputado Sérgio Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Muito obrigado, Deputado Sebastião Rezende.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 02/08 a Mensagem nº 02/08, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.828, de 17.01.08, que estima receita e fixa a despesa do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Estado de Mato Grosso para o exercício de 2008 - LOA/2008. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao projeto original, rejeitando o substitutivo integral. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (PAUSA).

Deputado Zé Carlos do Pátio, eu já dei a palavra para discussão e já coloquei em votação. Vossa Excelência pode justificar o seu voto, na seqüência.

Portanto, aprovado o Projeto de Lei nº 02/08, Mensagem 02/08, com votos contrários dos Deputados Zé Carlos do Pátio e Percival Muniz. Vai ao Expediente.

Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Dilceu Dal Bosco.

O SR. DILCEU DAL BOSCO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^a Deputada, eu quero aqui, como membro da Bancada do Governo e como liderança Democrata nessa Casa, parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Percival Muniz que tinham aqui, como foi falado, a prerrogativa regimental de trabalhar ainda, levar alguns dias na condução desse Projeto. Mas, de forma elegante, Vossa Excelência, Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Percival Muniz, entenderam que o Estado precisava, de uma forma ou de outra, avançar. Mesmo com a proposta feita no dia de ontem, mas Vossas Excelências entenderam.

Então, em meu nome, em nome dos Democratas, da base de sustentação do Governo, eu tenho que registrar isso, parabenizar.

Nós solicitamos aqui em Plenário a Vossa Excelência e também ao Deputado Percival Muniz, permitiram que nós pudéssemos colocar a Mensagem à apreciação das duas Comissões em plenário e, conseqüentemente, em votação.

Eu faço esse registro e agradeço o entendimento de Vossas Excelências e a elegância também.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Sr. Presidente, eu quero aqui deixar bem clara uma questão.

Primeiro, é bom deixar claro que eu fui Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no ano passado, e o ano todo votei contra vários projetos do Governo, mas nenhum colega aqui tenha dúvida de que eu atrapalhei o Governo em algum momento, o processo político no Estado. E tenha dúvida sobre o cumprimento regimental. Votei contra, marquei a minha posição e, da mesma forma, foi hoje. Sou contra esse encaminhamento, eu acho que nós fomos infelizes, isso é ruim para o Parlamento, mas também em nenhum momento ninguém vai dizer que nós estamos prejudicando o Estado de Mato Grosso. Acho que foi um erro para esta Casa, um erro até para o próprio Governo que deveria ter uma política de planejamento mais bem definida, mais bem ordenada, mais harmônica, mas não somos nós que vamos atrapalhar esse Governo, não.

O Governador Blairo Maggi, em vários momentos eles viram a postura do Deputado Zé Carlos do Pátio. E esta Casa, em vários momentos depositou confiança em mim quando me indicou para Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. E não vou atrapalhar governo, marco a minha posição, mas eu cumpro o Regimento Interno. Quero aqui dizer que eu acho que foi uma derrota do Parlamento e uma derrota para o Estado de Mato Grosso, é uma opinião minha! Foi muito ruim esse encaminhamento.

Quero aqui dizer que mais uma vez nós vamos calar em cima da discussão do Governador Blairo Maggi sobre os incentivos fiscais. Eu não quero prejudicar o Governo sobre as políticas de incentivos fiscais. Eu quero só as informações sobre quanto AMAGGI já ganhou de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

incentivo fiscal. Sobre essa questão dos jatinhos, dos iates que tiveram isenção de impostos. Quer dizer, o Governador Blairo Maggi está tentando colocar em setores da imprensa e hoje saiu numa parte de um jornal de maior circulação do Estado, que o Deputado Zé Carlos do Pátio, olha aqui, quer atrapalhar a vinda de empresas para cá, mas o que quero é só transparência. Transparência! Não misture transparência com atração de indústria. Quero aqui dizer que esta ficando mal a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, porque, na verdade, está em jogo a instituição Assembléia Legislativa! Quanto que o Grupo AMAGGI teve incentivo fiscal, de isenção? O Zé lá da bolicho paga imposto lá na barreira, e, agora, já não é mais lá na barreira, é em São Paulo, na indústria, o Zé do bolicho. O Grupo AMAGGI quanto que teve de isenção? E a CARGIL? A BUNGE? a ADM? Quer dizer, é o *Robin Hood* ao contrario, porque tiras dos pobres para dar aos ricos. O pobre tem que pagar na hora o ICMS da energia, tem que pagar o ICMS da telefonia, tem que pagar o IPVA, tem que pagar seu telefone. É esse que é o Governo, um Governo excludente e centralizador. E quando o Deputado Zé Carlos do Pátio vem e questiona isso, aí todo mundo fala que eu quero atrapalhar. Não vou atrapalhar o Estado! Voto contra, mas não atrapalho! Esse foi um exemplo. E vou continuar marcando posição. Lamento que não saiu o entendimento, lamento que não houve essa compreensão, mas nós vamos continuar nossa caminha. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Quero convocar, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Deputado Sebastião Rezende, para o Parecer oral, em relação à Mensagem nº 01.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - A Comissão de Constituição Justiça e Redação está reunida em Plenário, para emitir Parecer oral ao Projeto de Lei nº 01/02, Mensagem nº 01/02, que altera a Lei nº 8.704, de 23.08.07, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008 - LDO/2008.

Convoco o membro suplente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Deputado Alexandre César, para relatar este projeto, mas que Vossa Excelência faça da outra tribuna.

O SR. ALEXANDRE CESAR (RELATOR) - Projeto de Lei nº 01/08, Mensagem nº 01/08, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 8.704, de 23.08.07, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2008 - LDO/2008 e dá outras providências.

O conjunto de alterações proposto pelo Poder Executivo, voltado a adequar a LDO 2008, preenche integralmente todos os requisitos. Por requerimento das Lideranças Partidárias, houve a dispensa de pauta e o Parecer é, diante da plena adequação constitucional e legal, favorável à sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Com parecer favorável do Relator, passo à coleta de votos dos demais membros: Deputado Campos Neto (COM O RELATOR); Deputado Zé Carlos do Pátio, lembrando que cada Parlamentar tem cinco minutos, no máximo, para fazê-lo.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, eu vou votar contrário a este Projeto.

E quero aqui dizer que vou votar contrário por vários motivos. Um dos motivos é o erro de redação. Além de o Governo dar um cheque em branco, ainda tem erros de redação. Quer dizer, não dá para aceitar. Qualquer hora eu vou dar uma aula de análise sintática para esse Governo, o que é uma oração coordenada, o que é uma oração subordinada, o que é uma oração subordinada substantiva e oração subordinada adjetiva.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

As orações coordenadas são orações aditivas, adversativas, conclusivas, alternativas; as substantivas podem ser objetivas diretas, indiretas, predicativas... Eu vou dar uma aula para esse Governo de língua portuguesa. Embora eu tenha me formado em Engenharia Civil, sou Matemático, fiz Exatas, mas eu vou dar uma aula de língua portuguesa para esse Governo, o que é uma análise sintática e análise morfológica, para depois discutirmos.

Inclusive, eu estou disposto a marcar dia e horário para poder, onde o Governo quiser, alguns setores do Governo, para podermos dar essa aula de língua portuguesa ao Governo. O que é uma paroxítone? Por que uma paroxítone terminada em ditongo crescente é acentuada? O que é uma vogal? O que é uma semivogal?

Então, eu vou dar Parecer contrário não só pela minha posição, mas por erros de língua portuguesa. Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - O Deputado Zé Carlos do Pátio votou contrário e pelos erros de português que tem no processo.

Convoco o Deputado Percival Muniz, para votar...

O SR. PERCIVAL MUNIZ (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, nós não temos Substitutivo a essa Mensagem, então, acompanhamos o voto do Relator, mesmo compreendendo que as explicações do Deputado Zé Carlos do Pátio são justas. Eu sei que isso vai melhorar em muito as futuras Mensagens.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Esta Presidência também vota com o Relator.

Portanto, Sr. Presidente, aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação com 05 votos, sendo 04 votos favoráveis e 01 contrário, aprovado o Parecer.

O SR. PRESIDENTE (SÉRGIO RICARDO) - Com Parecer favorável da Comissão.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado, com o voto contrário do Deputado Zé Carlos do Pátio. Vai ao Expediente.

Esgotada a Pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicação Pessoais (PAUSA). Com a palavra, o nobre Deputado Wagner Ramos (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio (TRANSFERE). Com a palavra, a Deputada Chica Nunes.

A SR^a CHICA NUNES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores companheiros que nos honram com a presença, eu estou usando a palavra, nas Explicação Pessoais, para dizer que hoje aconteceu, aqui no plenário desta Casa, um gesto de maturidade por parte de alguns colegas Deputados Estaduais.

Quero aqui cumprimentar esses Deputados, na pessoa do Deputado Percival Muniz, que, de uma forma muito madura, prestou o seu serviço ao Estado, preocupando-se com os Poderes que se viam ameaçados, que se viam prejudicados em função da não aprovação das Mensagens do Governo, hoje, nesta Casa. E Vossa Excelência, Deputado, foi um Parlamentar de fato, já que o é de direito.

Vossa Excelência colocou, nesta Sessão, trouxe para esta Sessão, toda a sua experiência enquanto Parlamentar que é, trouxe para este Plenário toda a sua bagagem enquanto Deputado Federal. E não tenho dúvida de que nós - eu, inclusive, que estou no primeiro mandato - temos muito que aprender com Vossa Excelência ainda. Na hora de atacar, atacar. Na hora de recuar, recuar. Recuou de uma forma brilhante, de uma forma firme, determinada e justificando o porquê do recuo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Então, quero aqui dizer a Vossa Excelência que não precisou gritos, não precisou apelações, não precisou falácias na tribuna. Vossa Excelência demonstrou, através de gestos, o porquê de Vossa Excelência estar agindo daquela forma.

Receba aqui os nossos parabéns. Eu acho que Parlamento é isso. Vem da própria palavra, discutir, dialogar, trocar idéias, e isso é que engrandece este Parlamento, é respeitar os questionamentos, as posições individuais, mas, sempre pensar no coletivo. E foi isso que Vossa Excelência fez hoje.

O Sr. José Domingos Fraga - Vossa Excelência me concede um aparte?

A SR^a CHICA NUNES - Eu concedo um aparte ao Deputado José Domingos Fraga.

O Sr. José Domingos Fraga - Deputada Chica Nunes, eu quero agradecê-la pelo aparte.

Eu não poderia me despedir desta última Sessão Ordinária da semana sem usar o microfone e sem fazer das suas palavras as minhas, com relação ao comportamento do Deputado Percival Muniz.

O Deputado Percival Muniz é um Parlamentar maduro. Foi Deputado Constituinte e Prefeito de uma das principais cidades do Estado de Mato Grosso e sabe o quanto é importante o Poder Executivo ter determinada flexibilidade para governar, principalmente, quando o controle externo e interno vem-se apertando através do exercício da cidadania da população, como, também, através dos instrumentos aprovados pelo Congresso Nacional. Dentre eles, nós podemos citar a Lei nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Deputado Percival Muniz entende que o Governo tem que se ajustar. O Governo tem que melhor se planejar. E nós, também, temos a mesma concepção. Até porque, se voltarmos ao passado recente e vermos o PPA, a forma como ele foi concebido, e a própria LOA, a forma como foi concebida, veremos que há necessidade de um ajuste. E o Governo tem conhecimento disso!

O próprio Secretário de Planejamento, Sr. Yênes Magalhães, esteve aqui por várias vezes. Quando eu apresentei uma proposta à Mensagem nº 02, eu entendia que era uma alternativa e que dava determinada flexibilidade ao Governo, ele entendeu que aquela proposta, mesmo assim, poderia inviabilizar o Governo, mas, que essas discussões são extremamente importantes para fazer com que o Governo possa repensar; que o Governo possa melhor planejar as suas ações, os seus projetos, as suas atividades.

Infelizmente, hoje, parece-nos que a proposta orçamentária é fictícia e que o instrumento de Governo e o instrumento de gestão são planos de atividades de execução de cada unidade orçamentária, de cada Secretaria, que, a nosso ver, na nossa luz, não é o correto. Até porque, qualquer Prefeitura desse Estado tem condições de trabalhar com remanejamento de 10%, de 15% ou de, no máximo, 20%.

Mas eu espero que essa discussão aqui travada, levantada com muita competência pelo Deputado Percival Muniz, que, na hora que teve que recuar, teve a coerência de recuar, teve a maturidade, faça com que as próximas peças orçamentárias sejam melhor concebidas para que o Governo, de fato, possa cumprir com um excelente modelo de gestão.

A proposta feita pelo Deputado Riva é interessante. Nós discutiremos em breve a próxima LDO. E que na LDO, que é a Lei de Diretrizes Orçamentária, que orientará a próxima LOA-Lei Orçamentária Anual de 2009, nós possamos colocar percentual decrescente para fazer com que o Governo se ajuste, melhor se planeje para melhor executar os recursos públicos. E que com aquela proposta, do Deputado Chico Galindo, de fazer uma Emenda no Projeto de Lei da Mensagem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

do Governo que cria o FIPLAN, nós possamos ter esse controle das contas públicas, dos gastos públicos, da sua receita, para evitar os requerimentos e forçamos, dessa forma, um melhor planejamento para o Governo. Obrigado.

A SR^a DEPUTADA CHICA NUNES - Tivemos a fala do Deputado José Domingos Fraga.

Eu quero finalizar, Deputado, dizendo que hoje, durante esta Sessão, não tiveram vencidos e nem vencedores. Houve, sim, uma atitude madura, consciente e coerente, onde nós colocamos, em primeiro lugar, as ações do nosso Estado; onde nós colocamos, em primeiro lugar, o interesse dos nossos mato-grossenses, o interesse dos Poderes, de forma responsável, por cada um.

Então, eu quero dizer que o nosso papel, enquanto agente fiscalizador, não se encerra nesta Sessão, como alguns que me antecederam disseram. Eu acho que, a partir de hoje, nós teremos mais atuação neste plenário. Nós vamos fiscalizar todos os órgãos com mais rigidez. Esse é um papel que nós já fazemos. E isso é bom até para que se pontue diante da atitude que a Oposição e a Situação tiveram, hoje, neste plenário, Deputado Wagner Ramos. Nós temos que deixar claro que estamos atentos, preocupados com o futuro de nosso Estado e que estamos aqui para ajudar tudo que trouxer benefício a nossa população. Mas ajudar, também, de forma conhecedora, séria e responsável. Até porque, quem nos escolheu para estar aqui fazendo parte de uma dessas vinte e quatro vagas dentro do Parlamento Estadual, nos confiou, nos concedeu uma procuração em branco para representá-lo.

Hoje, eu não tenho dúvida, os eleitores do Deputado Percival Muniz e dos outros Deputados que compõem esta Casa estão satisfeitos porque cada um cumpriu com o seu papel.

Eram estas as nossas palavras.

No mais, eu quero desejar a todos um bom final de semana. Que os nossos companheiros não se esqueçam que amanhã, às 15:00 horas, nós realizaremos uma Sessão Especial, nesta Casa de Leis, no plenário desta Casa, para discutirmos o papel da mulher no contexto socioeconômico, político-cultural do País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Nós queremos agradecer a presença do Vereador Élsio, da cidade de Denise.

Muito obrigado pela sua presença.

Faltando, apenas, dois minutos para o encerramento da presente Sessão, eu gostaria de saber se os Deputados Zé Carlos do Pátio, Percival Muniz, Otaviano Pivetta, Dilceu Dal Bosco e Alexandre Cesar, que estão inscritos nas Explicações Pessoais, gostariam de fazer uso da palavra?

Deputado Dilceu Dal Bosco (TRANSFERE).

O Deputado Percival Muniz quer falar; o Deputado Alexandre Cesar, também.

Então, eu prorrogo, de plano, a Sessão por mais trinta minutos.

Com a palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Alexandre Cesar.

O SR. ALEXANDRE CESAR - Eu quero, em primeiro lugar, Sr. Presidente, Deputado Wagner Ramos, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, somar ao coro daqueles que, me antecedendo nesta tribuna, reconheceram a altivez da Oposição nesta Casa, diante dos Projetos de Lei fundamentais para o funcionamento dos Poderes e das Instituições, que foram votados em 2^a discussão, nesta manhã.

Eu quero dizer que, apesar de todos os embates acalorados que tivemos durante a semana, nós concluímos dando uma lição à sociedade mato-grossense de compromisso com o Estado de Mato Grosso. Isso é muito saudável e muito salutar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Mas eu faço uso das Explicações Pessoais para, em primeiro lugar, justificar a minha ausência em parte da Sessão. Eu estava em audiência, no Palácio Paiaguás, com o Governador Blairo Maggi, acompanhando o Dr. Ronald Bicca, Presidente da Associação Nacional de Procuradores do Estado-ANAPE; a Dr^a Gláucia Amaral, que é a Associação Mato-Grossense de Procuradores do Estado; o Dr. João Vergílio Nascimento Sobrinho, Procurador-Geral do Estado e uma comitiva de Procuradores do Estado, que tratava com o Governador sobre a situação da carreira de Procuradores do Estado de Mato Grosso.

O Dr. Ronald está, desde ontem, em Cuiabá. Hoje, pela manhã, já concedeu uma série de entrevistas e ontem, também. Hoje, pela manhã, esteve com o Governador Blairo Maggi e à tarde, às 15 horas, visitará esta Casa, o gabinete da Presidência; e, às 17:00 horas, estará com o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Lessa.

E, também, concluindo a programação da sua visita ao Estado de Mato Grosso - o Dr. Ronald está fechando uma grande viagem por todos os Estados Brasileiros - o Dr. Ronaldo ministrará uma palestra sobre Advocacia Pública, nesta Casa, no Auditório Renê Barbour, a partir das 20:00 horas.

Quero convidar advogados e operadores do Direito, para estarem conosco, interagindo e participando dessa palestra que o Dr. Ronald Bica vai proferir a partir das 20:00 horas nesta Casa.

Para quem não puder vir, a palestra será transmitida pela TV Assembléia, ao vivo, a partir das 20:00 horas, para todo o Estado de Mato Grosso.

Quero aproveitar também, Sr. Presidente, para dizer da motivação dessa visita do Dr. Ronald, de Procuradores de Estado, que lutam há bastante tempo pelo reconhecimento da sua equiparação com as demais funções essenciais à Justiça.

Já em 1988, o Constituinte - o Deputado Percival Muniz estava representando o nosso Estado e recorda-se muito bem disso - entendeu por bem elevar determinadas carreiras jurídicas do Poder Judiciário, do Poder Executivo e também de instituições autônomas a funções essenciais à Justiça. Foi assim com o Ministério Público, com a Defensoria Pública e foi assim com as Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal. Isso garantiu uma proteção constitucional que faz hoje das Procuradorias do Estado instituições que estão além de uma mera defesa dos Governantes.

As Procuradorias dos Estados são hoje instituições de proteção do próprio ente público, do ente federado, do Estado e, por isso mesmo, têm algumas prerrogativas que são distintas, obviamente, das outras funções essenciais, mas que são necessárias para o desempenho desse mister.

As Procuradorias não se moldam aos interesses conjunturais de um ou outro Governante eventual, mas, sim, dos interesses maiores, dos interesses públicos do ente federativo, do Estado, e assim é aqui no Estado de Mato Grosso.

Todavia, as Procuradorias não têm recebido, através dos seus agentes, dos seus órgãos, dos seus Procuradores do Estado, um tratamento isonômico, com as demais funções essenciais e com o Poder Judiciário. Em que pese a reforma do Judiciário, a Emenda Constitucional nº 45 ter garantido essa equiparação, é da iniciativa de cada ente federado, de cada Estado, implementá-la, já que as Procuradorias são dos Estados.

Lutamos, sim, por uma lei federal que regule as Procuradorias em todo o País e acreditamos que essa conquista vai ser efetivada, mas, enquanto isso não acontece, é preciso que haja a conscientização dos Governantes, a valorização dessas instituições que são essenciais para a defesa e juízo do Estado, portanto, somos advogados do Estado em juízo para a consultoria jurídica, orientando quais são as melhores decisões, do ponto de vista jurídico, a serem tomadas pelo Poder

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

Público e também para a garantia do controle interno da legalidade dos atos. Isso de fato tem acontecido - temos que reconhecer.

O Governador Blairo Maggi virou uma página triste da história da Procuradoria do Estado de Mato Grosso, que estava cindida internamente em razão de remunerações diferenciadas, prerrogativas diferenciadas, estrutura de trabalho diferenciada, e no seu Governo implantou medidas judiciais, que foram conquistadas da nossa Associação, a APROMAT, que teve a honra de presidir por dois mandatos, garantiu o reequipamento da instituição, com o Dr. João Virgílio Nascimento à frente da PGE-MT e garantiu também abertura de um debate acerca do sistema remuneratório da consolidação de um sistema remuneratório para toda a categoria.

No ano passado, aprovamos um projeto de lei, a Lei Complementar nº 305, que institui um novo sistema de apoio à carreira da Procuradoria Geral do Estado, redestinando os recursos do Fundo dos Honorários, o FUNJUS, ao Fundo de Honorários da Procuradoria.

O entendimento da APROMAT e da ANAP é que isso não é suficiente para que se cumpra aquilo que estabelece a Constituição, ou seja, que os Procuradores tenham remuneração equiparada aos demais Poderes, vinculada à remuneração dos Ministros do Supremo.

Estamos num processo de negociação e essa Audiência hoje foi exatamente para apresentar as nossas razões, as nossas motivações ao Governador Blairo Maggi, que entendeu a importância dessa reivindicação, a importância da mobilização e entendeu também a importância de se verificar a eficácia dessa nova norma que regula a Procuradoria na destinação dos seus honorários para dar continuidade a esse processo.

Acreditamos que isso vai se restabelecer num curto prazo, acreditamos que isso aponta rumos positivos para dar, historicamente, aos Procuradores do Estado de Mato Grosso o tratamento que em mais de um terço dos Estados brasileiros já é dado, que assegura a essa carreira as garantias para exercer, de forma independente, autônoma, voltada à defesa do interesse público, os interesses do Estado de Mato Grosso.

Por isso mesmo, Presidente Wagner Ramos, o próprio Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil aprovou recentemente um entendimento no sentido de que deve, sim, ser assegurada essa equiparação, e uma indicação aos Governadores de Estado para que o façam.

Isso mostra que não se trata da busca de benefícios, de privilégios, mas, sim, do reconhecimento de prerrogativas que são essenciais no exercício dessa função.

Todos nós sabemos o papel que tem a Ordem dos Advogados do Brasil historicamente em nosso País. Todos nós conhecemos a luta que a OAB faz, de forma reiterada, pelas instituições democráticas, pela garantia do Estado de direito - princípios orientadores da OAB.

Por isso mesmo, quando a OAB referencia essa nossa luta, a luta dos Procuradores de Estado de todo o Brasil e também de Mato Grosso, nós acreditamos que ela mostra claramente que não há com isso a tentativa de produzir qualquer privilégio, qualquer benefício, além daquilo que é devido como prerrogativa a essa carreira.

Acreditamos que estamos retomando o processo de negociação. Hoje foi o primeiro passo nesse sentido.

Reconhecemos o empenho e a dedicação que o Governador Blairo Maggi tem e teve com a Procuradoria Geral do Estado. Mas também deixamos bastante claro, em nome de todos Procuradores do Brasil, que nós acreditamos que é possível e é necessário, pelo interesse público, pelo Estado de Mato Grosso e pelo seu povo, avançar ainda mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Utilizou da palavra, nas Explicações Pessoais, o Deputado Alexandre Cesar.

Ainda inscrito, com a palavra o Deputado Percival Muniz.

O SR. PERCIVAL MUNIZ - Sr. Presidente, pela visível falta de *quorum*, agradeço a oportunidade e deixo Vossa Excelência livre para encerrar a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (WAGNER RAMOS) - Não estando mais presentes em Plenário os Deputados inscritos, encerro a presente Sessão, convocando a próxima para a próxima terça-feira, às 17:00 horas.

A todos um excelente fim de semana.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido Progressista - Campos Neto, Riva, Maksuês Leite e Walter Rabello; da Bancada do Partido da República - Wagner Ramos, Mauro Savi, Sebastião Rezende e Sérgio Ricardo; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Adalto de Freitas - Daltinho, Zé Carlos do Pátio e Juarez Costa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Alexandre Cesar; da Bancada do Bloco Independente - Chica Nunes, Chico Galindo, Guilherme Maluf, Otaviano Pivetta, Pedro Satélite e Percival Muniz; da Bancada do Bloco dos Democratas - Dilceu Dal Bosco, José Domingos Fraga, Roberto França.

Deixaram de comparecer os Deputados: Airton Português, do PP; Ademir Brunetto, do PT; e Dr. Wallace, do DEM.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão. (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Suely Maria Pita Rocha;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha.
 - Aedil Lima Gonçalves;

- Revisão:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 06 DE MARÇO DE 2008, ÀS 08:00
HORAS.

- Anna Flávia Gasparotto;
- Ila de Castilho Varjão;
- Nilzalina Couto Marques;
- Regina Célia Garcia;
- Rosivânia de França Daleffe.